



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ELIONAI PEREIRA DE CERQUEIRA MENEZES

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE UBAIRA-BA**

**AMARGOSA-BAHIA
2022**

ELIONAI PEREIRA DE CERQUEIRA MENEZES

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE UBAIRA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGEDUCAMPO/UFRB) para obtenção de Mestre em Educação do Campo. Linha de Pesquisa 2: Agroecologia, Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação

Orientador: Prof. Dr. Luis Flávio Reis
Godinho

AMARGOSA-BAHIA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M543p	<p>Menezes, Elionai Pereira de Cerqueira. Programa Bolsa Família e educação do campo: uma análise da trajetória de famílias no Município de Ubaira-BA / Elionai Pereira de Cerqueira Menezes._ Amargosa,BA, 2022. 127f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo Mestrado em Educação do Campo.</p> <p>Orientador: Prof^o. Luis Flávio Reis Godinho.</p> <p>1.Educação rural – Programa Bolsa Família (Brasil). 2.Aspectos sociais – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores. II.Título.</p> <p>CDD: 371.207</p>
-------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração Antonio Marcos Sarmiento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

ELIONAI PEREIRA DE CERQUEIRA MENEZES

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE UBAIRA-BA**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Educação do Campo, através do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, perante a seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente



LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA
Data: 25/03/2023 18:27:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Luiz Paulo Jesus de Oliveira

Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

Documento assinado digitalmente



ILZAMAR SILVA PEREIRA
Data: 25/03/2023 09:23:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ilzamar Silva Pereira

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutora em serviço social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente



LUIS FLAVIO REIS GODINHO
Data: 27/03/2023 08:49:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Luis Flávio Reis Godinho (orientador)

Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia
Mestre em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia
Doutorado em Sociologia – Universidade Federal da Paraíba
Pós doutor em trabalho docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Amargosa, 20 de dezembro de 2022.

EPIGRAFE

É tempo de colher.

Há momentos na história, em que todas as vitórias parecem fugir da gente.

Mas vence quem não desanima e busca em sua autoestima a força para ser persistente.

O tempo passa lento, mas também passa com ele a glória do imperador.

Quem tem as mãos de construir terá de levantar-se e decidir o dia de enterrar a dor.

E erguer-se de todos os lugares para dizer que é hora de colher tudo o que se plantou.

Gente “”

é como água do mar: mostra no seu balançar que nunca se dobrou.

Regamos o deserto da consciência e um novo ser nasceu.

É hora de ir em frente, companheira, você é a guerrilheira que a história nos deu.

Ademar Bogo

AGRADECIMENTOS

Quando sentimos que chegamos ao lugar desejado, ou que conquistamos algo, devemos sempre refletir sobre nossa trajetória e todas as pessoas que de forma direta ou indireta nos ajudaram a chegar. A trajetória no Mestrado não foi fácil, sobretudo com os impactos da Pandemia do Covid-19 e do pós-covid.

Nessa perspectiva, esse espaço é cheio de afeto, pois trago os mais sinceros agradecimentos a todos/as aqueles/as que contribuíram nesse processo de desenvolvimento dessa pesquisa.

Quero em primeiro lugar agradecer a Deus, ele que me sustenta e que me dar forças para vencer as dificuldades e seguir sempre em frente. Sem ele eu nada sou e não conseguiria concluir esse trabalho.

Aos meus pais Georgithon Brito de Cerqueira e Tereza Márcia Pereria de Cerqueira (In memoriam) pela educação que me deram, incentivo aos estudos e amor incondicional. Obrigada por querer sempre o melhor pra mim.

Aos meus irmãos Eliel Pereira de Cerqueira e Geirlane Cerqueira de Assis, em especial a minha irmã e mestra, sempre presente em todos os momentos, obrigada por estar comigo lado a lado nessa caminhada em busca desse tão sonhado sonho, sem você eu não conseguiria.

Ao meu querido esposo Antônio Mendes Menezes Neto pelo carinho e compreensão, nesse processo de escrita desse trabalho, pois em muitos momentos ficou privado da minha companhia.

A minha amiga Cheirla Souza, e mestra em Educação do Campo pelo PPGEducampo, que foi quem primeiramente me apresentou o programa, dividindo seus conhecimentos e vivências, e despertando assim meu interesse na Pós-graduação nessa área.

Ao meu amigo Doutorando Wanderley Diaciso, o meu agradecimento pelo profissionalismo e comprometimento com a correção deste trabalho.

Agradeço aos meus queridos sogros, em especial minha sogra Maria Neusa, pelo incentivo e apoio durante esta caminhada.

Aos meus colegas da turma 2020.1 do Mestrado em Educação do Campo do CFP/UFRB, que embora a Pandemia tenha impossibilitado muitos encontros presenciais, foi fundamental os momentos em que dividimos experiências, conhecimentos, angústias, e também nos fortalecemos com a escuta do outro.

Agradeço especialmente, as mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, do povoado do Alto da Lagoinhas em Ubaíra-BA que aceitaram contribuir com a pesquisa, colocando-se a disposição, e depositando a confiança em relação ao uso de suas informações.

A escola Girassol e os profissionais da instituição que participaram da pesquisa, em especial ao professor Neilton Souza de Jesus que mesmo afastado (temporariamente) da instituição aceitou participar, dedicando seu tempo e seu conhecimento.

Registre-se agradecimento ao Prefeito de Ubaíra, o Excelentíssimo Sr. Lúcio Passos Monteiro e sua esposa Maria Vilma pelo incentivo e por acreditarem nesta pesquisa, bem como, à dirigente Sra. Soane Oliveira e aos demais servidores e funcionários que atuam junto à Secretaria de Desenvolvimento Social de Ubaíra-Ba, pela colaboração na busca de dados junto ao sistema do cadastro único, tendo contado com a cordialidade e colaboração dos mesmos na apresentação de documentos e na entrega de dados necessários ao desenvolvimento do presente trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (PPGEducampo) por toda dedicação e conhecimentos compartilhados, e pela defesa do curso como um ato político na defesa de uma educação emancipadora e democrática.

A coordenadora do curso a Professora Dr^a. Ana Cristina Givigi Nascimento (Kiki) por se colocar sempre a disposição, coordenando o curso com sabedoria e dedicação.

Ao Centro de Formação de Professores- UFRB, por se constituir como um espaço de acolhimento das diversidades, das diferenças, que acolheu esse mestrado e possibilitou o ingresso da classe trabalhadora na Pós-graduação.

A banca examinadora, o professor Luiz Paulo Oliveira e a professora Albany Mendonça Silva, pela disposição em compor essa banca, avaliando esse trabalho desde a qualificação com muita sabedoria, contribuiu para aperfeiçoá-lo, apontando caminhos a serem seguidos.

Ao meu orientador, o professor Dr. Luis Flávio Reis Godinho, pelo interesse em desenvolver comigo essa pesquisa, sendo sempre muito atencioso, paciente e sábio em suas orientações. Cresci muito nesse processo, tanto a nível pessoal quanto acadêmico e você faz parte de tudo isso.

Enfim, agradeço a todos/as que forma direta ou indiretamente contribuíram nesse processo.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AIT-** Associação Internacional do Trabalho
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CLT-** Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social
- CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- ENERA** – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalho
- FNDE-** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FPM-** Fundo de Participação dos Municípios
- FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FGV-** Fundação Getúlio Vargas
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSS** – Instituto Nacional de Seguro Social
- INCRA-**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
- LDBN-** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LOPS** – Lei Orgânica da Previdência Social
- MST-** Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- PAA-** Programa de Aquisição de Alimento
- PAEI-** Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PBF** – Programa Bolsa Família
- PTDRS** – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
- PSB** – Proteção Social Básica
- PRONAF-** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PSE** – Proteção Social Especial
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SUAS** - Sistema Único da Assistência Social
- TI** – Territorio de Identidade
- UNB** – Universidade de Brasília

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor adicionado, PIB e PIB per capita a preços correntes – Bahia, TI Vale do Jequiriçá e municípios do TI – 2012

Tabela 2 - Posição do Município de Ubaíra dentre os demais do TI Vale do Jequiriçá em relação a pessoas ocupadas com rendimento, não remuneradas, trabalhadores na produção para o próprio consumo, sem ocupação, PEA, PIA e taxa de desocupação, Bahia-2010.

Tabela 3 - Posição do Município de Ubaíra dentre os demais do TI Vale do Jequiriçá em relação ao estoque de emprego formal segundo os grandes setores de atividade econômica – Bahia – 2001/2011.

Tabela 4 – Perfil das Beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família

Tabela 5 – Perfil dos Profissionais da Escola

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral, tecer reflexões a partir da trajetória de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF do Município de Ubaíra-BA, apresnetando uma análise sobre a pobreza, vulnerabilidade e acompanhamento familiar e como objetivos específicos: realizar levantamento do perfil social das famílias beneficiárias do PBF no Município de Ubaíra-BA; Compreender quais são os limites das políticas sociais com respeito às famílias do campo; Refletir sobre as questões concernentes ao direito a educação do campo; Analisar em que medida o PBF contribuiu para o enfrentamento da pobreza; Identificar quais são os principais desafios e estratégias das famílias camponesas que não possuem terras suficientes para produzir e necessitam do PBF para sobreviver. Para tanto, recorreu-se à metodologia quanti-qualitativa de pesquisa, desenvolvida a partir de discussão bibliográfica, as quais envolvem reflexões sobre os processos históricos e sociais relacionados à produção da pobreza no contexto camponês. Foram analisados documentos legais, como: Regulamentação da Proteção Social Básica, Leis e Normativas do Programa Bolsa Família (PBF) com renda mínima e condicionalidades, entre outros. Além disso, utilizou-se de entrevista semiestruturada com dez pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, dois professores, uma vice-diretora e uma diretora do Colégio Municipal Girassol do povoado do Alto da Lagoinha, Município de Ubaíra-BA. Ao final da pesquisa, constatou-se que as famílias que vivem no território camponês de Ubaíra, vivenciam diversas situações de vulnerabilidades, tais como: contextos de violência, filhos com histórico de evasão escolar, alto índice de insegurança alimentar, famílias que se enquadram nos critérios dos programas de transferência de renda e que vivenciam discriminação étnico-racial e desigualdades socioeconômicas. Tais percepções expressam o alto contingente de pauperização do município, comprovado a partir do alto índice de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que chegou a 3.956 no ano de 2020. Diante dos dados, foi possível desenvolver um perfil dos usuários da política de assistência no município, o qual apresenta os desafios enfrentados e a importância do Programa Bolsa Família que foi essencial para complementar a renda das famílias e garantir acesso à alimentação. A pesquisa oportunizou também apresentar a visão dos educadores do território camponês do povoado do Alto da Lagoinha sobre a produção da pobreza na comunidade e como se dá a relação da Escola com a comunidade - famílias e suas demandas socioeconômicas. Os profissionais da escola identificaram alguns indicadores da pobreza na comunidade, embora nem todos tenham uma visão aprofundada das origens históricas e sociais da pobreza. Constatou-se ainda que, mesmo sem conhecimento aprofundado sobre o programa Bolsa Família, todos os entrevistados consideram o programa como algo positivo, tanto na vida das famílias quanto no contexto educacional, onde contribuiu muito para diminuir os casos de evasão e abandono escolar.

Palavras-chaves: Educação do Campo. Pobreza. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The study there was like main goal, weave reflections from the trajectory of families beneficiaries from the Bolsa Família program, of county in Ubaíra-BA, presenting na analysis about poverty, vulnerability it is Family accompaniment and as specific objectives: carry out a social profile survey of the beneficiary families from of beneficiaries families from the Programa de Transferência de Renda do Bolsa Família in Ubaíra city; understand what are the limits of social policies with respect to rural families; reflecton issues concerning the countryside; analyze to what extent the Bolsa Família program contributed to the fight against poverty; identify with are the main challenges and strategies of peasant families who do not enough land and the Bolsa Família program to survive. To do so, we resorted to the quanti quali research methodology, that it is developed from bibliographical discussion, which with reflections on the historical and social processes related to the production of poverty in the countryside context. We used documental analysis based on legal documents: Regulamentação da Proteção Social Básica, Leis e Normativas do Programa Bolsa Família (PBF) with minimum income and conditionalities, among others; and semi-structured interview with the research subjects, which were ten (10) beneficiaries of the Programa Bolsa Família, two teachers, and the Colégio Municipal Girassol principal and vice-principal, in the Alto da Lagoinha village, in Ubaíra-Ba city. At the end of this research, it was found that families living in Ubaíra's countryside territory, experience different situations of vulnerability, such as: contexts of violence, children with a history of school dropout, food insecurity high rate, families that have the necessary criteria of the income transfer programs, such as the experience of ethnic-racial discrimination, and socioeconomic inequalities. The scenario that expresses the high impoverishment contingent in this, which can be seen from the high rate of families benefiting from the Bolsa Família Program, which reached 3,956 in 2020. Facing these informations, it was possible to develop a profile of the users of the assistance policy in this city, showing the challenges faced, and the Bolsa Família importance, that, among other information, it was important to supplement the families' income and guarantee their nutrition. The research also made it possible to present the educators vision from the countryside territory of Alto da Lagoinha on the poverty production in the community and how the relationship between the School and the community - families and their socioeconomic demands- takes place. School professionals have identified some indicators of poverty in the community, although not all of them have a deep view of the historical and social origins of poverty. It was also found that, even without deep knowledge about the Programa Bolsa Família, all respondents see the program as something positive, both in the lives of families and in the educational context, that contributed a lot to reduce cases of evasion and school dropout.

Keywords: Countryside Education. Poverty. Bolsa Família Program.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I: QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO	15
2.1 Questão Social e suas expressões, do que se trata?	15
2.2 O Capitalismo e suas implicações sociais e econômicas	18
2.3 Contexto Histórico das Políticas Sociais no Brasil.....	25
2.4 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Neoliberal.....	34
3 CAPÍTULO II: TERRITÓRIO CAMPONÊS E POBREZA: CONSTRUÇÕES ESTRUTURAIS E SOCIAIS.....	41
3.1 Conjuntura governamental histórica.....	41
3.2 Educações do Campo.....	45
3.5 Pobrezas, Extrema Pobreza e Vulnerabilidade Social no Brasil.....	58
4 CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DE UBAÍRA-BA: O QUE OS DADOS REVELAM?.....	76
4.1 O Programa Bolsa Família.....	77
4.2 Análises do Programa Bolsa Família no município de Ubaíra	78
4.3 Diálogo com as beneficiárias do Programa Bolsa Família	80
4.4 Entrevistas com professores.....	95
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	106
REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma modalidade educacional respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN (Lei nº 9.394/96). De acordo com Caldart (2012) ela é fruto da luta de trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos sociais do campo, tendo como o propósito contrapor a lógica da educação rural¹. Nesse sentido, a educação do campo deve ser vista como uma política pública que visa à garantia dos direitos educacionais da população camponesa, tendo em vista que no processo histórico do nosso país, a educação sempre esteve associada aos interesses da elite, enquanto os direitos da classe trabalhadora estiveram relegados ao segundo plano.

Dessa forma, a presente pesquisa perpassa pelo território da Educação do Campo e dialoga com a realidade de uma parcela do povo camponês, que não dispõe de terras suficientes para produzir e se manter, sendo necessário recorrer ao auxílio de programas sociais para complementar a renda familiar.

O objetivo geral dessa pesquisa consiste em tecer reflexões a partir da trajetória de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF do Município de Ubaíra-BA. Enquanto os objetivos específicos propõe: realizar um levantamento do perfil social das famílias beneficiárias do PBF no Município de Ubaíra-BA; compreender quais são os limites das políticas sociais com respeito às famílias do campo; refletir sobre as questões concernentes ao direito a educação do campo; analisar em que medida o PBF contribuiu para o enfrentamento da pobreza; Identificar quais são os principais desafios e estratégias das famílias camponesas que não possuem terras suficientes para produzir e necessitam do PBF para sobreviver.

O interesse por essa temática é fruto de vivência profissional própria, enquanto técnica de referência e assistente social no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS nos municípios de Mutuípe – BA e Ubaíra-BA. Nestes ambientes, é realizado trabalho social com

¹ A Educação Rural pode ser entendida como um conjunto de ações pedagógicas, administrativas e políticas, elaboradas para atender as necessidades do capital. Para melhor compreensão do conceito é necessário retomar o percurso histórico e refletir sobre a forma como a educação ofertada para a população do campo foi instituída ao longo do tempo, até o surgimento da proposta da Educação do Campo. De acordo com Leite (1999, p.14) *A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político - ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade*”. Dessa forma, a formação destinada aos camponeses esteve vinculado a um modelo importado da educação urbana, sem nenhum tipo de valorização do campo, do trabalho no campo, da cultura, dos valores e dos povos do campo.

famílias, juntamente com a equipe, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. Através do PAIF famílias em contexto de vulnerabilidades e riscos sociais, são acompanhadas em busca de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, com o intuito de prevenir situações de exclusão e risco social peculiar a cada ciclo de vida.

Em aproximadamente cinco anos de experiência nesses trabalhos, foi possível observar que as famílias habitantes no território camponês de Ubaíra, vivenciam situações de vulnerabilidades, tais como: contextos de violência, principalmente a doméstica, filhos com histórico de evasão escolar, alto índice de insegurança alimentar, famílias que se enquadram nos critérios dos programas de transferência de renda, com vivência de discriminação étnico-racial e desigualdade socioeconômica.

O Brasil é um país marcado pelas desigualdades socioeconômicas, em um cenário onde as ações voltadas para as questões sociais, historicamente, foram desenvolvidas com um cunho assistencialista, vinculadas a religiosidade, a qual implicava na naturalização da pobreza e de outras mazelas sociais. Contudo, até os dias atuais, os problemas relacionados à pobreza é um grande agravante do país. Essa realidade se acentua ainda mais no campo, território marcado por uma série de desigualdades, provocadas, sobretudo, a partir do modelo de desenvolvimento agroexportador que vem ao longo do tempo promovendo a exclusão social e expropriação dos povos camponeses.

O estudo tem grande relevância social, considerando que a pobreza é uma categoria histórica e socialmente construída, que tem impactado a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, assim como no Brasil, fruto de uma sociedade em que o acúmulo das riquezas produzidas se concentra nas mãos de uma parcela muito pequena da sociedade, enquanto a classe trabalhadora é historicamente explorada. Logo, é considerado que a discussão sobre pobreza não pode ser desvinculada do debate sobre classe e trabalho.

A nível global, os maiores índices da pobreza, se concentram na Ásia, África e América Latina. De acordo com os estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL no ano de 2020, a América Latina² atingiu os maiores índices de pobreza desde o ano de 2008, chegando a 33,7% da população, esse quadro concentra-se,

² Boletim de Análise Político-Institucional | n. 13 | Out. 2017 - Ao propor uma discussão em torno da matriz de desigualdade social na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2016) vem enfatizando o complexo entrelaçamento do eixo de desigualdades econômicas (classes de renda) com os eixos de desigualdades de gênero, étnico-raciais, territoriais e derivadas da idade ou etapa do ciclo de vida das pessoas como estruturantes de um processo de produção e reprodução de relações sociais desiguais e experiências pessoais marcadas pela acumulação histórica de exclusões.

sobretudo nas áreas rurais, atingindo principalmente o grupo de pessoas historicamente excluídas da sociedade, como povos indígenas e afrodescendentes, e pessoas com baixo grau de escolaridade.

Segundo a pesquisa apresentada pela Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, no ano de 2018, o Brasil alcançou a marca de 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, sendo que os índices de pobreza e extrema pobreza são caracterizados por um recorte de cor, região e instrução escolar. Parte das pessoas que vivem em situação de pobreza é preta ou parda (representa 72% dos pobres), mais da metade delas vivem na região nordeste e não tem o ensino fundamental completo (IBGE, 2022b).

Ao tratar da pobreza no contexto camponês, leva-se em consideração uma série de questões, ao considerar que o grau de vulnerabilidade que atinge a população do campo tende a ser maior, sobretudo por esta não ter acesso a serviços considerados básicos, como saúde, saneamento básico, educação, entre outros. Dessa forma, requer uma análise que reflita para além da renda, mas que perpassasse por toda a realidade social do povo camponês.

A pesquisa tem também sua relevância acadêmica, na medida em que ela provoca uma série de discussões, diálogos e reflexões acerca da temática, ao apresentar as contribuições de pensadores a partir de trabalhos sistematizados que contribuem para aprofundar o conhecimento sobre o tema, bem como para refletir e problematizar as questões postas. Considera ainda que para o enfrentamento dos problemas sociais, é necessário o conhecimento de suas origens, e de como eles se materializam na vida das pessoas, sobretudo da classe trabalhadora.

A pesquisa deparou-se com questões apresentadas pela pandemia da Covid 19 e suas implicações sociais, culturais e econômicas, que impactaram de forma crucial a vida da população mais pobre do nosso país. Após três anos de pandemia, constata-se através dos dados do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas-FGV e de outros órgãos de pesquisa, que o Brasil ficou mais desigual e a fome voltou a ocupar índices alarmantes. Dessa forma, as notícias sobre os desdobramentos da pobreza neste país têm se tornado mais frequentes e assustadoras³.

De acordo com dados do IBGE a extrema pobreza no Brasil alcançou em 7,9% da população no final de 2019, tendo uma queda para 4,2% no terceiro trimestre de 2020 e progredido para 8,6% no final do ano de 2021. Dados mais recentes apontam 18,2 milhões de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Dessa forma, embora o Auxílio

³ Ver matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em março de 2022 intitulada “quando o açougue vira joalheria, a barbárie está instalada”, que relata o assassinato de dois jovens negros que foram mortos por terem furtado charque em um supermercado em Salvador no estado da Bahia.

Emergencial do ano de 2020 tenha contribuído bastante, nos anos seguintes registra-se uma reversão com níveis acima do período anterior a pandemia.

Com a perspectiva da análise apresentada, o presente estudo buscou responder as seguintes questões, a saber: Quais são os limites das políticas sociais com respeito às famílias do campo? Qual o perfil das famílias beneficiárias do Programa Social Bolsa Família? Como a Educação do Campo tem contribuído para o debate das questões sociais no campo?

A seguinte pesquisa foi desenvolvida no povoado do Alto da Lagoinha, o maior povoado do Município de Ubaíra-BA, sendo que o referido povoado possui 290 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e desse total, foram selecionadas 10 mulheres para colaborar com a pesquisa. Os instrumentos de coleta de dados foram a base de dados do Cadastro Único, a realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionário. Como procedimento de análise de dados foi utilizado o método quali-quantitativo e de conteúdo. A relação entre qualitativo e quantitativo não deve ser vista como oposição contraditória, mas uma rica possibilidade das relações sociais serem analisadas em seus aspectos mais “concretos” e aprofundadas em seus aspectos mais essenciais. “Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para ser aprofundadas qualitativamente e vice-versa” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244).

Após leitura e análise, os dados encontram-se sistematizados neste trabalho, o qual organiza-se da seguinte forma: Introdução, que apresenta questões diretamente ligadas à contextualização do tema, objetivos, justificativa, e metodologia adotada; Capítulo I intitulado *Questão Social e Políticas Sociais no Capitalismo*, o qual apresenta um panorama histórico da questão social, com discussões sobre as bases do capitalismo, do surgimento até a atualidade e de como ele tem contribuído para a promoção das desigualdades socioeconômicas no Brasil e no mundo. O capítulo II, intitulado *Território Camponês e Pobreza: Construções, Estruturais e Sociais*; apresenta uma breve discussão sobre o território camponês e a evolução da pobreza no contexto rural, ao tempo em que apresenta-se as principais políticas públicas desenvolvidas no campo, e como estão estruturadas no sentido de combater a pobreza e as desigualdades sociais. E o capítulo III, *Políticas Públicas no Território Camponês de Ubaíra-BA: o que os dados revelam?* a partir dos resultados obtidos junto a pesquisa de campo, apresenta-se uma discussão sobre as principais Políticas Públicas desenvolvidas no território camponês do Município de Ubaíra, com breve análise sobre seus impactos e os principais desafios. As Considerações Finais sistematiza os resultados da pesquisa, com um prognóstico e possíveis recomendações.

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma reflexão crítica dos processos da pobreza e da desigualdade social no contexto camponês e que, para além disso, seja marcada como um instrumento de denúncia das situações de vulnerabilidade social que vivem uma grande percentagem da população camponesa a nível nacional, como resultado da ausência de políticas públicas efetivas.

2 CAPÍTULO I: QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO

2.1 Questão Social e suas expressões, do que se trata?

A questão social, é um dos principais temas da reflexão teórico-metodológica dos assistentes sociais, que surgiu por volta de 1830 e muitos pesquisadores associam o termo à pobreza das massas populares e às desigualdades sociais geradas pelo capitalismo (CASTELO, 2010). A pesquisadora Anete Brito Leal Ivo (2008) considera que a questão social do ponto de vista clássico, refere-se às contradições e ambiguidades entre os direitos civis e políticos e as formas concretas e desiguais da matriz socioeconômica. Dessa forma, a pesquisa busca evidenciar que a pobreza rural está intrinsecamente relacionada ao próprio desenvolvimento de uma sociedade capitalista.

De acordo com Ivo (2008) a questão social no Brasil:

[...] se expressa na persistência e fora das atividades econômicas predominantemente, o que determina um padrão acentuado de desigualdades sociais e de rendas, que deixa de fora dos benefícios do crescimento econômico um contingente expressivo de trabalhadores empobrecidos, reduzidos a formas de sobrevivência (IVO, 2008, p. 109).

Observa-se a partir das contribuições de Ivo (2008) que as desigualdades sociais no Brasil, não estão ligadas exclusivamente a questões econômicas, mas estão relacionadas a um padrão concentrador de renda e de poder, baseadas em relações políticas e sociais autoritárias, que desde o período colonial opera hierarquicamente para criar os lugares a serem ocupados pela classe trabalhadora e pela classe dominante.

Telles (2013) considera a questão social como sendo:

(...) a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas nas relações de poder e dominação (TELLES, 2013, p.115).

A questão social está diretamente relacionada ao surgimento da produção capitalista e às explorações sofridas pela classe trabalhadora que não detém os meios de produção. Logo

analisa-se que a questão social se encontra em meio a um campo de disputas de classe com interesses distintos em relação ao modelo de desenvolvimento econômico, cultural e social. Portanto, considera-se que a questão social precisa ser entendida enquanto fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista e que sua concepção nasce da contradição capital X trabalho, que culmina de um lado, no processo de acumulação de capital e do outro na exploração do trabalhador, fazendo surgir a necessidade das políticas sociais.

Para Yamamoto e Carvalho (1983):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p.77).

Yamamoto e Carvalho (1983) consideram que a origem da “questão social” está no processo de lutas sociais e políticas da classe trabalhadora, que passa a reivindicar direitos sociais que garantam melhores condições de vida, para aqueles que historicamente foram marginalizados. Tendo em vista que a modernização do mundo globalizado não criou o emprego e a cidadania prometidos, “mas engendraram seu adverso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica - e descarta - povo e população que não tem como se adaptar a velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica”. (TELLLES, 2013, p.140).

Ainda sobre a questão social, Castelo (2010) endossa a discussão, informando que:

A “questão social” emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando o proletariado, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (CASTELO, 2010, p.90).

A questão social conforme aponta Castelo (2010) está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais produzidas historicamente, sendo que de acordo com a teoria marxista, a questão social tem como base a acumulação capitalista, pois nasce das relações sociais entre a classe trabalhadora (proletário) e os proprietários dos meios de produção. Dessa forma, entende-se que no Brasil e no mundo, grande parte da população vende sua força de trabalho, enquanto outra não está enquadrada no contingente de trabalhadores assalariados e estes não fazem parte diretamente do processo de produção capitalista.

Para compreender melhor esse processo, Marx (2013) recorre a uma das leis específicas do modo de produção capitalista e considera que:

A lei segundo a qual uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana, é expressa no terreno capitalista – onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas estes o trabalhador – da seguinte maneira: quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre seus meios de ocupação, e tanto mais precária, portanto, a condição de existência do assalariado, que consiste na venda da própria força com vistas ao aumento da riqueza alheia ou à autovalorização do capital. Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (MARX, 2013, p. 720).

Observa-se que no Brasil a oferta de força de trabalho é superior a demanda do mercado capitalista, o que gera um exército de pessoas desempregadas, e como consequência desse modelo de produção e de como tudo se organiza a sua volta, tem-se uma sociedade marcada pela pobreza, desigualdades, miséria, fome, violências, entre outras mazelas sociais. Nessa medida, pode-se afirmar que a questão social encontra arraigada no interior das relações sociais de produção capitalista, marcada pelo acúmulo de riquezas nas mãos da classe dominante, enquanto a classe trabalhadora é explorada. Nessa lógica de acordo com Mota (2009, p. 17) “na sociedade capitalista, a reprodução da própria vida tem como única alternativa a venda da força de trabalho e os salários como meio de acesso aos bens e serviços necessários à subsistência, através do mercado”.

Iamamoto (2001) reitera a discussão, considerando que:

(...) O regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sócio-histórico-econômicas de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais das quais se expressam (IAMAMOTO, 2001, p.11).

A questão social, de acordo com Telles (2013, p.115) “é o ângulo pela qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em suas histórias, seus dilemas e perspectivas de futuro”. Nesse sentido, discutir questão social nessa pesquisa, permite problematizar a situação da pobreza dentro de um processo histórico e social que tem afetado a vida de milhares de pessoas do campo e da cidade, e se apresentado como grande barreira para o acesso aos direitos fundamentais.

2.2 O Capitalismo e suas implicações sociais e econômicas

O capitalismo é um sistema social e econômico do novo mundo, que surge entre os séculos XI e XV, com o processo de enfraquecimento do sistema feudal⁴, tendo em sua ideologia a concentração de bens e posse da propriedade privada. De acordo com Marx “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2013, p. 836). Portanto, como afirma Marx no livro “O capital”, o sistema capitalista surgiu no bojo da sociedade feudal e a partir do seu desenvolvimento foi aos poucos transformando a velha ordem.

A respeito do surgimento do capitalismo e do que o novo sistema representava, Marx e Engels (1998) afirmam que:

A moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressões, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 1998, p.40).

Marx e Engels (1998) mostram que a sociedade é constituída pela luta de classe, onde sempre vai haver um modo de produção dominante, com suas regras, seus interesses e suas formas de opressão. Nesse sentido, compreende-se que o capitalismo incorpora alguns elementos do velho modelo econômico, ao resignificá-lo para atender as novas perspectivas econômicas e sociais do novo mundo.

Com o capitalismo uma nova dinâmica foi implementada, os camponeses que no sistema feudal trabalhavam nas terras dos senhores e tinham autonomia na forma de produção, foram expulsos de forma violenta das terras, separados dos meios de produção e destituídos de qualquer condição mínima de existência material. Logo, as terras que eram comunais passaram a ser propriedade privada. Dessa forma aos camponeses restou apenas subsistir nas cidades em péssimas condições de vida, obrigados a vender a força do trabalho em troca do salário. Marx analisa as desigualdades sociais e as tem como produto de um conjunto de relações, pautado na propriedade como um fato jurídico e político. Para ele, a origem das desigualdades sociais está

⁴ O feudalismo refere-se a um modelo social e econômico existente numa época histórica denominada Idade Média, nos séculos V ao XV, o qual era rígido e estático, na Europa Central, sendo estabelecidos pela nobreza, os senhores feudais, vassalos e servos, e assim, quase não havia mobilidade social. No sistema feudal, os servos viviam subordinados aos seus senhores, tinham o dever de cultivar a terra, pagar tributos ao seu senhor e o dízimo à Igreja. A agricultura era a principal atividade econômica, logo independente das condições da terra e da produção os servos tinham a obrigação de devolver a parte que cabia ao senhor feudal e a igreja.

no poder de dominação, a qual é provocada pela desigualdade de classes, sendo que uma produz e a outra tem a dominação, a apropriação de renda e a acumulação do capital. Sobre a acumulação do capital, Marx (1987) declara que:

A acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias (MARX, 1987, p. 261).

Nesse sentido, o referido autor expõe que o mais-valor, ou a mais valia, refere-se à diferença entre o preço do trabalho e a remuneração ofertada a quem desempenha um labor. Seu surgimento está relacionado, principalmente, ao tempo de trabalho conforme o lucro adquirido pelo proletariado, ou seja, o valor do trabalho e o salário pago tornam-se desiguais, pois o esforço do mão de obra dada pelo trabalhador não é revertido em rentabilidades reais.

Segundo Marx (1987), com as diversas transformações incididas na sociedade, encerrou-se a fase de acumulação primitiva do capital e iniciou-se a ascendência ao capital mercantil sobre a produção, constituindo-se a fase de disputa do capitalismo. Esse período foi marcado pela Primeira Revolução Industrial⁵. Foram inúmeras as mudanças advindas com a Revolução Industrial no meio de trabalho, pois a produção que era realizada de maneira familiar, artesanal, manufatureira e cooperativa, passou a ser concentrada em grandes fábricas.

De acordo com Marx (1987) o avanço do processo de industrialização culminou em diversas consequências na área social, haja vista que na expansão do capitalismo, os camponeses foram submetidos às exigências dos donos do capital, os quais convocavam a mão de obra sob coerção, e caso recusassem o trabalho por conta das péssimas condições e salários, eram denunciados às autoridades. Dessa maneira, o camponês passou a ser trabalhador assalariado, submetido à ideologia burguesa e subordinados ao capital. Esta fase desencadeou a construção de uma nova estrutura social e política mediante as concepções e desígnios dos burgueses.

Na lógica da acumulação do capital, a burguesia alimentada pelos ideais de crescimento e desenvolvimento econômico, vislumbrava na pobreza da classe trabalhadora uma forma de tê-los sempre à disposição para a execução do trabalho e extração da mais-valia, sem direito de reclamar, pois naquele contexto existia um exército de pessoas desempregadas, necessitando de trabalho para sobreviver. Dessa forma, o sistema capitalista funcionou e funciona para que a burguesia centralize as riquezas produzidas pelas mãos dos trabalhadores e acumula capital

⁵ A revolução industrial teve início na Inglaterra, emergindo aproximadamente em 1775, se espalhou por toda a Europa e tinha como base técnica o tear e a máquina a vapor, dando início à era moderna e à substituição da economia agrária para a industrializada

para um pequeno grupo da sociedade. Além desses fatores, Marx expressa que “no processo de acumulação primitiva que o sistema capitalista utilizou a força do Estado para garantir a regulamentação de baixos salários e grandes horas de trabalho” (MARX, 1980, p. 855).

Destarte, para sustentar o processo de acumulação, é preciso manter grande parte da classe trabalhadora sempre à disposição. Nesse contexto, Iamamoto (2000) ressalta que:

[...] A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove. Essa massa de trabalhadores é oferecida à indústria pela existência de uma população excessiva colocada em disponibilidade, devido a métodos de produção que diminuam, proporcionalmente, a cifra de trabalhadores ante a ampliação da mesma produção (IAMAMOTO, 2000, p. 59).

Dessa forma, percebe-se que o modo de produção capitalista é construído historicamente e refere-se à maneira de constituir a produção das condições materiais para a existência humana, ao tempo em que determina as relações sociais que estabeleçam a ininterrupção e reprodução das classes dominantes em cada momento histórico. Segundo Marx “o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direito” (MARX, 2013, p.855).

O teórico destaca ainda que:

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei veículo do roubo de terras pertencentes ao povo, embora os grandes empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (MARX, 1980, p. 841).

Outro fator que para Marx contribuiu muito para o processo de acumulação do capital se deu no seguinte contexto:

As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era de produção capitalista (MARX, 1980, p.868).

Como pode ser observado a partir da inferência de Marx, na medida em que a Europa dava seus passos na construção do progresso, a partir da expansão do capitalismo, com a produção de base industrial, o Brasil foi um dos territórios invadidos e saqueados pelos europeus, com o *status* de descobrimento. Dessa forma, a vida dos povos originários, que habitavam essas terras foi violentamente transformada, de acordo com os interesses do

colonizador de acumular riquezas e explorar a mão de obra dos primeiros habitantes dessa terra, de forma gratuita.

Com o processo de transição do sistema feudal para o capitalismo, é importante salientar que nem todos os camponeses eram aceitos nas fábricas e os que eram, sobreviviam de maneira degradante, com baixos salários, sendo comum o labor de mulheres e crianças nos espaços das indústrias, espaços estes que se referiam a galpões improvisados, abafados, insalubres, sujos e com péssima iluminação, além de estarem submissos a castigos físicos provenientes dos patrões. Em alguns dos relatos, Marx (1987), expressa que:

[...] A metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas... e a jornada de trabalho variava entre 12 e 18 horas, com trabalho noturno e refeições irregulares (MARX, 1987, p. 189).

Para Martins (1994):

A revolução industrial significou algo mais do que a introdução da máquina a vapor e dos sucessivos aperfeiçoamentos dos métodos produtivos. Ela representou o triunfo da indústria capitalista, capitaneada pelo empresário capitalista que foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob o seu controle, convertendo grandes massas humanas em simples trabalhadores despossuídos (MARTINS, 1994, p. 5-6).

Segundo o autor, a chegada das máquinas proporcionou o desemprego para muitos e novas relações entre os homens, pois os camponeses necessitavam se adequar às novas formas de produção industrial e a máquina determinava o ritmo de seu labor, dessa forma, os trabalhadores eram submetidos ao trabalho assalariado, sendo este o único meio de prover a subsistência familiar, ao tempo em que a burguesia adquiria lucro e acumulava capital. Além disso, com o crescimento das cidades, e a migração da população do campo para as cidades houve o aumento de favelas, sem oferta de saneamento básico, água potável, ou moradias adequadas, palco perfeito para a proliferação de doenças.

De acordo com Castelo (2010):

Enquanto o capitalismo expandia-se por todo o globo terrestre e conhecia novas terras, povos e culturas, exterminando-os na maior parte das vezes, ignorava por completo a periferia das suas cidades: os bairros proletários eram descritos como uma terra estranha, repleta de mistérios e desafios, e seus habitantes, os trabalhadores, eram tidos como seres selvagens e bárbaros, membros de uma “classe perigosa” (CASTELO, 2010, p.88).

Sobre a realidade de vida dos trabalhadores era “flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de

morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários” (SANTOS, 2012, p. 37).

Nesse contexto desumano as camadas populares viviam exploradas em sua força de trabalho, sem nenhum tipo de benefício, a não ser o salário que não condizia com suas necessidades materiais. Castelo (2010), expressa que “os trabalhadores, a partir da inserção no processo de produção capitalista, dispunham da faculdade de partilhar da sociedade mercantil, mas não gozavam do direito de participar da comunidade política, atividade esta garantida aos homens racionais e que possuíam renda e riqueza” (CASTELO, 2010, p.88). Os camponeses, agora operários, eram vistos pela burguesia liberal como sujeitos incapazes de participar da vida política, por possuir um nível intelectual tido baixo devido às péssimas condições de trabalho e de vida, logo eram vistos e tratados como seres inferiores. Dessa forma, os operários eram incluídos no plano econômico, como peça fundamental no processo de produção para a promoção da acumulação do capital da burguesia, ao tempo em que eram excluídos da vida política.

Por muito tempo os trabalhadores foram explorados, violentados e submetidos a maus tratos. Todo esse cenário começou a ser modificado a partir do momento em que a classe trabalhadora tomou consciência e passou a se organizar coletivamente, levantando suas bandeiras de luta e fazendo pressão frente aos desmandos da burguesia liberal, em prol de seus interesses.

Sobre o levante dos trabalhadores Iamamoto (2003) considera que:

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2003, p. 66).

Diante dos processos de organização da classe trabalhadora, estes que antes pareciam apáticos “passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada à nova conjuntura política de protestos e reivindicações populares” (CASTELO, 2010, p.90).

O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos patrocinados pelo Estado britânico sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir das leis dos pobres (CASTELO, 2010, p.90).

Por algum tempo as questões sociais, referentes à pobreza e a vulnerabilidade social, apareciam como um problema dos operários e suas péssimas condições de vida. “O combate à

pobreza das massas populares era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção da mais-valia” (CASTELO 2010, p. 91), até o momento em que a classe trabalhadora ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários.

Entre os diversos movimentos dos trabalhadores ao redor do mundo, destacamos aquele considerado como uma das primeiras revoltas dos operários, o Ludismo⁶, que segundo o historiador Eric Hobsbawm (1977), surgiu no final do século XVIII, onde um operário britânico chamado Ned Ludd, movido pelo desespero, quebrou máquinas da fábrica, sendo essa atitude transformada em exemplo, nascendo assim o Movimento Ludista ou Ludismo, o qual agia de maneira clandestina e também era conhecido como o movimento dos trabalhadores quebradores de máquinas.

Eric Hobsbawm ainda expõe que entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, surgiu na Inglaterra o movimento operário denominado de Cartismo, o qual adquiriu este nome devido a uma carta feita em maio de 1838, pelo proletário William Lovett. A chamada Carta do Povo, continha reivindicações de direitos políticos, como o sufrágio universal (direito de voto), o voto secreto, melhoria das condições e jornadas de trabalho.

Nesse contexto, os operários observaram a necessidade de compartilhar suas experiências e a instituir atos unitários com trabalhadores de outras nações, o que deu origem, no ano de 1864, a mais importante organização chamada Associação Internacional dos Trabalhadores-AIT, que tinha como lema “Operários do mundo, uni-vos”, como fruto desse movimento no ano de 1866 ocorreu a primeira conferência da AIT, na qual foi decidida estabelecer uma greve como instrumento de luta em prol da redução da carga horária de trabalho. Portanto, a primeira grande greve ocorreu em Chicago, no dia primeiro de maio de 1886, a qual pleiteava oito horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de educação⁷.

Dois anos posteriormente, os operários criaram a Federação Americana do Trabalho (American Federation of Labor-AFL), ligada ao movimento anarquista conhecido com

⁶No Ludismo, as identidades dos operários não eram reveladas e os mesmos enviavam cartas aos empregadores, nas quais exigiam a não utilização do maquinário. Posteriormente, por não conseguir o almejado, os membros desse movimento invadiam os espaços industriais e destruía os maquinários, tendo ainda o apoio de inúmeros desempregados. salientar que, embora esse movimento não tivesse uma clara ideologia, tornou-se a primeira experiência dos operários para defender-se e a questionar o capitalismo.

⁷ Na greve realizada em Chicago seis operários foram mortos no terceiro dia de greve, pela polícia. Já no quinto dia, uma manifestação com mais de cem mil operários foi violentamente atacada por policiais, deixando mais de cem trabalhadores mortos, mais de mil feridos, além da prisão das lideranças.

Cavalheiros do Trabalho, decidiram realizar uma nova greve para o dia 1º de maio, a qual ficou conhecida como a greve dos “Mártires de Chicago” e demonstrou que, embora sofressem repressão, não desistiam de pleitear as oito horas, as quais começaram a ser conquistadas em longa escala a partir de 1900. De acordo com Giannotti (2007):

Foram décadas de lutas, mortes, prisões e perseguições marcaram todo o século XIX, mas às 8 horas não eram alcançadas. Só começaram a vigorar na segunda metade da década de 1910. A batalha das 8 horas foi uma luta exemplar que marcou profundamente a história da classe operária mundial (GIANNOTTI, 2007, p.45 e 46).

Conforme a autora, os trabalhadores que lutavam pela jornada de oito horas diária, sofreram inúmeras repressões. Sua luta era pela emancipação da classe trabalhadora e por melhores condições de trabalho.

Nesse processo de organização e luta da classe trabalhadora é de suma importância destacar o papel da mulher na luta pela redução da carga horária de trabalho e por melhores condições de trabalho. González (2010) relata que no dia 8 março de 1857, na cidade norte-americana de Nova Iorque, mulheres trabalhadoras de uma fábrica de tecidos, realizaram uma greve com a ocupação da fábrica, onde pleiteavam melhores condições de trabalho, redução de 16 para 10 horas diárias de trabalho; equiparação do salário com os homens, tendo em vista que recebiam 1/3 do salário recebido por eles, além de tratamento digno no espaço de trabalho. Porém, foram trancadas dentro da fábrica, local onde foi ateadado fogo, causando a morte de, aproximadamente, 130 mulheres.

A tragédia chocou toda a sociedade estadunidense. Prova disso é que os principais jornais do país, The New York Times, The World, The Evening Journal, The Survey deram uma grande cobertura à notícia, que foi chamada por um deles de —o mais assustador horror desde o desastre de Slocum (barco naufragado em 1904 no East River) e o incêndio do Teatro Iroquois, em Chicago (GONZÁLEZ, 2010, p. 37).

González expõe que essa tragédia chocou o mundo, ao tempo em que demonstrou a importância dos movimentos sindicalistas na busca por melhores condições trabalhistas. Sem sombras de dúvidas todos esses acontecimentos marcaram a história de luta da classe trabalhadora em todos os cantos do mundo. Isso demonstrou que foi necessário derramar sangue e suor, para que futuramente fosse possível ter alguns direitos no campo trabalhista.

Todos os movimentos realizados pela classe trabalhadora ao longo da história foram determinantes para pressionar o Estado a criar Leis trabalhistas e políticas sociais que viessem atender seus interesses. De forma que “pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. De modo geral, o Estado assume algumas das reivindicações populares, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores”(VIEIRA, 1992, p.23). Embora é notório que nem

todas as reivindicações da classe trabalhadora e da sociedade civil foram atendidas pelo Estado ao longo da história.

Behring & Boschetti (2006, p.64), consideram que o surgimento das políticas sociais ocorreu paulatinamente e díspar entre os países, de acordo “com os movimentos e organizações reivindicatórias da classe trabalhadora e na correlação de forças no âmbito do Estado”. De acordo com os autores, é no final do século XIX que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais mais amplas, planejadas e sistematizadas sob caráter de obrigatoriedade.

No Brasil a história da política social segundo Viana é marcado:

[..] por um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, intervém nas manifestações da questão social, preocupado, inicialmente, em manter a ordem social. São elas formatadas a partir de um contexto autoritário no interior de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente. (PIANA, 2009, p.38).

Como será descrito no próximo tópico, no Brasil a transformação das políticas sociais de caráter assistencialista para o campo dos direitos, só foi consolidada a partir da Constituição de 1988, onde ampliou-se “os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais” (PIANA,2009, p.39), entre outros direitos, definidos nos artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

2.3 Contexto Histórico das Políticas Sociais no Brasil

Para análise da conjuntura atual da Política de Assistência Social no Brasil, é imprescindível recordar a história política e social desde a sua origem de caráter filantrópica até à ruptura desse modelo a partir do reconhecimento enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

De acordo com Piana:

Não se pode precisar um período específico do surgimento das primeiras identificações chamadas políticas sociais, visto que, como processo social, elas se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (PIANA, 2009, p.22).

Enquanto Behring & Boschetti (2009,p. 47) consideram que a origem das políticas sociais “relaciona-se aos movimentos de massa socialmente democratas e à formação dos estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX, porém sua generalização situa-se na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, especialmente em sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial”.

A política social é entendida enquanto conquista coletiva, pois engloba a classe trabalhadora, movimentos sociais, sindicais e outras organizações da sociedade civil, de forma que na definição de Piana (2009, p. 23) “as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força”. A história da política social assim como a política econômica estão diretamente vinculadas com o desenvolvimento do capitalismo em cada período histórico e em cada sociedade. Ela “surge no capitalismo com as mobilizações operárias e a partir do século XIX com o surgimento desses movimentos populares, é que ela é compreendida como estratégia governamental” (PIANA, 2009, p. 23).

A revolução industrial da Inglaterra modificou não só a economia, mas também o modo de vida da sociedade, trazendo consequência como “a urbanização exacerbada, e o crescimento da taxa de natalidade” (Idem), assim como fez surgir a consciência política e social, demandando organização do proletário, pois ali nascia o conflito de interesses capitalismo x classe trabalhadora.

Pastorini e Galizia (2006) afirma que as políticas sociais desenvolvem algumas funções primordiais no mundo capitalista, a saber: função social, econômica e política.

Função social: afirma-se que as políticas sociais têm por objetivo o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, para um complemento salarial às populações carentes. Contudo, esta função dissimula as verdadeiras funções que as políticas sociais desempenham no mundo capitalista ao apresentarem-se como mecanismos institucionais que compõem uma rede de solidariedade social que objetiva diminuir as desigualdades sociais, oferecendo mais serviços sociais àqueles que têm menos recursos (PASTORINI, 1997, p.88).

Função econômica: tem-se a ação do Estado por meio da transferência direta ou indireta (pagos pela população por meio de impostos) de bens, recursos e outros, aos usuários mais carentes da população, oferecidos em forma de prestação de serviços sociais como a saúde, a educação e a assistência social, visando ao “barateamento da força de trabalho e consequente acumulação ampliada do capital” (PASTORINI; GALIZIA 2006, p.87).

Função política: diz respeito ao contexto de lutas entre as classes sociais opostas, não podendo ser vistas como meros favores das classes dominantes para os dominados, nem como conquista das reivindicações e pressões populares. Na concepção geral de Estado, tem-se interesses e disputas das classes, não sendo exclusivamente instrumento da classe dominante. Com isso, as políticas sociais apresentam-se como expressão da correlação de forças e lutas na sociedade civil, e concessões dos grupos majoritários no poder objetivando obter legitimidade e controle social (PASTORINI; GALIZIA, 2006, p.89).

No Brasil, de acordo com Piana (2009, p. 21) as políticas sociais “estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social”. Enquanto Faleiros (1991, p.8) considera que as políticas públicas “são vistas “como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como

conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão”.

Piana (2009, p.42) afirma que “as políticas sociais no Brasil emergem no final da República Velha, especialmente nos anos 20 (séc.XX), e começam a conquistar espaço no período getulista”. Ao tempo em que afirma que “até a Constituição Federal de 1988, o País não tinha um aparato jurídico-político que apontasse para a formação mínima de padrões de um Estado de Bem-Estar Social” (Idem).

Embora observa-se que a história da política social no Brasil seja marcada por um caráter fragmentário e assistencialista, é indiscutível o protagonismo dos movimentos sociais dos anos de 1980 no Brasil, que direcionaram o Estado para avançar no campo dos direitos sociais. Entre o conjunto de direitos, destacamos a educação, saúde, trabalho, previdência social e assistência social, sendo a assistência social uma das políticas que constituem o foco do nosso estudo. Logo faz-se necessário compreender como essas políticas foram desenvolvidas ao longo da história no Brasil.

Segundo Carvalho (2008) por muito tempo a Assistência Social esteve quase exclusivamente nas mãos de associações particulares, onde “sobreviviam muitas irmandades religiosas oriundas da época colonial que ofereciam a seus membros apoio para tratamentos de saúde, auxílio funerário, empréstimos, e mesmo pensões para viúvas e filho” (CARVALHO, 2008, p. 61). Nesse período histórico os governos não cogitavam em criar uma legislação que viesse assegurar direitos trabalhistas e de proteção ao trabalhador e qualquer movimento de luta era tratado como “caso de polícia”.

Em relação ao processo histórico da assistência social, Oliveira (2005) considera que:

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (OLIVEIRA, 2005, p. 25).

Ao observar a afirmação de Oliveira (2005) constata-se que a Assistência Social foi idealizada como lugar da não política e sua origem teve como base as práticas caritativas, de cunho voluntarista e solidário, estabelecendo assim uma cultura de benesses e ações assistencialistas. A autora ainda ressalta que, historicamente, a assistência teve sua origem vinculada à religiosidade, a qual implicava na naturalização da pobreza.

Em concomitância, Behring e Boschetti (2011) destacam que a origem das políticas sociais foi gradativa e diferenciada entre os países, e teve como base os movimentos e organizações reivindicatórias da classe trabalhadora e a correlação de forças no domínio do Estado. O liberalismo teve grande influência na metade do século XIX até os anos de 1930, que defendia o trabalho como mercadoria e regulado pelo livre mercado.

Behring e Boschetti (2011) enfatizam também que o Estado liberal tem em sua característica o predomínio da liberdade e da competitividade, é mínimo e assume o papel neutro de legislador e mediador, além de desenvolver ações complementares ao mercado. Para os liberais, a miséria é naturalizada e as políticas sociais estimulam o ócio, devendo ser apenas paliativas, pois a minimização da pobreza é responsabilidade da caridade privada. É, portanto, o livre e ilimitado mercado que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Observa-se a partir das contribuições de Behring e Boschetti (2011) que a origem da assistência social no Brasil não foi diferente dos demais países, pois suas raízes foram fundamentadas na solidariedade religiosa, na caridade e na tão reatualizada filantropia, desta forma, fica evidente a prioridade do assistencialismo em detrimento do direito.

Com a independência do Brasil no ano de 1822, a formação social e o capitalismo ganharam força no território brasileiro, e conseqüentemente as desigualdades sociais foram evidenciadas ao longo dos anos. Nesse sentido, Costa (2006) descreve que:

A desigualdade social no Brasil é o resultado de um longo processo histórico cujas raízes se colocam na estrutura produtiva assentada em latifúndios exportadores e na concentração de rendas nos senhores rurais, que após a independência transformaram-se na base política do Estado brasileiro (COSTA, 2006, p.111).

A autora destaca que a desigualdade social no Brasil é fruto de uma construção social e histórica, a qual possui sua estrutura inerente ao modo de produção capitalista. Entretanto, até o ano de 1887, no Brasil não havia legislações sociais que atendessem às questões sociais, conforme destacam Behring e Boschetti (2008). Contudo, até meados da década de 30, a questão social era considerada como caso de polícia, e nesse contexto, Iamamoto (2004), acrescenta que:

Aos movimentos desencadeados pelo proletariado a resposta principal e mais evidente do Estado na primeira República, diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes será a repressão policial. A violência do Estado se fará constantemente presente à trajetória das lutas do movimento operário como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária à acumulação capitalista. A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados à agro - exportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária. Seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão

policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo (IAMAMOTO, 2004, p. 133).

Iamamoto (2004) apresenta que as leis eram instrumentos que defendiam a burguesia ao tempo em que eram usadas para reprimir as aspirações democráticas das massas que não se conformavam com as regras vigentes. Destarte, no Brasil as Políticas Sociais iniciaram no século XX com o intuito de abrandar os conflitos oriundos do processo de estabilização do sistema capitalista e não de ofertar o bem-estar social às classes sociais.

De acordo com Carvalho (2008) o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país, ao considerar que a partir dessa data houve aceleração das mudanças sociais e políticas. Entre as mudanças ocorridas estavam a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em seguida a vasta legislação trabalhista e previdenciária, “complementada em 1946 com a Consolidação das Leis do Trabalho” (CARVALHO 2008, p.87). A partir dessas conquistas a legislação social foi ampliando seu alcance.

Até 1930, a Assistência Social no Brasil era direcionada ao paternalismo individual e institucional, porém, posteriormente a este período, houve no Brasil o ingresso das primeiras formas de legislação social, na qual o Estado passou a ver a questão social como forma de reprodução da classe operária e de integração das massas em apoio ao governo.

No ano de 1938 foi criada a primeira e grande regulação da assistência social no Brasil, a qual se refere a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS. Segundo Mestriner (2001):

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia (MESTRINER, 2001, p. 57-58).

Nesse sentido, pode-se compreender que o CNSS foi a primeira manifestação da Assistência Social ofertada pelo Estado brasileiro, ainda que sua função tenha sido secundária às entidades que prestavam amparo social. Vale salientar que esse conselho tinha o desígnio de centralizar e organizar as obras de cunho assistencial públicas e privadas, além de ser uma ferramenta para o clientelismo político e de manipulação de recursos e subvenções públicas. Ele também era formado por pessoas que possuíam um alto poder aquisitivo e substituíam o Estado nas ações caritativas.

Com essa conjuntura, o Conselho Nacional de Serviço Social não se constituía em um órgão atuante, o que culminou na criação da primeira instituição de Assistência Social do Brasil, a Legião Brasileira de Assistência-LBA no ano de 1942, tendo em sua coordenação a primeira-dama deste período político, Darcy Vargas.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira presidente dessa instituição foi Dona Dercy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas (TORRES, 2002, p. 29).

Também é nessa conjuntura que surgiu o primeiro-damismo, numa década em que o Estado se viu compelido a prestar assistência aos necessitados, e a primeira-dama passou a desempenhar um papel estratégico nessa ação e na defesa de causas sociais.

Entretanto, Boscari e Silva (2015) afirmam que no ano de 1969, a LBA é transformada em fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, e ali vai viver em paralelo com a Secretária de Assistência Social criada pelo General Geisel quando Presidente Militar.

Vale salientar que, no Brasil, as duas primeiras Constituições Federais não abordavam sobre direitos sociais. Deste modo, a consolidação das políticas sociais neste país ocorreu de maneira lenta, sendo construída através de lutas e reivindicações da classe trabalhadora.

Segundo Behring e Boschetti (2010, p. 95) “Vargas esteve à frente de uma ampla coalizão de forças em 1930, que a historiografia caracterizou como um Estado de compromisso, e que impulsionou profundas mudanças no Estado e na sociedade brasileira”. Esse período foi marcado pela sanção de distintos tipos de direitos sociais, os quais asseguravam melhores condições de trabalho e vida social aos trabalhadores.

Em concomitância, Bavaresco e Martins (2009) afirmam que durante o Governo de Getúlio Vargas a proteção social passa a ser promovida pelo Estado, através de legislações como, por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, sancionada em 1943 que objetivou amenizar as divergências nas relações entre capital e trabalho, visando desmobilizar os trabalhadores e regular as tensões entre as classes sociais.

Com o exposto, pode-se compreender que o sistema de proteção social no Brasil era seletivo e distante de ser universal, porém, as conquistas ocorreram não por vontade e interesse próprio dos governantes, mas sim pela pressão popular, principalmente entre os anos de 1945 e 1964. Neste período houve um aumento da participação de diversos segmentos da sociedade

civil e do militarismo, em que defendiam o nacional desenvolvimentismo, do desenvolvimento associado ou, ainda, de interesses específicos.

Também no início da década de 60, ocorreram reivindicações de movimentos sociais, os quais buscaram as “reformas de base” e eram liderados e conduzidos pelas elites progressistas. De acordo com Santos (1987), esse período foi marcado por uma disputa de poder na qual havia a predominância de dois projetos sendo um projeto democratizante que buscava a sustentação política das classes populares, e um projeto que se opunha ao primeiro, pelo desenvolvimento “pelo alto”, e que se associava com o capital monopolista internacional.

Silva (2012) declara que na década de 1960 houve uma correlação de forças responsável pela crise conjuntural da economia da época, a qual culminou no Golpe Militar de 1964, sendo o contexto em questão marcado por uma incompatibilidade entre a democracia populista e a crise que era eminente. A autora ainda evidencia que na ditadura militar, destaca-se o que chamamos de retração dos direitos civis e políticos da população, que traz como consequências o fechamento de diversas instituições da sociedade civil. Naquele momento, as políticas sociais eram ofertadas de forma funcional a legitimar o arbitrário regime militar, mas caracterizava de certa forma para a população atendida, uma ampliação da cobertura da proteção social na ordem vigente.

Além disso, Silva (2012) sinaliza que, na década de 1960 ocorreram importantes contribuições, como a criação da Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS em 1960, o Instituto Nacional de Previdência Social-INPS em 1966, o qual unificou todos os Institutos de Aposentadoria e Pensão-IAP's já existentes, e ainda a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, que, apontado como solução para o problema da estabilidade no emprego no país, vem contribuir sobremaneira para a mudança das relações trabalhistas do momento em questão.

A década de 1980 foi marca por diversas mobilizações que reivindicavam direitos sociais, trabalhistas, a volta da ordem democrática e de eleições diretas. Esse período também é considerado como um importante marco para assistência social, visto que, em 05 de outubro de 1988 houve a promulgação da Constituição Federal, e a assistência social adquiriu status de política social⁸ pública não contributiva, direcionada para quem dela necessitar, ou seja, destinada àqueles que não possuem meios para arcar as suas necessidades.

⁸ As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (PIANA, 2009, p.3 apud FALEIROS, 1991).

De acordo com Carvalho (2008) embora a Constituição Federal tenha permitido surgir o sentimento de que a democratização das instituições proporcionaria a felicidade nacional, onde, “pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da república seria garantia de liberdade de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social” (CARVALHO, 2008, p.7). Na prática as coisas não ocorreram dentro dessa lógica, e décadas após o fim da ditadura militar observa-se que os problemas centrais da sociedade brasileira não melhoraram, ou quando melhoraram foi em passos lentos.

Ainda nos dias atuais convivemos com a violência urbana e também no campo, com o analfabetismo, o desemprego, a má qualidade da saúde e educação, a pobreza e as grandes desigualdades sociais e econômicas que continuam sem solução. Nesse sentido, Carvalho (2008) considera que há um desgaste da confiança da população nos agentes do sistema democrático (as eleições, os partidos, o congresso, os políticos).

O exercício do voto e da “democracia” não representou a transformação nas diversas áreas e infelizmente os problemas básicos permanecem em nossa sociedade sem resoluções, mostrando que “a liberdade e a participação não levaram automaticamente, ou rapidamente, a resolução de problemas sociais. Isso quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras” (CARVALHO 2008, p.9).

Nessa perspectiva, devemos refletir que no Brasil uma grande parcela da população não desfruta de uma cidadania plena, pois nem todos os sujeitos gozam de seus direitos civis, políticos e sociais. Segundo Carvalho (2008) aqueles que desfrutam de apenas alguns dos direitos, tem uma cidadania incompleta e os que não desfrutam de nenhum dos direitos, são tidos como não-cidadãos.

É nesse sentido que os movimentos sociais e outras organizações não governamentais permanecem em luta no Brasil, para que os sujeitos possam gozar de seus direitos, principalmente os direitos sociais, pois “eles permitem as sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo e garantir o mínimo de bem-estar para todos” (CARVALHO 2008, p.10). Sendo que conforme Carvalho (2008) os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva.

Vale ressaltar que é através da política social que ocorre a intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos. Nessa perspectiva, Yazbek (2008) afirma que:

A Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem (YAZBEK, 2008, p. 82).

Assim, a política social visa gerar mudanças efetivas na qualidade de vida da classe trabalhadora, operando de forma coerente dentro dos limites da ordem capitalista.

Dessa maneira, a Carta Magna de 1988 (BRASIL, 2001), nos seus artigos 203 e 204, coloca:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2001, p. 118-119).

De tal modo, a assistência enquanto política social é compreendida como um direito direcionado a quem dela necessitar, isto é, não é universal, porém é oferecida para aqueles que comprovem a necessidade de usufruir dessa política, sem necessidade de contribuição à seguridade social. A assistência social é um dos pilares da Seguridade Social e objetiva garantir o bem-estar comum.

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 2001, p.113).

Portanto, o reconhecimento da assistência social na Constituição Federal de 1988, como política social, juntamente com as políticas de Saúde e de Previdência Social, integra o sistema brasileiro de seguridade social e define, tal como a Previdência Social e a Saúde as diretrizes de gestão, financeira e de controle social.

Sposati (2004), afirma que a assistência social, garantida na Carta Magna de 1988, contesta o conceito de:

[...] população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal' tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre (SPOSATI, 2004, p. 42).

Para Sposati (2004), quando as ações típicas da assistência social são destinadas apenas para as camadas marginais ou carentes, culminam por vitimá-las. A autora ainda afirma que as necessidades são derivadas da estrutura social e não do caráter pessoal tendo, de modo consequente, como público alvo os que estão em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada apenas à população desprovida.

Assim sendo, observa-se que o cenário da assistência social, hoje constituída como política pública, nem sempre foi ofertada na perspectiva do direito. O histórico da assistência social nasceu numa perspectiva cultural e política difundida nas relações de benesse, favor, tutela e clientelismo. Porém, com a Constituição de 1988 surgiu um novo momento na história da política pública do Brasil, que reconhece a assistência social da benesse e assistencialismo para o campo do direito, da cidadania e da democracia tão essencial à sociedade brasileira.

2.4 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Neoliberal

Como visto anteriormente, a história da Política Nacional de Assistência Social no Brasil é marcada por dois períodos, um anterior a Constituição Federal de 1988, de origem histórica baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa, e outro pós Constituição, conhecida como constituição cidadã, em que vários direitos sociais são regulamentados em nosso país, passando a delegar a responsabilidade às três instâncias de governança, governo federal, estadual e os municípios para executá-los. Embora como pode ser observado no tópico anterior, mesmo com várias conquistas no campo social, muito do que há nas legislações ainda não se concretizou na vida de milhares de brasileiros, que ainda convivem com o peso da desigualdade, da vulnerabilidade social e da pobreza.

Por volta de 1985, o Brasil vivenciava um processo de transição democrática, e o novo contexto político exigia mudanças em vários aspectos da sociedade, entre elas, mudanças na área da educação, da saúde e da assistência social. Nesse novo contexto, parte da população através dos diversos movimentos sociais organizados, entre eles sindicatos, instituições religiosas, partidos políticos, trabalhadores da área, intelectuais e profissionais liberais, exigiam que fossem criadas políticas sociais na área da assistência social que respondesse as

necessidades da população em situação de vulnerabilidade social⁹ que foram excluídos ao longo da história do Brasil.

A partir de então Estado e sociedade passaram a discutir os caminhos para formulação de uma política pública de assistência social, que tivesse como base a inclusão de vários direitos sociais, e mais especificamente do direito à seguridade social, e nela, a garantia à saúde, à assistência e previdência social na Constituição Federal.

De acordo com Bezerra e Jales (2021):

A travessia da assistência social para o campo da política pública de direitos socioassistenciais inscreve-se em contexto de lutas sociopolíticas protagonizadas por distintos segmentos organizados da sociedade civil, no Brasil, por redemocratização e construção do Estado Democrático de Direito, intensificadas nos anos 1970 e 1980 (BEZERRA; JALES, 2021, p.39).

Dessa travessia, pode-se afirmar que a implantação das políticas sociais no Brasil ocorreu de forma lenta, sendo construídas por meio de muita luta e reivindicações da classe trabalhadora. A assistência social até então era caracterizada como ação, voltada para o favor, clientelismo e apadrinhamento, dessa forma a assistência social caracterizou ao longo da história como o lugar da não política, sendo necessários diversos movimentos de lutas, debates e reivindicações em prol da luta pela universalização de direitos sociais.

As autoras consideram que até então o campo socioassistencial brasileiro encontrava-se:

[...] eivado por práticas político-ideológicas elitistas, autoritárias, pautadas em trocas de favores, relações paternalistas e/ou clientelistas entre doadores(as), detentores de poderes econômico e político; e os(as) “receptores(as)” de “auxílios” e que, por isso, deveriam lealdade aos seus protetores. Distinguiu-se, assim, por seu tendencial assistencialismo (BEZERRA; JALES, 2021, p.38).

A Constituição Federal de 1988 dedica no capítulo da seguridade social, uma seção específica para a Assistência Social. Sendo que em seu artigo 194, a política de assistência social é qualificada como política de seguridade social, a qual compreende um conjunto

⁹ Embora risco e vulnerabilidade sejam muitas vezes tratados como sinônimo, segundo Jacuza (2012) há diferenças entre os conceitos. Para a autora as definições de risco e vulnerabilidade só podem ser entendidas como um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para tratar seus objetos. “A palavra vulnerável origina-se do verbo latim vulnerare, que significa ferir, penetrar. Por essas raízes etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse”(JACUZA, 2012, p.2). enquanto Oliveira (1995, p.9) aponta que “os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza”, além de considerar que “nem todos os vulneráveis são indigentes” (p. 9), pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis. Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

Embora se considere a Constituição Federal de 1988 um marco no processo das políticas na área da assistência social, o processo de aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, não ocorreu de forma tão simples, mais houve intensos debates, idas e vindas aos poderes responsáveis pela aprovação da Lei, bem como a organização de eventos para discutir e avaliar as propostas contidas no documento. Dentro desse processo, após muitas discussões, e negociações através de vários projetos e emendas, a LOAS foi sancionada no dia 7 de dezembro de 1993. No entanto ressaltamos que a trajetória da LOAS não acaba com sua promulgação, esse foi só mais um passo da sua história, que marcou o início de uma grande luta no campo da política de assistência social.

A LOAS representa uma das maiores conquistas no campo da assistência social e inaugura uma nova era para a política de assistência social brasileira. Ela representa a possibilidade de superar a história de assistencialismo que marcou por muito tempo a trajetória da assistência social do Brasil. Sendo a mesma, um documento organizado a partir de seis capítulos, que tratam das definições e dos objetivos da assistência social; dos princípios e diretrizes; da organização e da gestão da Assistência Social; dos Benefícios, Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social; da questão do financiamento da Assistência Social, que deverá contar com recursos da União, dos Estados e dos Municípios; das disposições gerais e transitórias, relacionadas diretamente com o reordenamento dos órgãos de assistência social em âmbito federal para a implantação da lei.

O primeiro artigo da LOAS deixa claro que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado e que se trata de uma política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

Cinco anos após a aprovação da LOAS, foi aprovado no ano de 1998 a Política Nacional de Assistência Social-PNAS e a Norma Operacional Básica de Descentralização, construída em parceria com Estados, Municípios e referendada em reunião ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social.

No ano de 2005 foi criado o Sistema Único de Assistência Social-SUAS, que é um sistema nacional público gratuito que materializa a Política de Assistência Social nos Estados e municípios brasileiros, de forma descentralizada e com a participação da sociedade (BRASIL, 2005).

Todos esses documentos são fundamentais para nortear a política de assistência social, que diante dos diversos problemas sociais do Brasil, entre eles a pobreza e a desigualdade social, o SUAS tem o grande desafio de focar seus objetivos no atendimento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social e pobreza, tendo em vista que o compromisso do Estado com essa parcela da sociedade, tem se mostrado ineficiente.

De acordo com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, o SUAS foi criado em 2005 com o compromisso de romper com a lógica tradicional do assistencialismo e da fragmentação de ações. Instituído como lei em 2011, o sistema promove o acesso a benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial. Segundo a pasta, o SUAS está presente em quase 100% dos municípios brasileiros, com mais de 10 mil unidades públicas de atendimento.

O SUAS desenvolve suas ações a partir de dois níveis de proteção, sendo: A Proteção Social Básica-PSB e a Proteção Social Especial-PSE, de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2004; 2011). A PSB visa prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais vivenciadas pelos usuários (BRASIL, 2011). Enquanto a PSE visa o enfrentamento das violações de direitos sociais e humanos que deterioram e/ou rompem os vínculos estabelecidos entre os sujeitos na sociedade.

O SUAS é considerado uma política para quem dela necessita, e para que as pessoas/famílias tenham acesso é necessário que a família seja atendida inicialmente pelo Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, porta de entrada do SUAS e equipamento público da PSB, responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial no território (BRASIL, 2004).

Dentro do CRAS são ofertados os serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV por faixas etárias;

e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, 2016).

Ressaltamos que alguns benefícios e programas bastantes conhecidos no Brasil, como o Benefício de Prestação Continuada-BPC, os Benefícios Eventuais, e o Programa Auxílio Brasil-PAB, anteriormente chamado de Programa Bolsa Família-PBF, fazem parte da PSB. No entanto, desses benefícios, apenas o BPC é um direito constitucional de uma transferência de renda no valor de um salário mínimo a idosos a partir de 65 anos e à pessoa com deficiência em que a renda familiar per capita seja igual ou menos que um quarto do salário mínimo (BRASIL, 2021). Embora o BPC seja um direito socioassistencial, o benefício é gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, que de acordo com Bezerra e Jales (2021, p.43) “é a única instituição com experiência no cadastramento e pagamento de “benefícios”, como os direitos previdenciários, que tinha, à época, condições de implementar a transferência de renda”. Quanto ao PAB, contrariando o que muitas pessoas pensam não se constitui enquanto direito, mas um programa de transferência de renda que pode ser extinto ou substituído por outro formato a depender da vontade política.

Em relação a Proteção Social Especial-PSE, ela se divide em PSE de Média e de alta complexidade. Na média complexidade possui dois equipamentos sociais públicos, que são o Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop. O primeiro, oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-PAEFI; o Serviço Especializado em Abordagem Social; o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida-LA e de Prestação de Serviços à Comunidade-PSC; e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (BRASIL, 2014).

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade propõe-se a garantir serviços de acolhimento institucional a indivíduos e/ou famílias com direitos violados, que necessitam de afastamento temporário do convívio familiar e/ou comunitário (BRASIL, 2004).

Ressaltamos que para a orientação das ações e regulamentação jurídica e institucionalização estatal da Assistência Social, foram criadas a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2005-2012); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-SUAS/RH/2006) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº

109/2009 e Resolução do CNAS nº 13/2014), que versam, respectivamente, sobre a gestão do trabalho e a padronização dos serviços ofertados (BEZERRA; JALES, 2020).

Ao longo da trajetória da política de assistência social no Brasil, houveram muitas conquistas e avanços. Segundo Bezerra e Jales (2021):

As conquistas e os avanços alcançados no campo socioassistencial estatal no período de 2003 a 2014 são, decerto, irrefutáveis. E precisamos defendê-los, sobretudo, em termos da constituição e da implementação de benefícios, programas, projetos e serviços designados à prevenção e ao enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais, conforme demarcam a Loas (1993), a PNAS (2004) e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS, 2005; 2012b), ora reconhecidas enquanto normativas jurídico políticas fundantes da política pública em questão (BEZARRA; JALES, 2021, p.40).

São inegáveis as contribuições do governo Lula para o avanço do desenvolvimento das políticas de Assistência Social, sobretudo a partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Social-MDS no ano de 2004, que entre outras atribuições, foi responsável por coordenar a Política Nacional de Assistência Social-PNAS e o Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS, bem como o Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

Infelizmente muitos dos avanços conquistados pela sociedade entre o período de 2003 e 2014, como processo de lutas e reivindicações, foram interrompidos pelo golpe parlamentar¹⁰ da então presidenta Dilma Rousseff no ano de 2014, considerando que juntamente com o golpe foi aprovada a emenda 95¹¹ (conhecida como a PEC da morte), a qual permitiu o congelamento dos investimentos públicos nas diversas áreas, entre elas a assistência social, pois limita e ocasiona o enfraquecimento dos investimentos em políticas sociais, fragilizando assim toda a rede de proteção social.

Dessa forma, de 2014 até os dias atuais, a Política de Assistência Social tem sido constantemente ameaçada pelas reformas conservadoras e pelas políticas econômicas neoliberais, inicialmente pelo governo de Michel Temer e posteriormente pelo governo do atual presidente que vem dando continuidade a esse processo de retrocesso. Entre os desmontes apresentados a partir do golpe parlamentar, a área social foi afetada de forma perversa com

¹⁰ O golpe parlamentar refere-se a ação que culminou com a aprovação do Congresso Nacional, para o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, levando o Vice-presidente Michel Temer a assumir a presidência da República no ano de 2016. De acordo com Pinho (2016) “o Golpe de Estado é uma instituição recorrente na vida brasileira: no século XX, foi empregado diversas vezes e, em 2016, já convivemos com a primeira edição do século XXI. É um golpe diferente do golpe de 1964. Sem tanques para conter os revolucionários e comunistas. Tem-se a artilharia da mídia e a política de negócios a congregar um Congresso golpista e extremamente reacionário, com a conivência do Judiciário. Neste contexto, trata-se de um GOLPE DE ESTADO JURÍDICO-PARLAMENTAR-MIDIÁTICO”. Ver <http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/capacita_suas/textos_complementares/crise_golpe.pdf>.

cortes de recursos para manutenção dos serviços socioassistenciais, e após quase 18 anos de combate à pobreza, à miséria e às desigualdades, o Programa Bolsa Família (PBF) passou por desmonte no governo Bolsonaro, com a redução de recursos, o aumento da fila de espera e, de modo ainda mais ofensivo, a criação do Auxílio Brasil, pela Medida Provisória 1061 (1), que revoga o programa.

Os desmontes pós-golpe intensificaram as demandas no campo da política de Assistência Social nos quatro cantos do país, provocada pela precarização do trabalho, aumento do desemprego, das desigualdades sociais e dos índices de pobreza e extrema pobreza.

Problemas que se intensificaram de forma alarmante entre os anos de 2020 e 2021, por conta do contexto pandêmico do novo Coronavírus.

Durante a pandemia de covid-19 e o reconhecimento de estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, a Política Assistência Social foi considerada serviço público essencial, por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, tendo em vista a sua imprescindibilidade no atendimento às necessidades básicas dos brasileiros. Nesse sentido, a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios teve de se adequar às normas sanitárias para evitar a disseminação do vírus e foram intensificadas diante do aumento da demanda de situações emergenciais relacionadas, principalmente, à fome, à moradia, ao desemprego, ao crescimento da pobreza pluridimensional e às situações de violências, sobretudo doméstica (BEZERRA; JALES 2021, p.44).

Diante da trajetória da Política de Assistência Social é importante destacar que há um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que se busca garantir direitos, através do que preconiza a Constituição Federal de 1988, o estado age influenciado pelo ideário neoliberal, que tem avançado no cenário político, econômico e social. Dessa forma, mesmo diante das inovações na política de assistência a partir do SUAS observa-se que a herança conservadora da política na área social até a atualidade não foi totalmente superada.

Diante das contradições que perpassam a política de assistência social, observa-se que há relações de disputas e interesses, do sistema capitalista e da classe trabalhadora, que lutam e reivindicam que os direitos garantidos através da constituição federal de 1988, sejam de fato concretizados.

A esse respeito Behring e Boschetti (2011) afirma que:

No âmbito político, é imprescindível compreender o papel do Estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômicas e social, de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.44).

No campo dos interesses da classe trabalhadora ao longo do processo histórico da política de assistência social, observa-se vários movimentos de organização da sociedade civil,

que no decorrer do tempo tem reivindicado seus direitos, por meio de lutas e promoção de resistência ao modelo de política neoliberal. Mas, infelizmente, o Estado ainda mantém sua política com base nos interesses neoliberais e a política de assistência social é atravessada por esse ideário.

Nesse momento histórico do país, mais do que nunca a classe trabalhadora precisa resistir e lutar para que não haja o desmonte das políticas de assistência social, que foram conquistadas através de muitas lutas e para que as políticas sociais atendam de fato os interesses dos que historicamente foram marginalizados.

3 CAPÍTULO II: TERRITÓRIO CAMPONÊS E POBREZA: CONSTRUÇÕES ESTRUTURAIS E SOCIAIS

Pretende-se aqui apresentar uma breve discussão sobre o território camponês e a evolução da pobreza no contexto rural. Ao tempo em que apresenta-se as principais políticas públicas desenvolvidas no campo, e como estão estruturadas no sentido de combater a pobreza e as desigualdades sociais. Dessa forma, foi atendido no campo da pesquisa, o território camponês do Município de Ubaíra no estado da Bahia, a fim de compreender como se produz a pobreza nesse território e quais políticas públicas têm sido desenvolvidas ao longo do tempo.

3.1 Conjuntura governamental histórica

No trabalho que discute o campo, as questões referentes a pobreza, a luta por direitos e a educação do campo, é primordial compreender qual entendimento se tem de território camponês, e de como esse território tem sido palco de intensas lutas, disputas e conflitos ao longo da história do Brasil. Disputas travadas a partir de dois modelos de desenvolvimento territorial que são antagônicos, “de um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro a classe dos camponeses que extrai os recursos da terra para sua subsistência. O resultado tem sido o território em disputa” (PAULINO; ALMEIDA 2010, p.16). Em outras palavras podemos dizer que de um lado encontra-se o agronegócio e do outro a classe camponesa (agricultura camponesa) representado por seu conjunto de sujeitos (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, povos das florestas, meeiro, agricultores familiares, diaristas, entre outros).

Observa-se que o modelo hegemônico de produção representado pelo agronegócio é sustentado pela concentração de terras, pelo domínio do capital agrícola e por uma

modernização conservadora. Esse modelo de desenvolvimento preza pelo acúmulo do capital e não tem nenhum tipo de relação com o território camponês se não uma relação meramente comercial. Nessa lógica de conceber o campo como um território de lucro/negócio, produção de mercadoria e exploração dos trabalhadores do campo, tem representado uma grande ameaça para o território camponês, e para a vida dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, mantendo com esse espaço uma relação de identidade e pertencimento.

O agronegócio tem causado uma grande crise socioambiental no campo, a partir de suas ações devastadoras que contaminam os solos e as águas, promovendo o desmatamento em grande escala, precarização do trabalho, impactos a saúde humana, expulsão dos povos do campo, entre outras questões. Dessa forma, pode-se afirmar que o agronegócio tem sido o grande responsável pela apropriação capitalista das riquezas sociais e naturais geradas no território camponês.

Desse modo, compreende-se que a luta pelo território camponês está para além da garantia da manutenção material dos sujeitos camponeses (alimento, terra, moradia), mas se dá numa concepção simbólica onde sujeitos e território são indissociáveis, uma vez que suas vidas estão intrinsecamente ligadas a cada elemento do território camponês, compreendendo que:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas, é no campo que estão as florestas, onde vive, as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação (FERNANDES, 2004, p. 137).

O conceito de território é algo bastante discutido na geografia, no entanto para Milton Santos (2009) o território revela relação com concretude, porque é onde as diversas ações humanas acontecem, logo, o território está intrinsecamente relacionado com ao modo de vida, com as trocas, com a identidade dos sujeitos. Dessa forma, o território é entendido para além do espaço físico que ocupa, e pode ser compreendido em suas dinâmicas, movimentos e transformações realizadas pelos sujeitos que o ocupam.

Sobre o território, o pesquisador Fernandes (2009), considera que;

O território é uma alternativa de politização, quando procuramos encontrar o território da resistência, o que passa pela leitura de outros discursos, diferente do hegemônico e dessa lógica única que se impõe, que proponha outras formas de vida e de cooperação, que faça outras leituras dos recursos do espaço (FERNANDES, 2009, p.57).

Em consonância com Fernandes (2009) compreende-se que é no território que os sujeitos concretizam suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-o no cenário de contradições e conflito, tendo em vista que o território é

disputado por interesses diversos, desde os atores hegemônicos com seu modelo de produção capitalista, aos sujeitos, no caso os camponeses que vivem no território e tem toda uma relação com ele, não só de trabalho, mas uma relação simbólica de pertencimento, de vivências.

A respeito do conceito de território Fernandes (2009) ressalta que embora o espaço anteceda o território, espaço e território se relacionam de maneira dialética. O espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e em suas disputas. Estes são, concomitantemente, produto das relações sociais, bem como, condição para a realização dessas relações sociais. Por isso, a produção de espaços e de territórios se dá de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio do conflito, da contradição e da solidariedade.

Os movimentos sociais do campo vêm lutando pela existência dos territórios camponeses, mostrando que para que os povos do campo tenham direito de existência enquanto povos do campo, é necessário romper com a lógica do modelo de produção capitalista. Nesse sentido segundo Caldart (2005) a Educação do Campo também se insere propondo um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa.

Dessa forma, observa-se que é no processo de contra-territorialização do modelo capitalista que nasceram os movimentos de luta em oposição as políticas do agronegócio, marcando a luta da classe trabalhadora no campo, que ao longo da história agrária no Brasil tem sido respondida com muita violência, por latifundiários, empresários e políticos que visam os interesses do capital em detrimento da vida e do território camponês¹².

O Município de Ubaíra *locus* dessa pesquisa faz parte de um grupo composto por 20 municípios que formam o Território de Identidade Vale do Jequiçá¹³ no estado da Bahia. Se tratando do território camponês do Vale do Jequiçá observa-se a partir de um breve levantamento, que há poucas pesquisas realizadas com intuito de compreender o território

¹² De acordo com dados do Centro de Documentação da comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) no ano de 2021 trinta e cinco (35) pessoas foram assassinadas em conflitos no campo. Representando uma alta de 75% em relação ao ano de 2019, quando foram registrados 20 homicídios. No entanto ressalta-se que as mortes decorrentes de conflitos no campo não são registradas como homicídio e alcançam números alarmantes, 2021 registrou-se um aumento de 1000%. As vítimas desses assassinatos provocadas pelo conflito no campo foram indígenas, trabalhadores sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, lideranças e apoiadores da luta pela terra. Os dados apresentados mostram que os episódios de violência no campo nunca foram tão altos e os números são os maiores das últimas três décadas. Ressalta-se que além dos conflitos por terra, no campo tem crescido os conflitos por água e conflitos trabalhistas.

¹³ Pesquisas importantes para compreender o processo histórico do território do Vale do Jequiçá – Marcos Bandeira (2019), que apresenta um mapeamento dos conflitos socioambientais no Território de Identidade Vale do Jequiçá - Bahia – Brasil; Lomanto Neto (2007) que apresenta o contexto de Amargosa – Almeida (2008) apresenta a produção do cacau como fator de grande importância para a dinâmica socioespacial do vale do jequiçá, principalmente os municípios de Mutuípe, Laje, Jequiçá e Ubaíra. Além de trabalhos de conclusão de curso de graduação no contexto da UFRBCFP.

camponês e a pobreza no meio rural, e se tratando do Município de Ubaíra não foi encontrada nenhuma pesquisa que aborde de forma direcionada a questão agrária e a pobreza no campo¹⁴.

O estudo desenvolvido por Almeida (2008) mostra que na Bahia a produção agrícola sempre teve muito potencial, representando grande valor para a economia do estado e do país. O Vale do Jequiricá já desenvolveu a produção canavieira, fumageira e posteriormente a lavoura cacaueteira e a pecuária. Segundo Santos (2017) mesmo surgindo no cenário baiano só a partir do século XIX, o território rural do Vale do Jequiricá “passou a integrar também o complexo econômico do Recôncavo, marcado por produção de culturas de exportação como fumo, café e depois o cacau, associado à atividade pecuária e agricultura de subsistência”. (SANTOS, 2017, p.43).

Nesse contexto da produção agrícola sempre houve a predominância de pequenos, médios e grandes produtores rurais. Mas foi no final das décadas de 1970 e 1980 com a crise do café e o incentivo a pecuária que as desigualdades socioeconômicas se acentuaram no campo, tendo em vista a necessidade de maiores lotes de terra para a criação de gado, gerando assim a concentração de terras e reduzindo a oferta de empregos (SANTOS 2017).

Assim como em outras partes do Brasil, no território do Vale do Jequiricá, os fazendeiros e grandes proprietários de terra se uniram para buscar alternativas econômicas, encontrando sempre apoio do estado, enquanto os sem-terra, e pequenos agricultores se viam em condições precárias, não somente em relação a questões de renda, mas também de infraestrutura no campo, com estradas em péssimas condições, sem acesso a saúde, sem acesso a uma educação de qualidade, nem políticas públicas eficazes que contribuíssem para sair da crise e da vulnerabilidade social que se instauravam (SANTOS, 2017).

Nesse momento da história nos municípios do Vale do Jequiricá e em especial no município de Ubaíra houve a intensificação do êxodo rural, e muitos trabalhadores se deslocaram para os grandes centros urbanos como São Paulo e Minas Gerais, em busca de melhores condições de vida. Nesse momento também cresce a opressão sobre os trabalhadores, pois sem ofertas de emprego os fazendeiros estavam em posição de poder para determinar as formas de contrato e de pagamentos.

De acordo com Sampaio et al., (2007) a igreja católica colocou-se ao lado dos trabalhadores, criando o Movimento de Educação de Base-MEB que foi fundamental para a

¹⁴ Os territórios de identidade da Bahia foram instituídos pelo governo do Estado da Bahia no ano de 2007 e constitui-se como unidade de planejamento de políticas públicas – o conceito de território de identidade surge a partir dos movimentos sociais ligados a agricultura familiar e a reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a formulação do seu planejamento.

conscientização dos trabalhadores sobre a situação de exploração que viviam. Dessa forma, com apoio da igreja, posteriormente inicia nos municípios do Vale do Jequiricá a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais¹⁵ que de forma organizada passaram a lutar por direitos trabalhistas, crédito para a agricultura, e outros diretos no contexto do campo, como saúde e educação.

Se for ouvido os relatos sobre o processo de acumulação de terras nas mãos de fazendeiros e do empobrecimento dos trabalhadores, cada município vai apresentar sua realidade, uns com relatos de violência, e confrontos graves, outros que inclusive possam desconhecer esse processo como um possível causador das desigualdades e pobreza no campo.

3.2 Educações do Campo

A Educação do Campo é fundamental para a produção e conservação do território camponês e tem contribuído com a (re) existência dos camponeses na luta contra o agronegócio e as desigualdades provocadas por esse sistema. O movimento pela Educação do Campo foi iniciado nos anos de 1990 (ARROYO, 2011) e resultou em mudanças fundamentais para a reprodução camponesa. Dessa forma, a Educação do Campo é uma modalidade educacional respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN¹⁶ (Lei nº 9.394/96) mas deve ser compreendida enquanto política pública a qual deve garantir a população do campo os direitos educacionais. Tendo em vista que conforme Molina (2006) a especificidade da Educação do Campo em relação a outros diálogos sobre educação, deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões referentes ao território no qual ela se enraíza.

No decorrer da história, a educação destinada aos povos do campo foi tratada como segundo plano, não existia legislação específica nem um olhar diferenciado que respeitasse a cultura, o modo de trabalho e os valores da população do campo. O currículo e as práticas pedagógicas sempre estiveram voltados para as perspectivas da educação urbana. Nesse sentido Arroyo (2007) considera que:

[...] a formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direito. Há uma idealização da cidade como o espaço civilizatório por excelência, de convívio, socialização, da

¹⁵ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Ubaíra foi criado no ano de 1987, tendo a primeira presidenta a senhora Teresa do Vale- popularmente conhecida como Teresinha.

¹⁶ No ano de 1996 foi aprovado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) onde foi destinado três artigos (23, 26 e 28) que tratam das questões de organização escolar e pedagógica da educação do campo, o que representou um grande avanço para a garantia da educação dos camponeses. Posteriormente outros documentos foram criados para materializar esse direito.

expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar do atraso, do tradicionalismo cultural (ARROYO, 2007, p.158).

Arroyo nos mostra que a educação brasileira foi por muito tempo pensada a partir do paradigma urbano, onde a educação ofertada para os sujeitos do campo é [era] tratada como um outro lugar, que logo necessitava de adaptações. Conforme nos apresenta Arroyo (2007), a secundarização do campo tem consequências em todas as áreas, como saúde, e educação de maneira particular. E assim o campo foi por muito tempo tratado como “extensão, quintal da cidade”, sem nenhum prestígio, sendo necessário nascer um movimento de luta em defesa da educação do/no campo para contrapor essa lógica, apresentando um conjunto de princípios e ações norteadoras.

Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo é fruto da luta de trabalhadores e trabalhadoras e dos movimentos sociais do campo e surge com o propósito de contrapor a lógica da educação rural¹⁷. Nesse sentido ela deve ser vista como uma política pública que visa à garantia dos direitos educacionais da população camponesa, considerando que no processo histórico do Brasil, a educação sempre esteve associada aos interesses da elite, enquanto a educação e outros direitos da classe trabalhadora estiveram relegados ao segundo plano.

Nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da contradição das lutas dos sem-terra, pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária, com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seus territórios, sua identidade (CALDART, 2008, p.71).

Conforme Caldart (2008), a Educação do Campo nasce como prática social e está em constante processo de construção e (re)construção, constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo a educação. Uma educação que rompe os muros da escola e se faz também a partir das experiências das diversas organizações sociais do campo, se faz no processo de luta e resistência pela defesa do território camponês.

A luta dos movimentos sociais do campo ocorre no sentido de colocar a educação dos camponeses no plano dos direitos e assim exigir do estado seu compromisso com Políticas Públicas específicas para o campo. Como afirma Souza (2006), a luta é para que a escola do campo seja tratada como espaço de direitos, regida por interesses e valores públicos. E assim

¹⁷ De acordo com Cavalcante (2010) “a educação rural instituída no início do século XX, tem sua história, atrelada ao mundo da produção capitalista dos contextos urbanos. Tais "políticas", quando chegaram em doses residuais, traziam em sua essência socioeducacional o que restava de propostas do mundo dos escolarizados das cidades, em versões de projetos, campanhas e palavras de ordem que vinham com suas multifacetadas intenções demarcadas pelo desejo de conter a população rural nos seus lugares de origem, ainda que sem condições dignas de neles sobreviverem”.

confrontar a lógica mercantil que equaciona a educação do campo, sem respeitar suas especificidades, tratando a educação dos camponeses de qualquer forma. Frente a tal visão, os movimentos sociais construíram uma história de luta, exigindo serem vistos e tratados como sujeitos de direito.

Dessa forma a Educação do Campo foi se inserindo nas pautas e discussões, buscando seu lugar de direito, “no campo, nas formas de produção de sua existência. Nos processos de produzir-se, no solo cultural da agricultura e nas diversas formas de produção familiar do trabalho” (SOUZA, 2006, p.12). Observa-se na trajetória da educação do campo, que quando a educação para os camponeses passa a ser cobrada enquanto direito, também surgiram as várias exigências para que a oferta da educação no campo fosse desenvolvida com qualidade, tendo em vista que historicamente o trato dado a educação para os camponeses ocorreu de forma precária e marginalizada. Busca-se, segundo Souza (2006), a superação da perspectiva da educação rural, que até então esteve por séculos atrelada aos interesses privatistas e ao jogo das barganhas politíqueiras.

Segundo Taffarel, Junior e Escobar (2010):

A educação do campo é um projeto de educação que está em construção com nexos no projeto histórico socialista. É um projeto da classe trabalhadora do campo e tem como protagonistas os próprios camponeses e trabalhadores do campo, suas lutas e organizações e suas experiências educativas, que incluem a escola, mas vão além dela. Ela se contrapõe a educação como formação humana. O papel da educação também é o de formar sujeitos críticos, capazes de lutar e construir outro projeto de desenvolvimento de campo e de nação (TAFAREL; JUNIOR; ESCOBAR, 2010, p.52).

Conforme os autores supracitados, o projeto da educação do campo está atrelado ao projeto de sociedade que se deseja construir, onde a classe trabalhadora seja protagonista, e o território camponês seja visto como espaço de produção de alimentos, manutenção da vida, da cultura, das relações e dos saberes.

Caldart (2011, p.21) afirma que o objetivo da Educação do Campo é “a formação de sujeitos históricos capazes de trabalhar e de lutar por um tipo de sociedade que coloca o ser humano como centro, que valoriza a vida em sua diversidade e plenitude, que coloca a ciência e a técnica a serviço da humanização do mundo”. Nesse sentido compreende-se que a educação do campo nasce como um instrumento contra a agricultura capitalista, se tornando fundamental para o desenvolvimento do seu território, e pela preservação/manutenção da vida dos sujeitos que o compõe.

Dessa forma os movimentos sociais do campo, defendem o direito¹⁸ de todos os povos do campo a educação, ao defender uma educação que esteja vinculada as raízes culturais, ao território, a comunidade, ao processo de produção da terra, e de sua produção como humanos (ARROYO, 2007). Logo, para esses movimentos sua concepção de educação está para além do direito a educação, mas apresenta uma educação com vínculos inseparáveis da identidade de seus sujeitos, da sua cultura, da terra, do território e compreende que “a educação camponesa deve, pelo trabalho humano, formar indivíduos não fragmentados na sua totalidade e que, dessa maneira possam compreender as relações humanas tanto na sua diversidade cultural quanto nas desigualdades sociais econômicas e políticas geradas pelo capital.” (MENEZES NETO, 2009, p.27). Enquanto a educação para o campo defendida pelo agronegócio, é uma educação proposta para “a formação de força de trabalho e para inculcar ideologias, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes” (MENEZES NETO, 2009, p.31).

Nesse lugar de contradições, a população do campo que não aceita mais tanta marginalização e exclusão, passa a se organizar através dos movimentos sociais e sindicais para reivindicar seu lugar social nesse país. Dessa forma, esses movimentos sociais vêm construindo alternativas de resistência no campo da educação, da política, da cultura e da economia.

No contexto de luta pela Educação do Campo alguns movimentos marcaram a história, a exemplo do Primeiro Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agraria-ENERA que ocorreu no ano de 1997, sendo organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST com apoio da Universidade de Brasília-UNB e outras organizações sociais, ampliando o debate sobre a educação do campo. A partir de então os debates locais, regionais, estaduais e nacionais passaram a ganhar força tornando-se cada vez mais intensos. Posteriormente no ano 1998 foi realizada a primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo¹⁹” com o objetivo de ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país. Essa conferência é considerada um marco para a educação do campo, afirmando-o enquanto espaço de vida, de luta, de produção, de aprendizagens, de cultura, de resistência. Como fruto dessa conferência nasceu um documento importante, o qual luta pelo

¹⁸ Os direitos não são construções acabadas, estão em permanente reconfigurações, na medida em que são construções históricas. Foram construídos em tensões sociais, políticas e culturais refletem interesses locais, de grupos. Dessa forma, os movimentos sociais como coletivos de interesses organizados colocam suas lutas no campo dos direitos, não apenas de sua universalização, mas também de sua redefinição. (ARROYO, 2007, p.162)

¹⁹ De acordo com o texto da primeira Conferência Nacional “por uma educação do campo”, quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados a vida e ao trabalho no meio rural.

direito de uma educação básica para o campo, ao pensar sobre qual educação está sendo ofertada ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Foi nessa conferência que as concepções e princípios pedagógicos da educação do campo começaram a ser refletidos e elaborados a luz das experiências dos movimentos sociais do campo, em particular o MST com suas experiências educacionais.

A partir do Primeiro ENERA e da Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, algumas conquistas começaram a surgir, entre elas a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária²⁰-PRONERA, criado em 1998. No ano de 2002 foi aprovado a resolução CNE/CEB 01, de 03 de abril, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo através do Conselho Nacional de Educação (CNE); Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciaturas em Educação do Campo-PROCAMPO, criada em 2007, que propõe a formação específica para os/as educadores do campo e assim garantir uma educação coerente com os objetivos dos camponeses.

Embora sejam notórios os avanços da Educação do Campo ao longo da sua história, no âmbito da oferta da educação do campo observa-se ainda nos dias atuais que velhos problemas persistem, interferindo na garantia de uma educação de qualidade para os camponeses. Sendo que um dos maiores problemas apresentados nos últimos anos que é o fechamento das escolas do campo, algo que tem ocorrido de forma crescente segundo dados do INEP (2018), contrariando inclusive o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) (9.394/1996), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), que foram instituídas pelas resoluções CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, e Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Uma ação criminosa realizada por aqueles que têm a ideologia da escola rural ainda enraizada em seus pensamentos, colocando-se a serviço do agronegócio do latifúndio, do desmatamento. Nesse sentido, Santos e Garcia consideram que:

Na contemporaneidade, para os capitalistas o campo é entendido como uma indústria do agronegócio, assim o esvaziamento do campo faz parte das estratégias de manutenção dessa lógica. As ações neoliberais que contribuem para tal objetivo giram em torno do abandono, precarização e fechamento de escolas do campo, assim os governantes efetivam políticas que viabilizam tais estratégias, a exemplo da manutenção da estrutura agrária, redução de custos econômicos na área da educação,

²⁰ O PRONERA é definido como a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país. (BRASIL, 2004). Até o ano de 2001 esteve vinculado ao gabinete do magistério extraordinário de política fundiária, passando a partir de então a fazer parte das políticas desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

saúde, cultura, serviços sociais, política de nucleação de escolas e o transporte escolar que beneficia o setor automobilístico (SANTOS; GARCIA, 2020, p.7).

O processo de fechamento da escola do campo associado a política de nucleamento, representa a redução do número de comunidades do campo, pois com a negação da oferta da escola na própria comunidade tem-se uma tendência de deslocamento das famílias para os centros urbanos, afim de garantir o acesso a educação para seus filhos. Quando o artigo 3º da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, expressa que “[...] a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças”.

Contudo, observa-se que há uma grande contradição entre o que preconiza a legislação educacional e a realidade do fechamento de escolas no meio rural, levando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), juntamente com um conjunto de movimentos sociais, organizações e lideranças de diversos seguimentos, a desenvolverem debates e campanhas, denunciando o “crime” do fechamento das escolas do campo, apresentando dados e as consequências desse crime contra a população camponesa.

No Brasil, de acordo com um levantamento apresentado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) com base nos dados fornecidos pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em relação aos estabelecimentos de educação básica no país, entre 1997 a 2018 foram fechadas quase 80 mil escolas no campo Brasileiro. Diante desse quadro, a região Norte e Nordeste concentram os maiores números de escolas fechadas nos últimos tempos, sendo que no ano de 2014 foram fechadas 872 escolas no estado da Bahia, sendo precedido pelo Maranhão com o fechamento de 407 escolas e Piauí com 377 escolas fechadas.

A realidade do fechamento das escolas do campo atingem também de forma perversa o estado da Bahia, o estado mais rural do país, segundo dados do Censo (2010) em termos absolutos, 27% da população está alocada no meio rural. Essa realidade atingiu também o município de Ubaíra-Bahia, onde de acordo com informações obtidas através de diálogo com a secretaria de educação do município, sendo que o município contava com 40 escolas no campo até o ano de 2008, que foram sendo fechadas gradativamente e nos dias atuais são 27 escolas no campo, com um número de 13 escolas fechadas em 14 anos.

Além do fechamento das escolas do campo, no período que se segue ao golpe um conjunto de ações foram desenvolvidas, representando grande retrocesso para o direito

educacional. Entre essas ações destaca-se a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, que era um instrumento de gestão das políticas com atenção à diversidade, incluindo os povos do campo, populações negras, povos indígenas e LGBTQIA+. Em seguida, a sociedade assistiu a discussão causada a partir do Projeto de Lei (PL) Escola Sem Partido (derrotado na Câmara dos Deputados) que representava uma grande ameaça a democracia e a liberdade; a reforma do ensino médio; a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que representa um grande retrocesso pela sua natureza, pois nega tudo que foi constituído sobre Educação do Campo ao longo de sua história e entre outras questões torna invisível as questões sobre diversidade, indicando a objetivação de uma formação humana incompleta. evidenciaram-se também sinais de estancamento na implementação de novos projetos do PRONERA, congelamento orçamentário e outras ofensivas.

Além das questões educacionais, os desmontes atingiram também a natureza, com o aumento do desmatamento, por meio do enfraquecimento de órgão fiscalizadores, redução de ações de combate e controle do desmatamento em todo território nacional, sobretudo na Amazônia. As discussões a partir dos órgão em defesa da natureza se intensificaram diante da ameaça de aprovação da Lei que previa a regularização de áreas desmatadas e atividades de exploração mineral em terras indígenas.

Com todo o desmonte ambiental, observa-se o aumento da violência no campo, que cresceu assustadoramente nos últimos anos, é o que revela a Comissão Pastoral da Terra (CPT), quando registraram um aumento de 150% no número de assassinatos no campo até outubro de 2022.

3.3 Breve descrição socioeconômica do Território estudado

O Município de Ubaíra foi fundado no ano de 1832, possui área territorial de 762 km², altitude de 324 metros, com clima Tropical e está localizado a 270 km da capital Salvador. O Município é considerado de pequeno porte I, e seu nome é oriundo do tupi-guarani que significa “mel de pau”. Com população estimada de 19.877 pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2022a), Ubaíra está situada no Território de Identidade Vale do Jequiriçá e pertence à mesorregião Centro-Sul Baiano.

Figura 1 - Foto do Município de Ubaíra-BA



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Figura 2 – Mapa de Localização da cidade de Ubaíra/BA



Fonte – Google/Wikipédia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uba%C3%ADra>

O Território de Identidade Vale do Jequiçá-BA está localizado na mesorregião região Nordeste, no Estado da Bahia e é composto por 20 municípios²¹.

Sobre a caracterização socioeconômica, de acordo com o IBGE (2022a) o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 186 de 417 e 254 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país, ficava na posição 3263 de 5570 e 4477 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 216 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1164 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

De acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2014), o Território de Identidade-TI do Vale do Jequiçá está localizado entre duas importantes rodovias federais: BR-116 e BR-101. É atendido também por estradas estaduais que fazem interligação com as rodovias federais, como a BR-420, que passa pelos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara, até Jaquaquara; a BA-540, que faz ligação entre Mutuípe e Amargosa; e a BA-026, que cruza Planaltino, Nova Itarana, Brejões e Amargosa.

A SEI (2014) também destacou que o TI Vale do Jequiçá tem relevância no cenário estadual graças ao potencial do ecoturismo, que tem como atrativos principais as Cachoeiras dos Prazeres, Brás, Clóvis, Guigó, Coruja e Risada, e rios como Jequiçá e Boqueirão. Vale acrescentar as áreas cercadas por florestas nativas, grutas, fauna e flora característica da região, tendo como destaque as serras Pelada e do Argolo.

Ainda de acordo com SEI (2014) no território de identidade há homogeneidade entre os municípios em relação ao comportamento econômico e à estrutura social: predominância do setor de comércio e serviços (70,0%); moderado índice de urbanização (57,9%); e número reduzido de habitantes (com exceção de Jaguaquara, com 51.011, os demais têm menos de 35 mil moradores). O comportamento socioeconômico homogêneo denota facilidade na construção e implementação de políticas públicas que propiciem o desenvolvimento do território de identidade.

²¹ Municípios que compõem o território de Identidade do Vale do Jequiçá: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Quadro 1- Valor adicionado, PIB e PIB per capita a preços correntes-Bahia, TI Vale do Jequiirçá e municípios do TI – 2012.

Região geográfica	Valor adicionado (em R\$ milhões)			PIB (R\$ milhões)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Ubaíra	3ª posição	6ª posição	5ª posição	7ª posição	12ª posição

Fonte: SEI (2014).

O quadro 1 mostra que em relação ao TI do Vale do Jequiirçá, Ubaíra ocupou a 7ª posição em PIB (R\$ milhões) e a 12ª posição em PIB per capita (R\$ 1,00). Isto demonstra a dependência do município no dinamismo econômico dos serviços públicos e das transferências de fundos municipais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No que tange ao número de estabelecimentos por setores de atividade econômica-Bahia, TI Vale do Jequiirçá e municípios do TI-2012, a SEI (2014) declarou que no quesito Indústria de transformação, Ubaíra ocupa a 7ª posição estando empatada com Jiquiriçá e Elísio Medrado. Já na Construção civil, ocupa a 8ª posição, ficando empatada com as cidades de Mutuípe, Milagres, Lajedo, Lafaiete Coutinho e Cravolândia. Nos quesitos Comércio, Serviços e Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, Ubaíra está na 5ª ocupação. Entretanto, no que tange à Administração Pública, encontra-se em 1º lugar, em empate com as cidades de Itiruçu e Milagres.

Referente às receitas correntes e transferências dos municípios do TI Vale do Jiquiriçá-2012, a cidade de Ubaíra encontra-se na 5ª posição, porém ocupa a 12ª posição no quesito de receita própria dos municípios do TI Vale do Jequiirçá.

A vulnerabilidade fiscal desses municípios, com baixa capacidade de receitas próprias, torna-os mais vinculados a programas sociais do governo federal, principalmente para custeio em educação, saúde, saneamento básico e investimentos em infraestrutura. As receitas próprias são insuficientes para a execução de políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida da população.

Concernente à população residente e taxa de crescimento populacional-Bahia, TI Vale do Jequiirçá e municípios do TI-2000/2010, Ubaíra ocupou a 4ª posição e no ano de 2010 a 6ª posição, tendo uma taxa média anual na 18ª posição, empatada com as cidades de Itiruçu e Brejões (SEI, 2014).

O quadro a seguir, apresenta a posição de Ubaíra atinente às pessoas ocupadas com rendimento, não remuneradas, trabalhadores na produção para o próprio consumo, sem ocupação, PEA, PIA e taxa de desocupação-Bahia, TI Vale do Jequiirçá e municípios do TI-2010:

Quadro 2-Posição do Município de Ubaíra dentre os demais do TI Vale do Jequiriçá em relação a pessoas ocupadas com rendimento, não remuneradas, trabalhadores na produção para o próprio consumo, sem ocupação, PEA, PIA e taxa de desocupação, Bahia-2010.

Quesitos avaliados		Posição do município de Ubaíra dentre os demais do TI
Total de pessoas ocupadas (exclusive os sem rendimento)	Renda média (R\$)	6ª posição
	Pessoas	6ª posição
	%	6ª posição
Não remunerados	Pessoas	9ª posição
	%	9ª posição
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Pessoas	1ª posição
	%	1ª posição
Pessoas sem ocupação	Pessoas	5ª posição
	%	5ª posição
População economicamente ativa (PEA)	Pessoas	6ª posição
	%	6ª posição
Proporção de desocupação (desocupados/PEA)	%	13ª posição
População em idade ativa (PIA)	Pessoas	6ª posição
	%	6ª posição

Fonte: SEI (2014).

Ainda em conformidade com o (SEI, 2014), a quadro a seguir demonstra dados sobre o estoque de emprego formal segundo os grandes setores de atividade econômica-Bahia, TI Vale do Jequiriçá e municípios do TI-2001/2011:

Quadro 3-Posição do Município de Ubaíra dentre os demais do TI Vale do Jequiriçá em relação ao estoque de emprego formal segundo os grandes setores de atividade econômica – Bahia-2001/2011.

Ano	Quesitos avaliados	Posição do município de Ubaíra dentre os demais do TI
2001	Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	4ª posição
	Indústria	5ª posição
	Comércio e serviços	4ª posição
	Total	4ª posição
2011	Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	7ª posição
	Indústria	14ª posição
	Comércio e serviços	5ª posição

	Total	5ª posição
	Taxa de variação 2011/2001	17ª posição

Fonte: SEI (2014).

No que tange a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, Ubaíra teve na 13ª posição para os anos 1991, 2000 e 2010. Entretanto, para as variações do índice de Gini, indicador que mede a concentração de renda, para os anos de 2000 e 2010, considerando o rendimento domiciliar per capita, no ano de 2000 Ubaíra ocupou a 14ª posição, e a 1ª posição no ano de 2010.

Referente ao grau de urbanização-Bahia, TI Vale do Jequiriçá e municípios do TI-2010, dos 10 municípios que apresentaram população majoritariamente residindo nas cidades, seis tinham grau de urbanização superior a 70,0%, indicando que o processo de urbanização ainda estava defasado em relação ao do estado. Em relação à cidade de Ubaíra, esta encontra-se na 8ª posição.

Concernente à proporção de população em extrema pobreza-Bahia, TI Vale do Jequiriçá e municípios do TI-2010, Ubaíra encontra-se na 3ª posição, o que evidencia que a cidade de Ubaíra possui uma incidência de extrema pobreza observada no referido território.

Em relação à educação, o município de Ubaíra tem uma taxa de escolarização, considerando a faixa etária de 6 a 14 anos, de 97,8%. O Município possui 36 escolas vinculadas ao ensino fundamental e uma escola que atende o ensino médio. Os estabelecimentos escolares estão espalhados entre as zonas rural e urbana, e no caso da comunidade foco da presente pesquisa, o Alto da Lagoinha, tem duas escolas, sendo uma de fundamental I e outra que atende o fundamental II. Na avaliação da qualidade da educação no ensino fundamental, considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, o município de Ubaíra obteve nota 4,5 para os anos iniciais e 3,3 para os anos finais.

3.4 Caracterização do território: Estrutura fundiária do município de Ubaíra-Bahia

Como pode ser observado ao longo da história da ocupação territorial do Brasil, baseada “na apropriação privada das terras livres (capitanias hereditárias e sesmarias)” (PTDRSS, 2017, p.51), provocou a concentração de terras “em mãos de poucos proprietários, situação que se ampliou no decorrer dos anos, através da Lei das Terras, do Estatuto das Terras e de outros códigos e lei” (Idem).

A concentração da estrutura fundiária²² no Brasil ocorreu como monopólio de classe e infelizmente vem crescendo cada vez mais em nosso país, provocando a concentração das riquezas para uma minoria e pobreza e miséria para uma maioria. Algo que também se destaca no estado da Bahia e nos seus municípios.

No território de identidade do Vale do Jequiricá, existe um discurso que tenta afirmar que nesse espaço existe uma “reforma agrária natural”, porém, segundo o PTDRSS (2017, p. 52), os dados apresentados pelo “INCRA e IBGE, mostram que enquanto os estabelecimentos da agricultura patronal concentram a maior parte das terras, os da agricultura familiar são mais numerosos e em muitos casos produzem mais do que os da agricultura patronal”. Nesse território “a concentração fundiária ainda é agravada em virtude dos limites territoriais municipais, que se caracterizam por serem municípios de pequena extensão com forte presença de latifúndios” (Idem).

No Vale do Jiquiriçá, assim como Ubaíra locús dessa pesquisa, e outros municípios, a dinâmica econômica está pautada em um conjunto de atividades realizadas no espaço rural, que agrega a agricultura, a pecuária e as atividades extrativistas. Essas atividades são executada sobretudo por agricultores familiares, que desenvolvem o trabalho agrícola com o auxílio da família. No entanto, por outro lado, como aponta Lima (2011) os municípios do Vale do Jiquiriçá apresentam uma grande concentração fundiária, provocando inúmeras desigualdades sociais e econômicas.

Em oposição a concentração fundiária no território do Vale do Jiquiriçá e no município de Ubaira, existe uma massa de trabalhadores do campo que não tem terras para produzir, ou tem terras insuficientes e necessitam de trabalho nas propriedades privadas para sobreviver. Infelizmente nem sempre as condições de trabalho e salário são condizentes com as necessidades desses trabalhadores, e muitos deles recorrem a programas de transferência de renda para complementar sua renda.

De acordo com os dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2017) em relação a área ocupada no vale do jiquiriçá, o setor familiar ocupava somente 30% de toda área de produção, enquanto que os 70% restantes estavam nas mãos da agricultura

²² "a estrutura fundiária pode ser entendida como a representação numérica da dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da natureza no modo de produção capitalista". No caso estudado, ela se materializa a partir dos estabelecimentos com pequenas dimensões de terras em oposição a estabelecimentos maiores, mas também, pela existência de produtores sem áreas, como exemplo, a existência dos “camponeses espremidos” (GERMANI, 2010, p. 274).

patronal. Embora os agricultores familiares sejam responsáveis por uma produção diversificada.

Dessa forma, pode-se afirmar que no município de Ubaíra, há sim uma concentração fundiária, ainda que não seja na perspectiva de outras regiões do Estado, e isso tem impactado na vida dos trabalhadores que não possuem terra, ou se encontram “espremidos”, entre fazendas e outras propriedades, e não conseguem produzir o suficiente para garantir renda e melhores condições de vida.

3.5 Pobrezas, Extrema Pobreza e Vulnerabilidade Social no Brasil

O conceito de pobreza é algo complexo que pode ser diferenciado de acordo com o contexto histórico e com os fatores econômicos, culturais e sociais, estando sujeito a diversas interpretações. Para Silva (2020, p.22) “a heterogeneidade dos indicadores de desenvolvimento do mundo capitalista cria situações em que um indivíduo é considerado pobre em um contexto, ao mesmo tempo em que já não pode ser considerado pobre em outro ambiente”, logo compreende-se que “ser pobre no Brasil não é exatamente como ser pobre nos Estados Unidos, em Portugal ou na Espanha” (OSTERNE, 2021, p.23). Dessa forma, a diferença e as interpretações dependem muito do conceito, definições e métodos de mensuração utilizados.

Embora seja uma visão rasa para uma análise mais aprofundada, de forma geral pode-se dizer que a pobreza está relacionada ao não acesso aos bens que historicamente foram produzidos pela humanidade, é a condição das pessoas que não tem a garantia de acesso a bens e serviços básicos, que são essenciais para se ter uma vida digna e com qualidade.

Osterne (2021) amplia a discussão, considerando que:

A pobreza é uma categoria histórica e socialmente construída, jamais um fenômeno natural. Diz respeito a um fenômeno estrutural de natureza complexa e multidimensional que não pode ser interpretado como simples insuficiência de renda e privações de ordem material. Ela agrega a dimensão da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho, a uma renda digna e à participação política e social (OSTERNE, 2021, p.23).

Para Telles (2013):

[...] a pobreza contemporânea arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve configurada “desde sempre”: nas franjas do mercado de trabalho, no submundo da economia informal, nos confins do mundo rural, num Nordeste de pesada herança oligárquica, em tudo o mais, que fornecia (e inda fornece) as evidências da lógica excludente próprias das circunstâncias históricas que presidiram a entrada do país no mundo capitalista (TELLES, 2013, p.15).

Conforme Telles (2013), os debates e as produções teóricas pós um longo período de governos militares se intensificaram a nível nacional, onde diversas metodologias foram aprimoradas para medir a miséria nacional, por fim, constatou-se que um conjunto de questões contribuíam para a reprodução da miséria no Brasil, como: “[...] salários deteriorados, desemprego e subdesemprego, falta de serviços públicos, de saneamento e moradia montavam um cenário no qual se explicitavam responsabilidades política envolvidas nesse quarto mundo gerado no interior de um mundo moderno que promete (ou prometia) estar em sintonia com o primeiro mundo” (TELLES, 2013, p. 17-18). Nessa perspectiva, o diagnóstico desenvolvido conforme Telles (2013), mediante “vários ângulos”, contribuiu para construir um retrato do país, com objetivo de elaborar bases econômicas e institucionais que melhorassem as condições de vida da população, diminuir as escalas das desigualdades sociais e viabilizar programas de erradicação da pobreza.

No entanto ao longo da história do Brasil, observa-se que embora o país tenha ciência da existência da pobreza, mesmo porque ela sempre esteve no cerne das discussões políticas e sociais, isso não foi e não é “suficiente para construir uma opinião pública crítica capaz de mobilizar vontades políticas na defesa de padrões mínimos de vida para que esse país mereça ser chamado de civilizado” (TELLES, 2013, p.18). Dessa forma, a pobreza tem marcado a história do Brasil e de grande parte da sua população, sendo a face oposta do projeto de modernidade que se pretendia construir. Pobreza que segue chocando a sociedade e sendo tratada como “resíduo que escapou a potência civilizadora da modernidade e que ainda tem que ser capturada e transformada pelo progresso”. (TELLES, 2013, p. 19-20).

Em relação aos indicadores que foram desenvolvidos ao longo do tempo na tentativa de definir a situação de pobreza ou extrema pobreza que envolve uma parcela da população da sociedade, Silva (2020) destaca dois conceitos de pobreza que são frequentemente utilizados em estudos acadêmicos e no processo de elaboração de políticas públicas: a pobreza absoluta e a pobreza relativa e considera que:

Ambos os conceitos partem de uma visão monetária da pobreza – ao considera-la como a ausência de renda para atender as suas necessidades básicas – sendo que o conceito de pobreza absoluta trata disso de maneira direta e o de pobreza relativa trata o tema de maneira comparativa com um referencial previamente definido (SILVA, BRUNO, SILVA 2020, p.24).

De acordo com o conceito de pobreza absoluta, é considerado pobre todo indivíduo ou família que esteja situada abaixo de um determinado valor monetário de renda. Logo, a pobreza é compreendida como a ausência ou insuficiência de renda para adquirir um conjunto mínimo de bens para sua subsistência (SILVA, BRUNO, SILVA, 2020).

Assim como o conceito de pobreza absoluta, o conceito de pobreza relativa também está fundamentado nos aspectos pertinentes à renda monetária de indivíduos e famílias. No entanto, de acordo com Silva, Bruno, Silva (2020) no segundo conceito:

[...] não se trata de uma medida absoluta onde há uma linha pré-definida diferenciando os pobres dos não pobres. Neste conceito, a situação de pobreza é definida em relação a um referencial que não possui um valor fixo. Quando se adota o conceito de pobreza relativa, define-se qual grupo social é pobre em relação a um outro grupo social. Assim, o grupo de menor renda é definido como pobre em relação aos estratos superiores (SILVA, BRUNO, SILVA. 2020, p.25).

Os conceitos de pobreza relativa e pobreza absoluta fazem referência à insuficiência de renda, em que se compreende que quanto menor for à renda mais pobre as pessoas serão. Seja pobreza relativa ou absoluta, infelizmente ela faz parte da experiência cotidiana da sociedade, carregando consigo uma visão de naturalização da pobreza, com tendência a banalização e a tolerância, onde “aceita-se com conformismo a profunda incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia sob a égide do capital e os investimentos sociais que deveriam ser complementados pelo Estado” (OSTERNE, 2021, p.23).

Leal (2012), apresenta outros dois conceitos de pobreza, bastante utilizados, que são o unidimensional e o multidimensional; sendo que:

[...] 1º) o unidimensional, que conceitua a pobreza a partir de um limite de renda, sobre o qual abaixo dele, o indivíduo é considerado pobre; e, 2º) o multidimensional, que conceitua a pobreza a partir das “capacidades humanas”, no qual a renda não é mais suficiente para medir a pobreza. O conceito, neste caso precisa ser complementado com o direito de cada indivíduo de ter acesso a educação de qualidade, saúde, moradia, saneamento básico, dentre outros direitos, que lhe permitam obter as condições físicas, intelectuais e emocionais para integrar-se ao mercado de trabalho e de ter uma boa qualidade de vida (LEAL, 2012, p.9).

Pode-se considerar que a pobreza é um fenômeno global, que está presente no mundo inteiro e atinge milhões de pessoas, causada principalmente pela expansão do desemprego, e da ausência de políticas governamentais direcionadas para o enfrentamento da pobreza e extrema pobreza. Embora os efeitos da pobreza sejam mais visíveis nos países com menor desenvolvimento econômico e social, de forma geral a pobreza ao longo da história se apresenta como um dos maiores males que afeta uma nação.

Observa-se que todos os conceitos apresentados anteriormente são insuficientes para tratar da pobreza no Brasil, pois parte desses conceitos consideram a pobreza como o lugar da insuficiência de renda e não aprofundam o debate e a crítica das bases históricas e econômicas do país, que criou uma cidadania restrita, em que os direitos não se universalizam. Nessa lógica a pobreza é transformada em natureza que ainda precisa ser capturada e transformada sob o signo do progresso, e a pobreza segue sem autores e sem responsabilidades (TELLES, 2013).

A pobreza precisa ser encarada para além da privação material, ou com base nas necessidades básicas ou insuficiência de renda. Nesse sentido Amartya Sen formulou na década de 1980 uma concepção de pobreza denominada “privação de capacidades”, contribuindo para a superação de uma visão rasa da pobreza, para uma reflexão aprofundada “que se coloca diretamente frente aos objetivos da justiça social, da igualdade e das desigualdades. Sen não nega os fatores econômicos, mas busca considerar também variáveis relativas aos dispositivos legais, as implicações políticas e a sua pertinência social” (IVO, 2008, p.97).

Na teoria de Sen segundo Ivo (2008) “ela procura transformar os pobres de “sujeitos passivos” em “sujeitos ativos”, beneficiários de planos sociais e protagonistas da mudança social, envolvendo o desenvolvimento de suas capacidades e estratégias” (IVO, 2008, p. 97). Onde há o entendimento que a pobreza significa a privação da vida que as pessoas podem levar, uma vida que se tenha não somente o pão na mesa, a roupa do corpo, moradia e água potável, mas que se tenha liberdade, acesso aos bens produzidos pela humanidade, onde haja o “enriquecimento” da vida humana de forma integral e não somente em termos materiais.

Como aponta Sen os sujeitos ativos, são protagonistas no processo de desenvolvimento e no combate à pobreza e devem ter sua liberdade fortalecida, mediante a oportunidades sociais, liberdades políticas, facilidades econômicas, garantias de transparência e segurança protetora. Essas são liberdades instrumentais apontadas por Sen como instrumento que alimentam umas às outras e que contribuem para que os sujeitos se tornem ativos e capazes de transformar suas vidas e suas realidades.

De acordo com o pensamento de Sen, podemos considerar que sua forma de conceituar a pobreza não elimina os fatores econômicos, todavia suas reflexões remetem a questão da pobreza a partir do campo da liberdade e da emancipação social.

A nível global a Ásia, a África e a América Latina, apresentam os maiores indicadores da pobreza do mundo. De acordo com os estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL no ano de 2020, a América Latina atingiu os maiores índices de pobreza desde o ano de 2008, chegando a atingir 33,7% da população no ano de 2020. O estudo apresenta que a pobreza da América Latina se concentra nas áreas rurais, atingindo principalmente o grupo de pessoas historicamente excluídas da sociedade, como povos indígenas e afrodescendentes, e pessoas com baixo grau de escolaridade.

No Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE utiliza a definição do Banco Mundial que acompanha a evolução da pobreza global, considerando pessoa em situação

de extrema pobreza, pessoas que dispõem de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 145 por mês.

Segundo a pesquisa apresentada pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, no ano de 2018 o Brasil atingiu a marca de 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza. Revelando que a pobreza e extrema pobreza do país tem um recorte de cor, região e instrução escolar. Sendo que partes das pessoas que vivem em situação de pobreza são pretas ou pardas (representa 72% dos pobres), mais da metade delas vivem na região nordeste e não tem o ensino fundamental completo. Revelando que alguns fatores são imprecendíveis para a reprodução e ampliação da pobreza no Brasil; como as questões raciais, a questão agrária, as especificidades do mercado de trabalho brasileiro e a configuração das políticas sociais.

Em relação à população negra do Brasil, observa-se que desde o período pós-abolição do regime de escravidão, com a institucionalização de leis que proibiam que essa parcela da sociedade tivesse acesso a terras e a educação, contribuiu muito para que na atualidade essa população fosse a mais atingida pelas desigualdades econômicas e sociais produzidas no Brasil e conseqüentemente fossem a mais atingida pela pobreza.

De acordo com Souza (2009), a pobreza é consequência de um padrão de desenvolvimento capitalista extremamente desigual no qual coexiste a acumulação do capital e a miséria. Sendo que diante dessa contradição “se o acúmulo de riqueza é o objeto principal de uma determinada classe, faz-se necessário, em contraponto, a exploração de outro grupo, possuidor da força de trabalho, para que se garanta tal acumulação” (SOUZA, 2009, p.19).

No sistema capitalista enquanto se produz a riqueza que fica concentrada nas mãos de uma minoria, detentora dos meios de produção, se produz e reproduz a pobreza de uma grande maioria que não dispõe dos meios de produção, e nem mesmo de direitos básicos fundamentais para a vida humana, como alimentação, moradia, água, saneamento básico, saúde, entre outros.

A pobreza existente no Brasil não é fruto da atualidade, ela tem raízes históricas, marcada pela chegada dos portugueses que inicialmente concentraram e exportaram toda a riqueza aqui encontrada, em detrimento do trabalho dos povos indígenas e posteriormente dos negros escravizados. A respeito das origens históricas da pobreza e miséria na América Latina e no Brasil, o autor Eduardo Galeano em seu livro “As Veias Abertas da América Latina” nos ajuda a pensar no processo de submissão, miséria e exploração do qual a América Latina vem sendo submetida desde o período colonial. Considerando que a mistura de “espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saqueio das riquezas nativas e dessa forma o poder europeu estendia-se para abarcar o mundo”

(GALEANO, 2000, p.24). Pode-se dizer que o continente Latino Americano ao longo da sua história foi submetido a servidão dos povos ditos civilizados, os quais exploraram toda a riqueza que esse continente tinha a oferecer a custo do trabalho, do suor e do sangue dos povos originários. Infelizmente na atualidade tem-se um continente longe dos anseios de ser considerado de primeiro mundo, tratados como “perdedores”, aqueles tocados pelo estigma da miséria, da pobreza e da condição de povos explorados. Dessa forma a América Latina e seu conjunto de países continuam sendo palco de exploração e submissão dos países desenvolvidos, que ditam as regras do capital mundial.

Ao analisar os sistemas econômicos do Brasil, ao longo de sua trajetória histórica, percebe-se que todos alimentaram as relações de desigualdade entre os que detêm os meios de produção e os que necessitam vender a força do seu trabalho. Afirmando assim a existência de uma sociedade marcada pela divisão de classe e conseqüentemente marcada pelas profundas desigualdades provocadas por esse sistema.

Para Osterne (2021):

A pobreza supõe inferioridade, dependência, subordinação em face de uma constante necessidade de auxílio, ajuda, proteção e também dependência emocional. A pobreza supõe lugares negativados para seus acometidos, o lugar da subalternidade. Entre estes encontram-se, principalmente, os moradores de rua, os presidiários, os doentes mentais e, mais fortemente, os sem-teto, os desempregados, os idosos asilados e os migrantes (OSTERNE, 2021, p. 23).

Comunga-se com as autoras, quando afirmam em relação aos lugares socialmente construídos para aqueles que vivem em situação de pobreza, pessoas que são invisíveis aos olhos do Estado, que vivem em constante situação de vulnerabilidade social, as quais denunciam cotidianamente as fragilidades da formação política da sociedade Brasileira.

De acordo com Rocha (2004) na década de 70 o Brasil era considerado um país essencialmente pobre, e essa pobreza se concentrava, sobretudo, no meio rural, considerando que nesse contexto mais da metade da população brasileira era residentes rurais, embora o país já estivesse num processo de urbanização bastante desenvolvido. A pobreza nesse contexto estava associada aos altos índices de analfabetismo, mortalidade infantil, ausência de assistência à saúde, entre outras mazelas sociais.

Observa-se que da década de 70 até a atualidade a pobreza do Brasil vem se mantendo como uma constante preocupação da sociedade brasileira, embora seja notória a evolução do país nas últimas décadas, considerando as diversas transformações no campo econômico e social.

De acordo com Rocha (2013), embora a urbanização estivesse mudando o país, depois de uma década de crescimento acelerado, a pobreza no Brasil em 1980 ainda era marcadamente rural e nordestina. “A população rural correspondia a um terço da população brasileira, mas 42% dos pobres brasileiros viviam em área rural. Ao Nordeste, correspondia 29% da população, mas 49% dos pobres brasileiros” (ROCHA 2013, p.6). Por conta de todo esse contexto a década de 80 é comumente chamada de década perdida, “denominação que reflete a frustração em relação ao crescimento econômico médio baixo - 1,57% a.a. -, em evidente contraste com o verificado na década anterior – 8,6% ao ano” (ROCHA, 2013).

O crescimento econômico e os seus efeitos sobre a renda das famílias foi o motor da excepcional redução da pobreza neste período. No entanto, a queda excepcional dos indicadores,⁷ em particular da proporção de pobres que é o mais sensível, ficou aquém do que seria possível caso o processo de crescimento da renda tivesse sido neutro do ponto de vista distributivo. O aumento da desigualdade de renda – o coeficiente de Gini passa de 0,561 em 1970 para 0,592 em 1980 - confiscou parte da renda que poderia ter levado a uma redução da pobreza ainda mais forte (ROCHA, 2013, p.6).

A pobreza rural brasileira logo entraria em declínio (não deixando de existir, pois ela nunca saiu de cena) e o Brasil se tornaria palco de novos espaços de pobreza, a exemplo da pobreza urbana, tendência estrutural que se manteve em longo prazo. Na medida em que a população do campo deslocou-se para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, mediante as promessas do processo de industrialização e modernização, houve aumento da população urbana, considerando que com pouco estudo e sem recursos financeiros a maior parte dessa população se concentrou a margem das cidades, o que formou as favelas, sem nenhum tipo de infraestrutura.

Nos anos de 1980 o Brasil passou por uma transição política de regime militar para uma perspectiva democrática, o que modificou a forma de relação entre o Estado e a sociedade Brasileira. Nesse período eclodia a luta e reivindicação dos movimentos sociais organizados por uma série de direitos (civis, sociais, políticos, econômicos) onde parte dessas reivindicações da sociedade foram canalizadas para a criação da Constituição de 1988.

Com o novo regime político da década de 1980, acreditava-se na possibilidade de ampliação da cidadania e a alteração do histórico de desigualdades socioeconômicas do Brasil, no entanto a nova constituição enfrentaria velhos dilemas como a realidade das elevadas taxas de desigualdades e pobreza que marcam a história do Brasil. No início da década de 80 o Brasil passou por uma grande crise econômica que levou ao agravamento da pobreza no país, sendo precedido pela recuperação da economia e pelo plano cruzado que contribuíram naquele momento para uma pequena redução no número da proporção de pobres no país. Observa-se

nesse contexto que a redução da pobreza no Brasil é marcada de forma pontual na história, mas de forma geral os números da pobreza nunca foram revertidos.

O Brasil chegou ao ano de 1990 com o número de 39,2 milhões de pessoas em situação de pobreza, o que correspondia a 27% da população do país. De acordo com Rocha (2013, p. 7) “na perspectiva de longo prazo, a delimitação temporal mais relevante do ponto de vista da evolução da pobreza se estende além da década de oitenta, chegando até 1994, ano da estabilização econômica do Plano Real”.

Ao considerar que a pobreza e extrema pobreza do Brasil ainda são vista de forma insipiente, tratada como questão de renda, entende-se que o emprego seria uma solução para que essa população conseguisse manter pelo menos suas necessidades básicas. Porém, o que tem-se visto nos últimos tempos, é uma realidade completamente adversa, em que o número de desemprego só cresce, e por outro lado aqueles que sobrevivem de salário mínimo, não tem conseguido manter-se bem, diante do modelo econômico, onde os mais pobres sempre estão em posição de desvantagens. Dessa forma, um grande contingente de pessoas segue sem conseguir manter-se, vivendo de forma vulnerável e dependendo dos programas do governo para sobreviver.

Diante do exposto, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho pode ser compreendido como um elemento central, representando a possibilidade de superação das condições de pobreza no capitalismo, é fundamental te-lo como “um fator explicativo importante para compreender o processo de acumulação capitalista, a origem de sua riqueza e do processo de expansão da pobreza” (SILVA, 2020, p.27).

Sem acesso ao mercado formal de trabalho, cada dia mais cresce o número de pessoas que recorrem ao mercado informal, como alternativa diante do desemprego. Infelizmente essa população fica impossibilitada de acessar os direitos trabalhistas conquistados pela sociedade civil, mediante muitas lutas, como o direito à aposentadoria, férias remuneradas, auxílio maternidade, 13º salário e outros.

Apesar de todas as dificuldades desenhadas ao longo da década de 80 e após efeitos do plano real, que pouco contribuiu para desestabilizar a pobreza do país, pode-se considerar que nos últimos 20 anos o número de pobres foi reduzido consideravelmente e as condições de vida dessa população veio melhorando gradativamente. Embora o aumento no aspecto renda *per capita*, este ainda está aquém do esperado para de fato transformar a situação das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

A partir do ano 2000, as estatísticas em relação ao declínio da pobreza no país começaram a melhorar, impulsionado pelo crescimento econômico, o fortalecimento do mercado formal de trabalho, o aumento do salário mínimo e a expansão de políticas sociais contribuíram para o aumento da renda dos pobres no Brasil. Esses fatores levaram ao declínio de aproximadamente 80% na desigualdade entre 2003 e 2013 (Banco Mundial, 2016).

O ano de 2003 foi marcado pela eleição do presidente Luiz Inácio [Lula] da Silva, que governou o Brasil de 2003 a 2014, sucedido por Dilma Rousseff (2011-2016). De acordo com algumas instituições como o Banco mundial e o IBGE, no governo Lula o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil sofreu uma queda significativa em relação a outros períodos. As políticas públicas de acesso das pessoas pobres a serviços básicos, como eletricidade, água, esgoto, creches, escola e atendimento à saúde, moradia, alimentação, entre outros, foram fundamentais para diminuir a pobreza e extrema pobreza do Brasil.

Para Zimmermann e Silva (2012):

Enquanto que em 1992 cerca de 31,6 milhões de pessoas passavam fome, essa quantidade caiu para 15,7 em 2009 no Brasil. Por outro lado, tal situação sofreu maiores alterações a partir de 2003, com o governo Lula. Em 2002, quase 30 milhões de pessoas passavam fome no Brasil, quadro esse que caiu pela metade até 2009 (ZIMMERMANN; SILVA, 2012, p.137).

O governo Lula foi marcado por vários programas sociais os quais buscou atender a população pobre que não tinha acesso à moradia, alimentação, saúde, e viviam com renda insuficiente.

Dentre as principais políticas destacadas no combate à fome e miséria no Brasil estão a valorização do salário mínimo, que subiu de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 510,00 em 2010. Além disso, o aumento de novos postos de trabalho, cerca de 15 milhões, aliado com a ampliação de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, além da ampliação da cobertura do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Na área da segurança alimentar, destacam-se as cisternas, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, compra direta de alimentos, os restaurantes populares e outros mais (ZIMMERMANN, SILVA, 2012, p.3).

É notório que o programa de transferência de renda Bolsa Família, com cobertura em praticamente todos os municípios da federação, contribuiu de forma significativa para melhorar as condições de vida de milhares de pessoas que viviam em situação de pobreza e extrema pobreza.

Conforme aponta os estudos de Zimmermann e Silva (2012), em 2002, o percentual de pobres era de 38,3, diminuindo para 24,3 em 2009. Isto deixa claro “que as políticas do governo Lula renderam bons frutos, o que resultou na diminuição do percentual de pobres no Brasil”. Ressalta-se que em termos de distribuição entre as regiões, o governo Lula voltou o olhar para a região nordeste, historicamente afetada pela pobreza e extrema pobreza, e por isso precisa ser

priorizada nas políticas governamentais, dessa forma as famílias beneficiárias do Bolsa Família foram priorizadas nas regiões Nordeste (49,8%) e Sudeste (26,07%).

Embora se reconheça a importância do programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do Brasil, e aquele que conseguiu atingir o maior número de pessoas, é preciso considerar que ao contrário do piso previdenciário e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o programa não constitui um direito e infelizmente pode ser extinto a qualquer tempo. O que revela a necessidade de os governantes desenvolverem políticas públicas que promovam mudanças estruturais e que contribua para acabar com a pobreza de forma efetiva.

Já em relação à desigualdade social, de acordo com Zimmermann e Silva (2012):

[...] houve uma pequena diminuição na desigualdade social no Brasil. O Gini, índice que mede as desigualdades sociais, era de 0,58 em 1992, caindo para 0,54 em 2009. Notadamente o Governo Lula conseguiu melhorar esses índices, já que em 2002 a desigualdade social medida pelo Gini era de 0,59 (maior do que em 1992), caindo para 0,54 em 2009. Nota-se que de fato os dois mandatos do Governo Lula tiveram impactos positivos na diminuição das desigualdades, embora o índice de 0,54 ainda seja um dos mais altos do mundo (ZIMMERMANN, SILVA, 2012, p.5).

As mudanças ocorridas nos últimos tempos em relação ao combate à pobreza no país encheram a sociedade de esperança, e aqueceram a economia, dando aos mais pobres o “poder” de compra, de forma que o governo não deixou de atender assim os interesses do capital. No entanto as últimas pesquisas apontam que após um período de mais de 11 anos de redução da pobreza no país, e do aumento significativo da renda dos mais pobres, a pobreza votou a crescer e conseqüentemente a desigualdade, que também vinha regredido gradativamente.

As conquistas sociais começaram a ser desmontadas desde o ano de 2016 com o golpe de estado que afastou a então presidente Dilma Rousseff da presidência do Brasil. E o país que havia saído do Mapa da Fome no ano de 2014, gradativamente foi perdendo as políticas sociais implementadas no governo Lula para combater a fome, e melhorar os níveis de pobreza, através de programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa de Merenda Escolar, entre outros. Com a liderança do presidente Michel Temer e seu pacote de desmanche dos direitos sociais, reforma trabalhista, reforma da previdência, a emenda 95 foi aprovada congelando os gastos sociais por vinte anos e a partir dessas ações o desemprego no país aumentou, cresceu a parcela de trabalhadores sem direitos trabalhistas e de trabalhadores no mercado informal com renda baixa e instável. Arelado a tudo isso o programa Bolsa Família não foi corrigido e tornou-se incompatível com a inflação, diminuindo a capacidade de renda e aumentando a vulnerabilidade e desigualdades sociais da população.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2018 observa-se que a agenda neoliberal iniciada no governo Temer foi mantida e intensificada com medidas econômicas desastrosas, tornando as condições de vida da população pobre desse país insustentável. Nesse sentido, pobreza, fome, e desigualdade aumentaram gradativamente no país e com a recessão trazida pela crise da pandemia do novo Coronavírus, agravou a situação afetando a vida de milhares de pessoas que perderam seus postos de emprego, ou outra forma de obter algum tipo de renda²³.

Os dados mais recentes sobre a situação da pobreza no Brasil apontam que o país regrediu no combate à pobreza, e os novos dados sobre insegurança alimentar são alarmantes. A pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional²⁴-Rede PENSSAN, desenvolveu um estudo (2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil) o qual revelou que no ano de 2022 aproximadamente 33,1 milhões de Brasileiros não tem o que comer. Sendo 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano, e que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave). O estudo afirma ainda que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

Os dados da pesquisa revelaram também que a fome no Brasil dobrou em famílias com crianças menores de 10 anos, e entre dez famílias apenas quatro tem acesso pleno a alimentação. De acordo com o 2º Inquérito, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar. É um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018. Entre as regiões do Brasil, o Norte e Nordeste são as regiões mais atingidas pela insegurança alimentar, superando a média nacional que é de aproximadamente 15%.

²³ Após um processo de intensas discussões o Congresso Nacional aprovou no mês de março do ano de 2020, o auxílio emergencial, um valor pago de acordo com alguns critérios pré-estabelecidos, que embora tenha contribuído para diminuir os impactos da crise, não se manteve com os valores iniciais, contribuindo assim para que o país voltasse a registrar o aumento no nível de pobreza.

²⁴ A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) foi criada no ano de 2012, congrega pesquisadoras(es), estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Entre seus objetivos, destacam-se o exercício de uma pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, e também a contribuição para o debate público de ações e políticas públicas que tenham interação com a Segurança Alimentar e Nutricional. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>

O estudo evidenciou também que a fome tem cor e gênero, pois nos lares onde as pessoas se autodeclararam brancas a segurança alimentar está presente em 53% dos domicílios, enquanto nas famílias que as pessoas se autodeclararam pardas ou negras a segurança alimentar cai para 35%. Existe também uma diferença entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%.

Sobre a pobreza, Andrade e Pereira (2022) consideram que é anterior ao capitalismo, ao tempo em que apresentam que a pobreza sob a organização produtiva do capital assume formas marcadamente distintas das formas anteriores.

“[...] do ponto de vista historiográfico a humanidade convive com formas de pobreza e seus desdobramentos, certamente, antes do desenvolvimento da sociedade capitalista. Neste contexto pré-capitalista a pobreza decorre da incapacidade de geração de riquezas ou pela escassez de gêneros alimentícios. Situação que se desdobra - e precisamente acarretou em alguma medida - na pobreza de milhões de pessoas, levavam à morte um número também significativo de pessoas por completa incapacidade social de geração de riquezas”.(ANDRADE, PEREIRA, 2022, p,2).

Sob o ordenamento do capital a pobreza se afirma e persiste mesmo diante do crescimento significativo da abundância e do desenvolvimento inédito da capacidade produtiva. Visualiza-se, portanto, a pobreza como uma contra face do desenvolvimento ampliado do sistema capitalista, não como resultante de uma incapacidade produtiva. (ANDRADE, PEREIRA, 2022, p,2)

As medidas adotadas pelo governo diante do cenário econômico e social brasileiro parecem insuficientes, a inflação sempre em alta, o preço dos alimentos triplicou, o desemprego em patamar elevado e a renda da população em queda. Esse conjunto de questões associados tem tirado o sono da população, sobretudo dos mais pobres que dormem sem saber se terá o que comer no dia seguinte.

Infelizmente, além da pandemia que contribuiu bastante para a crise econômica no Brasil e no mundo, em seguida veio à guerra entre Rússia e Ucrânia, que também tem impulsionado o aumento do preço de alguns itens no Brasil, a exemplo da soja, trigo e milho, e consequentemente todos os derivados desses grãos acabam tendo seu valor aumentado.

3.6 Modernização conservadora: a disparidade entre o campo e a cidade

Como visto no capítulo anterior a pobreza é um fenômeno histórico e socialmente construído, que alcança 4,8 milhões de pessoas no Brasil, o que corresponde a 26,5% da população (IBGE, 2022b), uma realidade que afeta os quatro cantos do país. Entretanto, o Nordeste é a região que concentra os maiores índices da pobreza, totalizando 54,8 milhões de

pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2022b), esse fato está ligado a fatores históricos, sociais, geográficos, e político do nosso país.

No contexto brasileiro não distante da realidade da América Latina, a história da pobreza começa a ser delineada com o processo de colonização, o qual desenvolveu-se baseado na exploração da força de trabalho, inicialmente do povo nativo e posteriormente do povo preto escravizado, obrigados a produzir as riquezas para promover a acumulação de riquezas para os colonizadores. Esse processo deixou marcas sociais que perduram até os dias de hoje, entre elas a marca da pobreza, da concentração de rendas, da exclusão e da desigualdade social. (GALEANO, 2000).

Observa-se nesse cenário que desde a chegada dos colonizadores portugueses às terras brasileiras, que há um processo de submissão, onde os ocidentais impuseram de forma violenta seu modo de vida, de religião, de organização social, de trabalho e de comercialização. A colonização impôs uma estrutura de classes, “proprietários de terras x trabalhadores escravos, moradores, colonos – e de dominação, baseada no latifúndio, no monocultivo com uma organização política baseada no poder dos donos de terras” (BATISTA, 2014, p.23). Dessa forma, o modelo agrário do Brasil contribuiu e ainda está, para a produção das desigualdades sociais, econômicas, e raciais no campo. Negando aos trabalhadores do campo uma série de direitos, entre eles o direito a terra e a educação.

Após o fim da escravidão no ano de 1888, observa-se que a Lei das Terras de 1850, a qual tratou de impedir que camponeses, negros e imigrantes pudessem adquirir terras, marcou profundamente a vida dos trabalhadores camponeses desse país, que foram obrigados a subordinar-se ao poder das elites coloniais, ficando a margem do processo político da sociedade. Entre outras, a Lei das terras foi um acontecimento que marcou profundamente a história do Brasil, acentuando as desigualdades sociais, sobretudo no contexto agrário, pois até os dias de hoje é possível ver os efeitos dessa Lei, que foi determinante para demarcar quem nesse país tinha o direito de ter terras, e conseqüentemente de ter uma vida digna. Nesse contexto parte dos trabalhadores do campo se deslocaram para as cidades, criando assim, as periferias, onde passavam a habitar, sem trabalho e sem as mínimas condições materiais necessárias para viver.

Essa população recorreu aos meios de sobrevivência alternativos (lavadeiras, vendedoras de quitutes, engraxates, entre outras) e uma minoria que conseguiu se tornar operários assalariados, eram submetidos a uma série de opressões, formas de controle e obstáculos para que não ocorresse a organização dos trabalhadores. Enquanto outra parte dessa

população ficou no campo, vivendo e trabalhando muitas vezes em troca de moradia e alimentação. Mesmo quando esse quadro mudou, eles passaram a receber pelo trabalho desenvolvido, mas eram submetidos a uma série de explorações.

Com o tempo a Lei de terras foi modificada, no entanto, mesmo quando a população negra passou a ter direito de adquirir terras, outras ações foram desenvolvidas em diversos governos para que a concentração das terras fossem sempre privilégio da burguesia, e os trabalhadores ficassem sempre na posição de mão de obra barata, a ser utilizada para a concentração do capital nas mãos dos grandes latifundiários.

Considera-se que tanto o campo quanto a cidade passaram por grandes modificações entre o final do século XIX e início do século XX, a partir da transição do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial. De acordo com Martins (2018, p.3) “a partir daí as atenções começam a ser direcionadas para alguns investimentos em infraestrutura (ferrovias, usinas elétricas, portos, transporte marítimo) favorecendo o desenvolvimento e a industrialização do país e, com isso, as cidades tornam-se polos de comércio e serviços”. Essa transição marca o início de uma nova forma de produção no Brasil, tirando o foco econômico da produção agrícola e voltando-se para as atividades industriais. Dessa forma, ocorre o processo de urbanização do país, e tudo que é atrelado ao campo passa a ser visto como atrasado.

Como resultados da urbanização ocorrida após os anos 1950, observou-se a crescente pressão sobre os recursos naturais desprovida de preocupações com sustentabilidade ambiental; a concentração de capital e setores da indústria nas grandes aglomerações urbanas; o fomento de poucas áreas de dinamização econômica; e a produção, por consequência, de muitos outros territórios marcados pela estagnação econômica. Ademais, o aumento da migração do campo para as grandes cidades resultou na crescente ampliação da população submetida a péssimas condições de vida nas periferias dos centros urbanos. Todos esses fatores contribuíram para fomentar o abismo entre o meio rural e o urbano em relação à renda, ao acesso a serviços e às oportunidades de inserção econômica (MARTINS, 2018, p. 41).

Nesse processo, com todos os olhares voltados para o desenvolvimento urbano, o campo agora não mais contava com a mão de obra escrava, que já não tinha o mesmo potencial produtivo e foi ficando em segundo plano, sem receber investimentos, nem oferta de serviços básicos e políticas públicas.

Nos anos de 1930 a economia do Brasil já não era predominantemente rural, sendo que a produção industrial já vinha consolidando seu espaço. A crise do café agravou a realidade econômica de base agrária, fazendo surgir a necessidade de modernização do latifúndio, para que as atividades agrícolas retomassem seu potencial econômico.

No início dos anos de 1960 com foco no desenvolvimento do campo, é implementada a denominada Revolução Verde, que embora tenha sido desenvolvida ao redor do mundo com o

discurso ideológico, de aumento da produção de alimentos para acabar com a fome, pode-se afirmar de acordo com Gorgen (2004, p.26) que esse foi “[...] um Programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado”. Juntamente com esse programa veio um pacote de desenvolvimento, baseado no processo de mecanização do campo, inovações tecnológicas, modificação genética das sementes, uso de agrotóxicos e outros. Com esse pacote de desenvolvimento da agricultura, veio também às consequências que foram desde o aumento do êxodo rural, causado pelo desemprego no campo, ao incentivo do uso de agrotóxicos que no futuro próximo, atingiriam a saúde do homem e da terra. Uma vez que nesse modelo de desenvolvimento não há nenhum tipo de cuidado com a natureza.

Dessa forma, pode-se afirmar que esse programa nunca esteve voltado no propósito de acabar com a fome, mas a serviço das ideologias de reprodução do capital. Logo, o processo de modernização da agricultura se deu de forma desigual e excludente, em que apenas os grandes latifundiários foram privilegiados, enquanto os pequenos agricultores conviviam com uma série de dificuldades para manter-se:

O meio rural brasileiro abarca uma grande população que foi excluída do processo de modernização da agricultura. Essas famílias, que antes detinham alguma terra, porém não tinham recursos suficientes e não tiveram acesso ao crédito para participar dessa evolução, ficaram em uma situação precária. Aliado a esse fato, soma-se a escassez de capital humano, educação principalmente, pertinente ao meio rural. As famílias rurais tinham como atividade principal a agricultura, a qual não exigia alta escolaridade. Sem acesso à tecnologia para cultivar a terra (ativo) e sem qualificação (anos de estudo), foram comprometidas, respectivamente, a renda da terra e a entrada no mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se inferir que as famílias rurais entraram em um período amplo de pobreza (BASTOS; MATTOS; SANTOS, 2015, p.2).

O campo passou por uma modernização conservadora, que não contribuiu para solucionar os problemas que apresentava, principalmente relacionados à pobreza. No Nordeste, por exemplo, o território é modificado com o surgimento das grandes propriedades agrícolas, com modelos de produção modernizada e com processo de exportação da produção.

Dos anos de 1950 até os dias de hoje, a concepção de desenvolvimento agrário que se tem no Brasil, é o do agronegócio; um modelo de produção capitalista em grande escala, destinado à importação dos produtos agrícolas, desenvolvido sem nenhum tipo de preocupação com as questões socioambientais, que tem promovido à expulsão ou exploração do homem do campo, e compromete seu modo de vida e produção. Esse modelo promove a concentração da terra nas mãos de empresas nacionais e transnacionais para desenvolvimento das suas atividades nos quatro cantos do país e vem se aproveitando da vulnerabilidade de regiões como o nordeste, para se instalar e extrair todo seu potencial.

O agronegócio a serviço do capitalismo se sobrepõe as formas de produção relacionada a agricultura camponesa, e vem intensificando as desigualdades socioeconômicas no meio rural. Esse modelo ao longo dos anos tem expulsado os camponeses do campo, substituindo-os por máquinas, invadido suas terras, degradado a natureza, incentivado a monocultura de grãos, aumentado a pobreza e a miséria e ocasionado o aumento da violência no campo, entre outras questões.

O agronegócio se organiza de forma típica da acumulação primitiva do capital, onde é possível observar que os trabalhadores nesse sistema são tratados de formas degradantes, são oprimidos e explorados.

Ao longo da história de desigualdade no campo, promovida pelos que concentram as terras, houve vários movimentos de enfrentamento dessa realidade a partir dos trabalhadores camponeses, sem terras e suas organizações. Entre esses movimentos destacam-se as ligas camponesas no ano de 1946, consideradas de grande importância na defesa da reforma agrária e dos interesses da classe trabalhadora do campo, e o movimento dos Trabalhadores Rurais.

As Ligas Camponesas, assim como outros movimentos espalhados pelo Brasil, sofreram grande repressão com o regime ditatorial de 1964, onde muitos dos seus representantes foram perseguidos ou mortos, o que fez com que o movimento perdesse força. Sem enfrentamento direto, a ditadura militar promoveu a concentração das terras nas mãos dos latifundiários. Isso aumentou a fome e a pobreza no campo. É desse processo, de exploração dos trabalhadores do campo e da falta de direitos sociais para a garantia de uma vida digna, que nasce nos anos de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST²⁵, um movimento camponês que tem como principal bandeira de luta a realização da reforma agrária, visando o desenvolvimento da produção de alimentos ecológicos, que ajude a promover a soberania alimentar do país e a luta por melhores condições de vida no campo em seus vários aspectos, econômicos, sociais, educacionais, entre outros.

Além do MST outros movimentos foram criados ao longo dos anos com diversas representatividades camponesas, retomando uma luta coletiva de resistência e enfrentamento ao monopólio da terra, e as opressões contra o povo do campo. A luta em constante pauta pelo MST e demais movimentos de luta pela terra e pelo território camponês, se dá no contexto do

²⁵ “O Movimento dos Trabalhadores sem terra também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país, e aos poucos expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979-1984, e foi criado formalmente no primeiro encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná”. (CALDART, 2001, p.207).

enfrentamento ao avanço do agronegócio. Nesse sentido, fica nítido que o Brasil está longe de realizar a reforma agrária e que a forma como tem sido desenvolvida algumas políticas no campo, só tem contribuído para a acumulação do capital, mantendo e acentuando as desigualdades no campo.

O histórico de negação de direitos para os camponeses, entre eles o direito a terras, contribuiu para que na atualidade o campo viesse conviver com uma série de precariedades. Território em que, segundo os dados fornecidos pelo IBGE (2022a), os problemas sociais se intensificam. Entre quatro brasileiros que vivem no campo, um está em situação de extrema pobreza. No contexto rural a incidência da extrema pobreza é de 25,5%, enquanto no meio urbano ela cai para 5,4%. O município de Ubaira-Bahia, locús dessa pesquisa, registrou no ano de 2022 o número de 3.392 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, (um total de 7.915) pessoas; enquanto a zona urbana registrou o número de 3.138 famílias contempladas, com um total de 6.688 pessoas (CADÚNICO, 2022). Revelando que o campo concentrou o maior número de famílias em situação de pobreza. Essa população é a mais vulnerável e foi atingida de forma crucial pelos impactos da Pandemia do Covid-19 em vários aspectos. Para exemplificar, das 180 mil escolas brasileiras, 55% estão no espaço rural (Censo Escolar 2019), sendo que nessas áreas 48% dos domicílios não possuem internet, logo com o período da pandemia e o isolamento social, a maioria das crianças e adolescentes do campo não acessaram aulas online e futuramente terão seu desempenho escolar inferior em relação aos alunos que tiveram o direito de acesso as aulas, com professores interagindo, tirando dúvidas, e reforçando a aprendizagem.

Outro índice alarmante que revela a disparidade entre o campo e a cidade é o número do analfabetismo, sendo que, enquanto o campo concentre 20% da população em situação de analfabetismo, no contexto urbano esse número cai para 7,7%.

O estudo desenvolvido por Mattos e Santos (2015) revela que:

Os níveis de pobreza e de indicadores de desenvolvimento humano em áreas rurais brasileiras são comparáveis com os países mais pobres da América Latina. Países como Venezuela e México possuem quase a metade da população rural em situação de extrema pobreza, e outros como Brasil e Colômbia concentram parcela significativa dos seus habitantes do meio rural em condições de pobreza, 75% classificados como pobres e 25% destes em extrema pobreza (MATTOS; SANTOS, 2015, p.1).

O campo vem sofrendo ao longo do tempo com a ausência da oferta de serviços públicos considerados essenciais para uma vida digna. Nesse sentido, Mattos e Santos (2015), consideram que a pobreza no campo tem características específicas que difere da pobreza urbana, porque no campo as necessidades são outras, como:

A carência de acesso a estradas para escoamento da produção agrícola, a falta de crédito rural, as secas que provocam fome sazonal, a falta de acesso à água, a pouca cobertura dos serviços de saúde etc. são fatores determinantes para a condição de vida e pobreza no meio rural. No que concerne à pobreza no meio urbano, os principais determinantes são baixa escolaridade materna; a gravidez na adolescência; o desemprego; a violência; o isolamento social; condições de moradia e saneamento inadequadas etc (MATTOS; SANTOS, 2015, p.2).

Mello (2018) endossa a discussão afirmando que além da questão da renda, outros elementos podem identificar a situação de pobreza no campo:

[...] como insegurança alimentar, acesso precário a água e esgotamento sanitário, altas taxas de mortalidade, menores níveis de escolarização, oportunidades de geração de renda restritas ou precárias afetadas pela informalidade, baixos rendimentos e longas jornadas de trabalho, entre outros. Ser afetado por uma ou mais dessas carências produz consequências significativas sobre a qualidade de vida de milhões de pessoas ao redor do mundo e sobre suas possibilidades de acessar bens e serviços necessários para garantir condições adequadas de sobrevivência (MELLO, 2018, p.36).

Diante dessa realidade, considera-se que a população do campo enfrenta maiores carências, em relação ao acesso aos serviços e as políticas públicas. De acordo com a pesquisa realizada por Mello (2018) no ano de 2010, 15% da população residente em microrregiões rurais não tinha acesso a água canalizada, e 18% em domicílios sem banheiro, “o que representa condições precárias de higiene e riscos à saúde, além do pesado trabalho envolvido na coleta e transporte de água para a manutenção doméstica, sobretudo para mulheres e crianças” (MELLO, 2018, p. 26).

Outro problema grave apresentado na pesquisa se refere ao destino do lixo, apontando que com 20% da população total e 40% dos residentes rurais sem coleta direta ou indireta de lixo, sendo este o maior índice de privação relativo a condições do domicílio nas áreas rurais.

Todo esse quadro revela que algumas políticas públicas foram desenvolvidas no campo, nas últimas duas décadas, e contribuíram para reduzir a pobreza rural, destacando-se programas como:

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), os Programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, a universalização da aposentadoria rural e os dois programas de compra institucional da agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído no ano de 2003, no âmbito do Fome Zero, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que a partir de 2009, passou a exigir que no mínimo 30% das aquisições de alimentos realizadas pelas prefeituras com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam feitas diretamente de organizações de agricultores familiares, por intermédio de chamadas públicas (MATTOS; SANTOS, 2015, p.2).

Infelizmente a superação da pobreza e extrema pobreza no campo seguem como um grande desafio, na medida em que no campo ainda há um alto quantitativo de famílias em

situação de pobreza e extrema pobreza não atendidas pelas políticas de desenvolvimento rural e social.

Além da alta incidência de pobreza, o diagnóstico da situação produtiva dos mais pobres no campo aponta um quadro geral de famílias com produção insuficiente e em situação de insegurança alimentar, provocadas pela confluência de fatores como a falta de infraestrutura necessária que viabilize a produção, incluindo falta de água e energia elétrica. Por outro lado, a produção dessas famílias de agricultores familiares era caracterizada por baixos índices de produtividade e por dificuldades de comercialização do excedente.

No contexto atual o campo também vivencia o aumento da pobreza e da miséria, é duramente afetado pela pandemia, pelo aumento da inflação, pelo desemprego e pelas políticas neoliberais. Os dados da pesquisa desenvolvida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -PENSSAN (SASOP, 2021), que foram apresentados no tópico anterior, revelam também que há uma discrepância entre o campo e a cidade quando se trata de segurança alimentar. Nesse sentido, o estudo revelou que nas áreas rurais brasileiras, a insegurança alimentar esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Destes, 18,6% das famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional. Parece contraditório, mas no Brasil aqueles que produzem alimentos, também sofrem com a fome, atingindo o número de 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores (SASOP, 2021).

4 CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DE UBAÍRA-BA: O QUE OS DADOS REVELAM?

Esse capítulo dedica-se a análise e tratamento dos dados produzidos junto aos sujeitos empíricos, ancorados nas teorias priorizadas nesta pesquisa. Nele contempla os dados sobre as famílias beneficiárias do Programa de transferência de renda Bolsa Família/Auxílio Brasil, na comunidade-distrito de Alto da Lagoinha no Município de Ubaíra, estado da Bahia. Dessa forma, buscou-se identificar o perfil dessas famílias e suas percepções sobre o programa. Além das famílias previamente selecionadas, foram eleitos professores que atuam na escola da comunidade, e a direção da referida instituição, a fim de compreender como se estabelece a relação da educação com as questões sociais que envolvem a vida das famílias e da comunidade.

4.1 O Programa Bolsa Família

Antes de falarmos propriamente do Programa Bolsa Família, ressaltamos que as ações de transferência de renda focalizadas direcionada para a população mais pobre do Brasil não é algo dos dias atuais, mas são ações que já existiam desde a década de 1970, no entanto ocorriam de forma limitada e sem muita visibilidade. Segundo Rocha (2011), somente a partir da Constituição de 1988 “e em particular, a partir da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, este programa de transferência adquire importância crescente, tanto em função do aumento paulatino da clientela atendida, como do valor do benefício”. (ROCHA, 2011, p.4).

O Programa Bolsa Família foi criado através da Lei nº 10.836/04. Foi um programa de transferência de renda, destinado a população pobre brasileira, e foi implementado no ano de 2003 durante o primeiro governo do Presidente Luiz Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Sobre os valores pagos às famílias, o decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018, altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e estabelece que:

Art. 18 O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **percapita** de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente (BRASIL, 2004).

Com o exposto, pode-se compreender que o valor e os tipos de benefícios recebidos pelas famílias variam de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar (se há crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes na família, por exemplo). Além disso, o programa previa o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades, e teve como objetivo principal a transferência de renda diretamente às famílias e ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

De acordo com Campello e Neri (2013), no processo de criação do Programa Bolsa Família, houve intensa discussão e polêmicas, e foi difundido a crença de que as famílias teriam um número maior de filhos para receber uma quantia maior do benefício. Outro mito apontado por Campello, é de que o Bolsa Família iria gerar um tipo de acomodação, dependência e desinteresse ao mundo do trabalho, e ainda o mito do programa como ação populista de governo, e que não teria futuro. No livro *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*, Campello e Neri (2013) reflete sobre cada mito produzido a respeito do Bolsa

Família, e mostrou que os mesmos não tiveram êxito, e os benefícios superaram as expectativas, com tamanha repercussão do programa, melhorando a qualidade de vida das pessoas, que entre outros benefícios contribuiu para:

[...] reduzir a prevalência de baixo peso ao nascer e a mortalidade infantil, seja por doenças infectocontagiosas, desnutrição ou diarreia. O atendimento básico de saúde foi fortalecido pelas condicionalidades, elevando, elevando taxas de amamentação e vacinação e reduzindo a hospitalização de crianças. Na educação, as condicionalidades ajudaram a aumentar os percentuais de meninos e meninas na escola. Os alunos acompanhados pelo Bolsa Família corrigiram suas desvantagens em evasão e aprovação (CAMPELLO; NERI, 2014, p.14).

As ações do Programa permitiram o alívio imediato da situação de pobreza e extrema pobreza e, por meio das condicionalidades, contribuíram para que as famílias rompam com o ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. Porém, para fazer jus ao programa, também era preciso cumprir as condicionalidades. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

As condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. (...) na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% (BRASIL, 2014).

Contudo, o acompanhamento das condicionalidades na educação permite identificar nominalmente aqueles estudantes com baixa frequência escolar, ou seja, os beneficiários que, por algum motivo, estão com dificuldades de acessar o serviço, o que pode indicar que a família se encontra em situação de vulnerabilidade ou risco social.

As condicionalidades referem-se à uma condição para que as famílias continuem a receber o benefício, no entanto devem ser compreendidas e aplicadas não como uma forma de punição para as famílias que as descumprem, mas como uma possibilidade de acompanhar a realidade das famílias beneficiárias, assegurando que tenham acesso as políticas sociais básicas de saúde, educação e assistência social.

4.2 Análises do Programa Bolsa Família no município de Ubaíra

Como parte da pesquisa, foi realizado um levantamento no Cadastro Único²⁶ sobre os dados do Programa Bolsa Família no município de Ubaíra, onde constatou-se que havia 3.500

²⁶ O Cadastro Único, também conhecido como CadÚnico, foi criado pelo Governo Federal e se trata de um banco de dados que possibilita identificar as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. A partir das

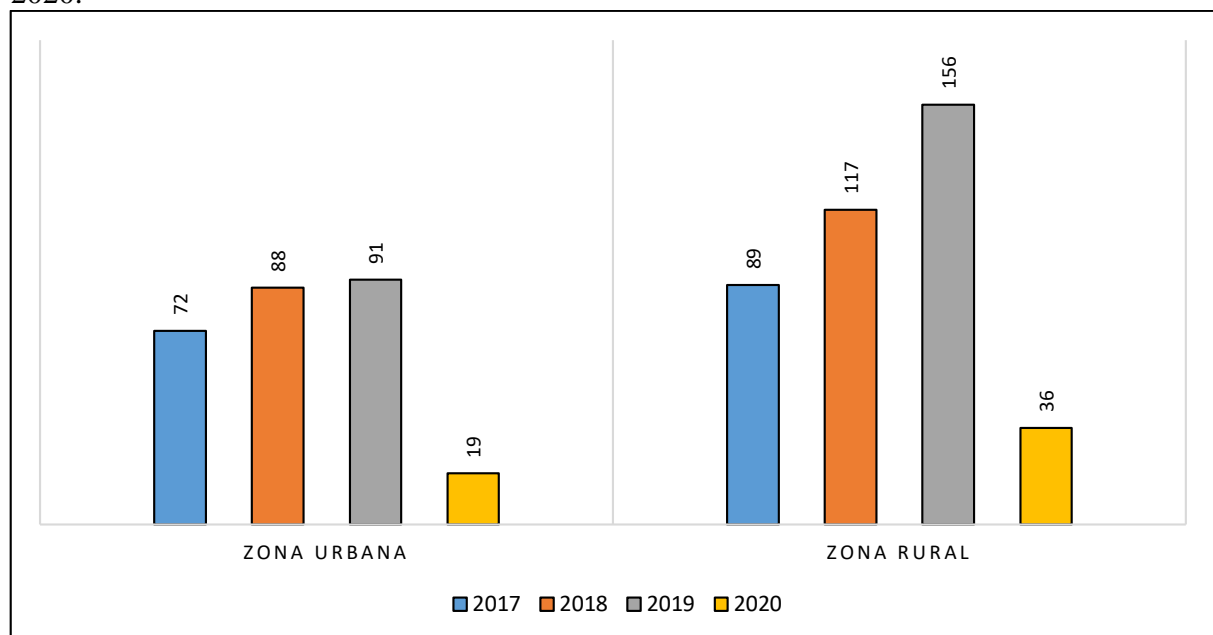
famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de julho do ano de 2021, sendo 10.056 pessoas diretamente beneficiadas pelo programa. Destas famílias, 1.373 residem na zona urbana e 1.658 na zona rural.

A partir dos dados apresentados, o maior número de famílias atendidas pelo programa se encontra no campo, território ainda marcado por muita pobreza e desigualdades sociais.

Ainda sobre os dados do município de Ubaíra no Cadastro Único, há 5.231 famílias cadastradas, sendo: 3.541 (68%) famílias com renda *per capita* de R\$0,00 até R\$89,00; 711 (14%) famílias com renda per capita de R\$178,01 até 1/2 Sal. Min.; 253 (5%) famílias com renda per capita de R\$89,01 até R\$178,00; e 726 (14%) famílias com renda per capita acima de 1/2 Salário Mínimo. Ou seja, se são 5.231 famílias cadastradas e a população local é de 19.877 habitantes, isso representa uma estimativa de 85% de famílias cadastradas em relação à população total do município, considerando o número de pessoas por domicílio segundo o IBGE (média de 3,2 de pessoas por família).

Dessa maneira, ao analisar dados no Cadastro Único, foi possível observar que o maior número de descumprimento de condicionalidade na educação, encontra-se na zona rural. O gráfico a seguir apresenta os números.

Gráfico 1 - Percentual de alunos do município de Ubaíra-BA que não alcançaram a frequência mínima exigida pelo Programa Bolsa Família no período de fevereiro de 2017 a novembro de 2020.



Fonte: Cadastro único.

Informações produzidas pelo CadÚnico, o governo federal os estados e municípios direcionam as famílias para participar dos programas sociais no sentido de garantir seus direitos.

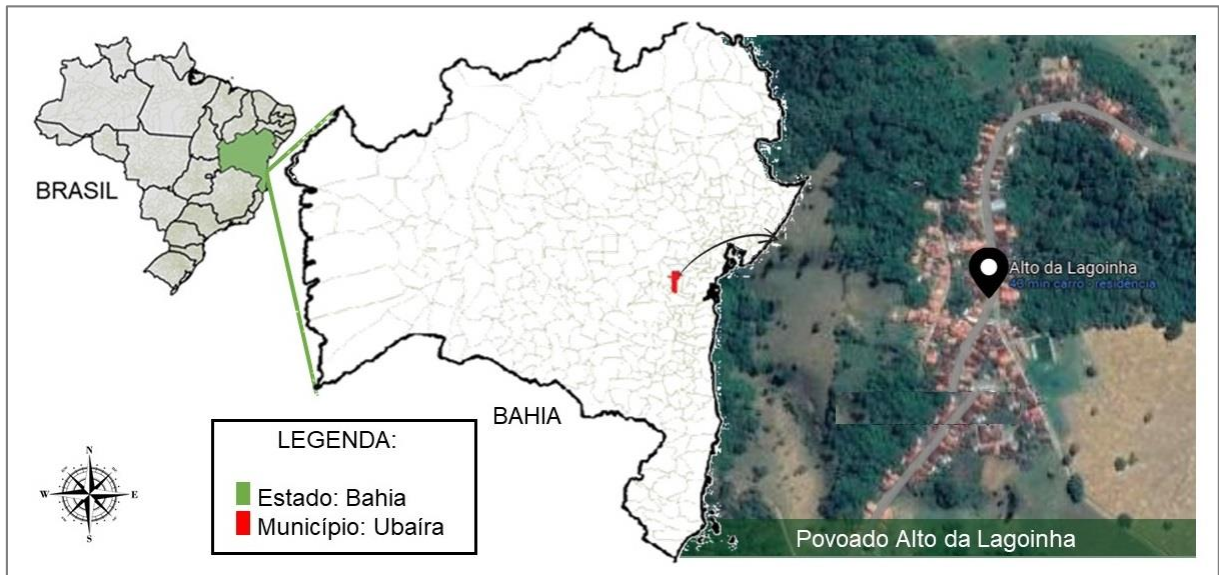
Como se pode verificar, o gráfico 1 retrata o percentual de alunos que não alcançaram a frequência mínima exigida pelo programa no período de fevereiro de 2017 a novembro de 2020, sendo evidente que a maioria dos que descumpriram as condicionalidades do programa vivem na zona rural. Dados estes podem ser considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que esses alunos não estão acessando seu direito social básico à educação.

Os dados apresentados pela Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE (2022b) a respeito dos números da evasão escolar, revelam que a incidência desse fenômeno é maior nas regiões Norte e Nordeste (9,2%), entre os jovens que residem no campo (11,5%), atinge principalmente os homens (8,1%) e é maior entre pretos e pardos (8,4%). De acordo com Alves e Nascimento (2017, p.33) “a evasão escolar contribui efetivamente para a elevação da pobreza e baixa da qualidade de vida das pessoas, na medida em que ficam sujeitas a condições precárias no mercado de trabalho devido à baixa escolaridade”. Os autores apontam ainda que essa situação contribui para reforçar os vínculos de dependência desses indivíduos frente aos programas governamentais, afastando-os de formas de vida mais autônomas, culminando em casos mais extremos na exclusão social.

4.3 Diálogo com as beneficiárias do Programa Bolsa Família

A pesquisa foi realizada no distrito do Alto da Lagoinha no Município de Ubaíra, estado da Bahia. Foram realizadas dez entrevistas com 10 mulheres, beneficiárias do Programa Bolsa Família, previamente agendadas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistada. A entrevista semiestruturada, foi desenvolvida com auxílio de um roteiro contendo dez questões de acordo com as inquietações da pesquisadora. Embora as questões tenham sido antecipadamente pensadas e elaboradas, no decorrer das entrevistas apareceram outras questões, que enriqueceram o diálogo e foram importantes para revelar o pensamento, sentimentos, concepções dos entrevistados em relação à temática.

Imagem 3 - Localização do Povoado Alto da Lagoinha.



Fonte: Google Maps com alterações

As entrevistas foram realizadas nas residências das mulheres beneficiárias do PBF, onde a pesquisadora foi recebida com muita receptividade, algumas das entrevistadas demonstraram um pouco de vergonha em responder as perguntas, uma delas chegou a dizer que não sabia falar direito, sendo necessário uma intervenção da pesquisadora no sentido de desconstruir a “ideia” de que as pessoas do campo não sabem falar. Outras entrevistadas mostraram mais espontaneidade e responderam as questões de forma descontraída. Mas no geral todas demonstraram o interesse em colaborar com a pesquisa, se colocando a disposição inclusive para outros momentos de diálogo.

Entre as dez entrevistadas, durante a entrevista quatro delas estavam na presença dos filhos, duas na presença do companheiro, três delas estavam sozinhas e uma na companhia de uma vizinha. A entrevista realizada com todas elas ocorreu de forma tranquila, e embora todas tenham respondido as mesmas questões, o tempo das entrevistas variaram um pouco, tendo em vista que algumas delas eram mais comunicativas, traziam mais detalhes e outras se atentaram para responder apenas o que estava sendo questionado.

Para facilitar o processo da entrevista foi utilizado um gravador, um recurso importante que possibilitou ouvir o entrevistado outras vezes e realizar a transcrição de forma que se buscou manter a integridade e autenticidade das falas. Nesse processo de entrevistas, buscou-se atuar de forma atenta, colocando com ética na relação pesquisador e objeto. Foi permitido

que os entrevistados expusessem suas falas, sem grandes interferências, exceto em alguns casos com o objetivo de dirimir dúvidas ou estimular as entrevistadas.

Para preservar a identidade das entrevistadas, considerando que algumas delas compartilharam questões muito particulares e delicadas de suas vidas, optamos pela identificação através de nomes fictícios. Dessa forma as beneficiárias do Programa Bolsa Família, foram identificadas com o nome de flores (Margarida, Rosa, Íris, Jasmin, Camélia, Melissa, Violeta, Adália, Gardênia e Hortênsia). Enquanto os profissionais da escola serão identificados com nomes fictícios de frutas, sendo Amora (professora); Jamelão (professor); Romã (professor); Pitanga (Diretora); Tâmara (Vice-diretora). E a referida escola será identificada com o nome de Escola Girassol.

As entrevistadas foram todas mulheres, um total de dez mulheres, sendo elas as pessoas cadastradas, responsáveis pelo recebimento do benefício do Bolsa Família. Do total de mulheres, em quatro delas o número de membros da família somam cinco pessoas, uma delas somam duas pessoas, e as outras cinco somam quatro pessoas ou menos. Todas as famílias tem em sua composição um membro que seja criança, adolescentes e jovens. Nenhuma das famílias pesquisada apresentou pessoas idosas ou deficientes em sua composição. Uma das entrevistadas é mãe solo e mora com o filho. Quase todas as mulheres receberam o PBF por mais de 10 anos, exceto duas delas que relatam ter entre 5 a 6 anos. Do total de mulheres 100% se autodeclaram pardas ou negras²⁷.

Quadro 3 - Perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	COR	COMPOSIÇÃO FAMILIAR
Margarida	46	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Negra	4 pessoas
Rosa	41	Ensino fundamental II completo	Negra	4 pessoas
Iris	43	Ensino Médio Completo	Negra	2 pessoas
Jasmin	48	Ensino médio completo	Parda	4 pessoas
Camélia	46	Ensino médio incompleto	Negra	5 pessoas
Melissa	39	Ensino fundamental II incompleto	Parda	5 pessoas
Violeta	49	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Negra	5 pessoas
Adália	49	Ensino fundamental II incompleto	Parda	5 pessoas

²⁷ De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD- IBGE-2019) 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos, e 1,1% como amarelos ou indígenas.

Gardênia,	50	Series Iniciais do Ensino Fundamental	Parda	4 pessoas
Hortênci	51	Series Iniciais do Ensino fundamental	Negra	5 pessoas

O quadro das entrevistadas mostra que 60% delas se autodeclararam negras, enquanto 40% se declara como pardas, tem entre 39 a 51 anos de idade e se tratando do nível de escolaridade, observa-se que apenas 20% das entrevistadas concluíram o ensino médio.

Ao questionar sobre a importância do Programa Bolsa Família, 100% das entrevistadas falaram do programa como algo positivo em suas vidas, que contribuiu de alguma maneira com a renda da família. Como pode ser observado a partir da fala de dona Margarida e de dona Violeta:

É bom demais né, aqui em casa mesmo o que eu ganho já ajuda a pagar uma luz, porque água a gente aqui na roça não paga né, dá pra comprar um boião também, então assim eu acho muito bom (Entrevista – dona Margarida, 2022).

O Bolsa Família é muito importante, principalmente pra a gente que é pobre, porque quem não é rico nem tem trabalho certo, passa dificuldade. E o dinheiro do bolsa família mesmo que não seja tanto dinheiro assim, mas já ajuda em muita coisa. Aqui em casa mesmo, falar a verdade, o bolsa família foi muito importante (Entrevista-dona Violeta, 2022).

Tanto dona Margarida quanto dona Violeta, apresentam relatos que só comprovam a percepção das beneficiárias sobre o programa, afirmando da sua importância na vida da família, no complemento da renda sobretudo das pessoas mais pobres.

De acordo com Ivo (2008) o Programa Bolsa Família absorveu e integrou o conjunto de programas focalizados, com um caráter massivo, com cobertura quase total da população-alvo desenhada pelo programa, complementando que:

O Programa Bolsa Família objetivou, inicialmente, dar maior racionalidade a execução dos diversos programas concorrentes, dispersos no conjunto de órgãos e ministérios diferentes, o que acabava comprometendo os seus objetivos, pela sobreposição de ações, segmentação dos beneficiários e insuficiência de recursos, além de competitividade interinstitucional (IVO, 2008, p. 192).

O público-alvo do Programa Bolsa Família foi definido segundo dois grupos: aqueles em extrema pobreza e que sobrevivem com uma renda mensal familiar *per capita* equivalente a um quarto do salário mínimo; e as famílias consideradas pobres, cuja renda mensal familiar *per capita* se situa até metade do salário mínimo. E de acordo com Ivo (2008, p, 194) “a análise do Programa Bolsa Família do ponto de vista da racionalidade administrativa e da cobertura da

população-alvo, permite verificar que ele se constitui em absoluto sucesso, uma vez que atingiu a totalidade da população-alvo prevista”, e como pode ser constatada na fala de dona Margarida e na avaliação das demais entrevistadas, o Bolsa Família se constituiu como um programa importante para o Brasil, sobretudo se tratando da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

De acordo com a pesquisa realizada por Mendes (2018), o programa Bolsa Família chegou aos dez anos de existência no ano de 2013, contemplando 13,8 milhões de famílias, retirando 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema, encerrando o ano de 2013 com um recorde de R\$ 24,5 bilhões de transferência de renda a famílias de baixa renda.

O programa Bolsa Família ganhou visibilidade internacional e respeitabilidade no Brasil, e de acordo com Rocha (2011) esse sentimento deve-se, em grande parte “ao fato de que seus impactos puderam ser empiricamente avaliados a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD/IBGE”, dados que ano a ano veio comprovando os efeitos desse programa e de um conjunto de políticas públicas com impactos positivos na vida da população mais carente do país.

Na entrevista, a fala das beneficiárias demonstrou que a principal função do Bolsa Família é para a compra de alimentação (80%), precedida pelas que afirmaram utilizar o benefício para pagar contas, como, luz, botijão de gás, remédios e outros. Observa-se, portanto, através do relato das entrevistadas que o Bolsa Família teve impacto econômico positivo na vida dessas famílias. Como pode ser observado, o valor do benefício foi utilizado com coisas úteis, e em primeiro lugar para a garantia da alimentação da família. Nesse sentido, ao serem questionadas se a alimentação das famílias melhorou depois que passou a receber o Bolsa Família, 100% das mulheres afirmaram que sim, como pode ser confirmado a partir da fala de dona Adália:

Antes do Bolsa Família o dinheiro que a gente ganhava trabalhando na roça, era bem pouco e nem sempre tinha trabalho, era um dinheiro pra tudo, remédio, comida, pagar as contas, se a criança precisasse de alguma coisa, remédio ou coisa de escola, era com aquele dinheiro que se comprava, e nem sempre dava pra tudo... e depois com o bolsa família ai desapertou um pouquinho a gente, porque é um dinheiro a mais que a gente sabe que vai ter, então ficou melhor pra comprar comida mesmo, agente de vez em quando se metia até comprar uma coisa diferente pra dentro de casa, para os filhos da gente comer (Entrevista dona Adália, 2022).

Com certeza sim, o bolsa família ajudou principalmente na questão da alimentação, porque pelo menos na minha casa a principal coisa que eu fazia quando recebia o dinheiro era compra algo que tivesse faltando em casa (Entrevista- dona Rosa, 2022).

O relato de dona Adália, aponta a ausência de trabalho no campo como algo que tem impactado de forma negativa a vida das famílias da comunidade do Alto da Lagoinha, tendo

em vista que a maioria das famílias trabalham na agricultura, e nem sempre tem trabalho disponível. Com isso, o recurso do Bolsa Família se tornou algo que as famílias beneficiárias sabiam que teria mensalmente para complementar sua renda.

Considerando que o principal trabalho desenvolvido pelas famílias beneficiárias do programa Bolsa Família na comunidade é a agricultura, foi perguntado se o Bolsa Família contribuiu para o investimento na agricultura, desde a compra de insumos, sementes, instrumentos de trabalho, e outros. 80% das entrevistadas não fizeram investimento para a agricultura a partir do Bolsa Família, sendo revelado que o valor era insuficiente. Enquanto 20% das entrevistadas afirmaram que esporadicamente compravam algo como investimento para a agricultura. Logo, pode-se constatar que o Bolsa Família não representou participação positiva no investimento com a agricultura, e não contribuiu para a emancipação das famílias através do trabalho que desenvolvem de forma direta.

No diálogo com outra entrevistada, a respeito do Bolsa Família, ela revelou que:

Melhorou e muito, porque assim tem coisas aqui na roça que a gente não precisa ir comprar na rua, eu mesmo crio minhas galinhas, planto meu coentro uma verdura já livro de comprar tudo. E o dinheiro do bolsa família já ajuda a comprar os alimentos que tem que comprar no mercado (Entrevista- dona Melissa, 2022).

Dona Melissa fala da importância do Bolsa Família para adquirir alimentos que ela não cultiva/produz em seu quintal. Revelando a importância do Bolsa Família na garantia da compra dos alimentos básicos. Levando a refletir que no Brasil há uma dificuldade histórica em relação ao acesso regular e permanente aos alimentos por parte de um número significativo da população. E que esse não está relacionada principalmente com a insuficiência de renda, e consequentemente gera uma situação de insegurança alimentar. Essa é classificada como moderada ou grave, a depender da restrição da quantidade e da qualidade dos alimentos consumidos, sendo que quanto menor for à renda *per capita* da família, maior será o nível de insegurança alimentar²⁸.

²⁸ A pesquisa desenvolvida pelo Instituto Datafolha e divulgada no dia 24 de setembro de 2022 pelo Jornal Folha de São Paulo- mostra que comida é o principal destino do dinheiro do Auxílio Brasil, sendo que 27% dos entrevistados notaram que a quantidade de alimentos foi insuficiente para a família. O levantamento revela ainda que o endividamento das famílias brasileira faz com que 11% utilizem o auxílio para pagar dívidas, em primeiro lugar. Em seguida são mencionados os que optam por comprar remédios (6%) e a aquisição de gás de cozinha (2%), outros gastos são citados por (5%). Esses dados tornam visíveis a situação de pobreza e insegurança alimentar da população Brasileira que parece ter regredido três décadas.

A respeito da importância do Bolsa Família, no contexto alimentar das famílias entrevistadas, Almeida, Almeida e Ferrante (2015, p.280) considera que, “as políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais e de segurança alimentar das famílias rurais beneficiárias, especialmente entre aquelas em situação de extrema pobreza e fome”.

Embora, as entrevistadas apontem que o Programa Bolsa Família ajudou a melhorar a alimentação da família, Ivo (2008), relata que uma das críticas ao programa, consiste no fato que o Bolsa Família teria contribuído para o alívio do orçamento doméstico, (como aponta dona Adália “desapertou um pouquinho”) mas não chegou a garantir a segurança alimentar e econômica, restringindo os objetivos originais do programa, de alcançar uma “emancipação sustentada”, desses indivíduos, viabilizando sua efetiva integração social. Nesse sentido Matos e Oliveira (2008, p. 15) consideram que as ações do programa Bolsa Família “deve ser conduzida em paralelo com a geração de condições estruturais que permitam a verdadeira inclusão dessas famílias na sociedade enquanto cidadãos que tem seus direitos garantidos”.

Embora seja inegável a importância do Bolsa Família para a população pobre do nosso país, analisa-se que o programa por si só não alterou as condições produtoras da pobreza no Brasil e não garantiu a autonomia e emancipação dos beneficiários, pois conforme aponta Mocelin (2011, p.111) a autonomia das famílias beneficiárias “não será alcançada com apenas transferências governamentais, é imprescindível a articulação com outras políticas públicas para que seja possível a tão sonhada autonomia”. Autonomia e emancipação que precisam estar atrelada ao trabalho, a geração de renda, a participação social, e ao acesso a outras políticas, como saúde, habitação, segurança, educação.

Outro fator a ser analisado é que embora o Bolsa Família tenha triplicado o valor referente a outros programas de transferência de renda vigentes até o ano de 2003, os valores fixados pelo programa são considerados baixos, servindo como complemento de renda (IVO, 2008).

Dessa forma, conforme Ivo (2008, p.197):

Mesmo ganhando centralidade como ação prioritária do governo, a política social focalizada permanece estrangida e subordinada aos imperativos da política econômica. O seu desenho e sua formulação, desassociados da regra do salário mínimo, não só geram iniquidade dos cidadãos em relação ao “mínima” da assistência, como podem congelar a renda transferida, revelando o seu caráter contingencial (IVO, 2008, p.197).

Ao longo do tempo, o valor de transferência do Bolsa Família ficou estagnado, sem uma correção que correspondesse as transformações econômicas, com a alta da inflação e a correção

do salário mínimo anualmente. A falta de atualização do programa acabou comprometendo o seu objetivo.

Ao questionar se o Bolsa Família ajudou a melhorar a vida das suas famílias, 100% das entrevistadas responderam que sim, o que deixa claro que na percepção dessas mulheres o Bolsa Família em alguma medida contribuiu para melhorar as condições de vida da família. Ao analisar a afirmativa das entrevistadas com a queda da pobreza no Brasil desde que o programa foi implantado, é inegável que o Bolsa Família tenha sido um programa positivo, que contribuiu para transformar as condições de vida de muitas famílias, ou pelo menos para melhorar em alguns aspectos.

No entanto, no percurso da pesquisa quando são verificadas os aspectos da vida das beneficiárias, observou-se que houve algumas fragilidades do Bolsa Família, demandando que outras políticas públicas fossem desenvolvidas para a garantia do bem estar das famílias, pois só a transferência de renda não foi suficiente para transformar a realidade de pobreza que vivencia parte da sociedade.

Dessa forma, buscou-se verificar a situação de moradia das famílias, observando-se que a maioria delas não dispõe de terra própria, e moram em propriedades cedidas por pais, sogros ou outros familiares. Ao questionar o número de cômodos e estrutura das casas, e foi possível constatar que a situação das moradias das beneficiárias é precária, a maioria das casas são de adobo, e parte delas é cobertas de telhas de amianto, algumas de chão batido, e uma das moradias não tem banheiro, levando a constatação de que outras políticas públicas não chegaram junto com o Bolsa Família, e que para o desenvolvimento adequado do programa e da política de assistência social deveria seguir o princípio da intersetorialidade prevista no sistema com as outras políticas como saúde, educação, habitação, saneamento e transporte. O direito a habitação é assegurado pela Constituição Federal como um dos direitos fundamentais. A falta de habitação ou sua precariedade afeta de forma direta a segurança e o bem estar das famílias, sejam do campo ou da cidade. Porém, a política de habitação de interesse social é algo que vai na contramão da perspectiva do Estado ultraneoliberal, e os governos, sobretudo de direita, historicamente nunca demonstraram interesse em ofertar habitação social²⁹.

De acordo Pimentel (2011, p.88), a política brasileira de habitação, historicamente, não priorizou a população mais pobre, estando horas voltadas para um perfil conservador e em

²⁹ O Brasil desenvolveu importante programa de Habitação de Interesse Social (HIS), que começou a ser gestada pelo Ministério das Cidades, criado no ano de 2003 a partir do governo Lula. No ano de 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, o qual beneficiou milhares de famílias no Brasil. Infelizmente, com o golpe parlamentar em 2016 e a gestão do governo Bolsonaro, a política de habitação de interesse social ficou estancada.

outros momentos pautados por um viés mais progressista. Pimentel (2011), aponta que com o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso e o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, foram criados órgãos importantes que possibilitaram o reordenamento institucional de políticas voltadas ao desenvolvimento do país. Entre o conjunto de Políticas Públicas, estão:

O Programa Minha Casa Minha Vida compreende os seguintes subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) destinado a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos; e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com o objetivo de subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (PIMENTEL, 2011, p. 117).

O Programa Nacional de Habitação Rural, beneficiou milhares de agricultores rurais através de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de outras organizações sociais durante a vigência do governo Lula. A inclusão social das famílias camponesas envolveu alguns critérios para que a família conseguisse ser contemplada com a construção de sua casa. Esse feito foi resultado das reivindicações dos sindicatos rurais e de movimentos sociais que ao longo do tempo cobravam do governo, políticas públicas concretas para solucionar o problema da habitação no campo.

No Município de Ubaíra-Ba, foram contempladas 106 famílias com o programa de habitação rural, dessas, cinco famílias são de comunidades ao entorno do povoado do Alto da Lagoinha, no entanto infelizmente nenhuma das entrevistadas foram contempladas com essa política.

É inegável que o Brasil progrediu muito na política habitacional nas últimas décadas, no entanto, como pode ser observado a partir dessa pesquisa, ainda há muitos brasileiros necessitando de reformas ou construções habitacionais, que lhes garanta o direito a uma moradia digna. Como é o caso, de algumas famílias que fizeram parte dessa pesquisa.

Ao questionar se as beneficiárias são atendidas por algum serviço da assistência social, todas as mulheres afirmaram ser atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social-CRAS e uma delas informou que é atendida pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS por ter vivido uma situação de violência no contexto familiar. Esses equipamentos da assistência social são importantes no acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social³⁰, em sua maioria pessoas em condições propulsoras de

³⁰ De acordo com Ivo (2008, p.200) para compreender o conceito de vulnerabilidade social é preciso considerar três dimensões que se traduzem em vantagens ou desvantagens de seguimentos específicos quanto a sua reprodução social e sua mobilidade social: as condições de sua inserção no âmbito do trabalho, com eixo central

desvantagens sociais, com vínculos familiares ou comunitários fragilizados. No entanto, o acompanhamento realizado por esses equipamentos podem dar uma sensação de resolução para as questões apresentadas pelas famílias, mas, infelizmente, as políticas sociais não vão solucionar as situações postas pelas famílias, porque está na lógica da sociabilidade do capital a contradição capital x trabalho.

Ao questionar se na opinião das entrevistadas o Bolsa Família ajudou a melhorar a vida da população de Ubaíra, 100% das entrevistadas responderam que sim, no entanto a resposta de uma entrevistada revelou algo importante que merece ser refletido.

Sim, eu acho que melhorou sim, assim como melhorou a minha, apesar que como eu lhe disse, aqui em casa eu sempre peguei o dinheiro pra comprar coisas que tava precisando, mas tem muita gente por aí que pega o bolsa família e gasta com besteira, depois fica reclamando. Porque pra mim o principal é comprar comida né e alguma coisa que as crianças esteja precisando (entrevista- dona Gardênia, 2022).

Há sim... sem dúvidas, aqui mesmo nessa roça moça eu via muitas crianças passando fome, pelas portas, e depois do bolsa família agente quase não via mais essas coisas, então assim acho que pra todo mundo foi bom (Entrevista- Jasmin, 2022).

A narrativa da senhora Jasmin revela o quanto a fome e a escassez de alimentos se fez (faz) presente no campo, parecendo algo contraditório, uma vez que o campo é tido como espaço de produção de alimentos, como pode a fome estar presente nesse espaço? Esse questionamento é pertinente para ajudar a compreender que no campo também há o monopólio das terras, dos meios de produção, da produção, do escoamento da produção e, infelizmente, o trabalhador do campo nem sempre dispõe de terras suficientes para produzir todos os alimentos que necessita, além disso para produzir é necessário o cuidado com a terra, com a plantação, e nem sempre o pequeno agricultor dispõe de recursos para comprar insumos ou contratar assessoria técnica.

Para se ter ideia do quão controverso é a existência da fome, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2020), a estimativa da produção da safra brasileira em setembro de 2020 foi de 257,8 milhões de toneladas, enquanto, do outro lado uma discrepância, com a fome atingindo 19 milhões de pessoas no mesmo período. Dados que nos levam a questionar pra onde vai toda essa produção e a serviço de quem está esse mercado,

do processo de integração social; os níveis de renda e as condições de inserção á proteção social do Estado; que determina possibilidades distintas de segurança social, ou formas distintas de desvantagens sociais daí decorrentes.

porque o Brasil não consegue garantir a segurança alimentar e nutricional para todos e nem mesmo a população do campo se dispõe de uma produção agrícola tão numerosa.

O Estado, ao instituir o Programa Bolsa Família, não determinou como o dinheiro deveria ser gasto pelos beneficiários, mas condicionou o recebimento do benefício às condicionalidades da educação e da saúde, algo bastante polêmico, que se tornou palco de debates ao longo dos anos. De acordo com Ivo (2008), sem dúvidas as condicionalidades estimulam a melhoria da escolarização das crianças e a saúde das famílias.

De acordo com Pires (2013), as condicionalidades da educação estão relacionadas à frequência escolar, e no contexto da saúde está ligado ao acompanhamento nutricional e a vacinação das(os) filhas(os), e a realização de exames para gestantes e nutrízes. Nesse sentido, ao questionar as beneficiárias sobre as condicionalidades e o que pensam sobre, as falas revelaram que a compreensão sobre as condicionalidades ainda está no lugar da obrigatoriedade, para não ter seu recurso bloqueado, como pode ser observado nas falas a seguir:

Isso aí é bom, quer dizer é bom quando a gente tem filho pequeno que livre de doença a gente manda ir pra escola e eles vai, mas quando os meninos cresce as coisas fica difícil pra o pai ou a mãe obrigar a ir, o meu mesmo depois que cresceu não quis mais saber de escola, ele só quer saber de roça (entrevista-Melisa, 2022).

Assim no tempo que meu filho estudava era bem complicado pra mim porque ele faltava muita aula, então algumas vezes meu cartão bloqueava e eu tive que ir lá na cidade conversar com o pessoal para saber o que aconteceu e daí eles me falava, que era por causa que meu filho não tava indo para a escola (entrevistada-Camélia, 2022).

Meu cartão bloqueou uma vez porque minha filha de 13 anos foi abusada pelo tio, uma pessoa adulta já, com tanta mulher no mundo, aí ela ficou muito mal, só trancada dentro do quarto, sem querer ver ninguém sabe, com raiva do mundo... [...] daí tive que ir lá e contar o caso todinho, expliquei tudo que ela estava passando, porque não queria ir pra escola (Entrevista- dona Iris, 2022).

Como pode ser observado na fala das entrevistadas há uma responsabilização da criança pelo recebimento do Bolsa Família, através da presença na escola, o que conseqüentemente pode vir a gerar uma pressão e mesmo violência infantil para obrigar essa criança a ir à escola. Essa é uma questão que deve ser trabalhada junto às famílias, conscientizando da importância da educação escolar, de modo a evitar situações de conflito e violência pela retenção do benefício.

Outra questão a ser problematizada é quando dona Ires relata que seu cartão foi bloqueado porque sua filha de 13 anos foi abusada pelo tio, se o cartão foi bloqueado pela

ausência da adolescente diante do que estava ocorrendo em sua vida e da sua família, expressa que essa família não estava sendo acompanhada de forma efetiva, não houve busca ativa nem apoio a essa família, pois se estivesse sendo acompanhada jamais seu benefício seria cancelado, aumentando ainda mais os problemas da família. No entanto, com essa reflexão não queremos culpabilizar os profissionais responsáveis pelo acompanhamento, uma vez que com o sucateamento das políticas sociais, também se precariza a qualidade dos serviços e nem sempre quem está na ponta dos serviços consegue desenvolver suas atividades com primazia.

Ivo (2008), ao analisar as condicionalidades da Bolsa Família, considera que há uma relação de não-equivalência no contrato entre os cidadãos e o estado, tendo em vista a carência no sistema público no provimento do ensino básico e da saúde pública, afirmando que as condicionalidades “obrigam o cidadão ao que ele não pode cumprir plenamente, pela própria deficiência institucional. Nesse sentido, pode representar uma “quebra de contrato” por parte do governo, já que a obrigação entre as partes torna-se unilateral” (IVO, 2008, p.196).

É importante salientar que de acordo com os objetivos do Bolsa Família, o acompanhamento das condicionalidades tem a finalidade de ampliar o acesso das famílias às políticas de educação, saúde e assistência social, assegurando a melhoria das condições de vida da população beneficiária, assim como fortalecer a capacidade do Poder Público de oferecer tais serviços. Possibilita ainda o mapeamento de situações de vulnerabilidade e de risco social do público beneficiário, a partir do descumprimento da frequência escolar e do calendário de vacinação, bem como, do não acompanhamento do peso e altura e da não realização do pré-natal (BRASIL, 2020).

Os sistemas, tanto da saúde quanto da educação, permitem a identificação de motivos que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços a que têm direito, podendo ou não caracterizar descumprimento de condicionalidade. É imprescindível que eles sejam registrados de forma adequada para que a rede de proteção social possa identificar vulnerabilidades e/ou riscos sociais e demandar ações voltadas ao acompanhamento desta família, evitando a evasão escolar, o déficit nutricional e a desatualização do calendário vacinal de crianças e gestantes. Com base nesses sistemas, novas políticas públicas também podem ser planejadas.

Enquanto a área da educação possui cinco períodos de acompanhamento por ano, compostos por cinco bimestres, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, que são destinados às férias escolares, na área da saúde, o acompanhamento ocorre semestralmente, ou seja, composto por dois períodos. O registro do acompanhamento dos beneficiários do PBF

quanto às condicionalidades de educação e de saúde, se dá através de sistemas específicos (Sistema Presença e Sistema PBF na Saúde) através dos quais o Ministério da Educação-MEC e o Ministério da Saúde-MS disponibilizam informações aos municípios.

As famílias que descumprem as condicionalidades ficam sujeitas a efeitos gradativos, que podem causar repercussão no benefício, aplicados de acordo com o histórico familiar, isto é, se ocorreu o descumprimento outras vezes e se este aconteceu em prazo inferior ou igual a seis meses. Os efeitos são: 1- Advertência, no primeiro registro do descumprimento, não gerando interrupção financeira do benefício; 2- Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro do descumprimento, podendo ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela; 3- Suspensão do benefício, por dois meses, a partir do terceiro registro do descumprimento, e reiteradamente, a partir da ocorrência de novos episódios de descumprimento; 4- Cancelamento do benefício, somente após ter sido registrado no Sistema de Condicionalidades-SICON o acompanhamento familiar pela equipe técnica do serviço socioassistencial municipal e, cumulativamente: a) permaneça em situação de suspensão durante 12 meses, contados a partir da data de coexistência do acompanhamento familiar e da fase de suspensão; e b) se, após 12 meses, apresentou novo descumprimento com efeito no benefício nas repercussões posteriores, respeitando os 6 meses para reinício dos efeitos gradativos.

Se o intervalo entre os efeitos for superior a seis meses, um novo descumprimento irá gerar um efeito de advertência, ou seja, retorna-se ao primeiro estágio na gradação dos efeitos. É importante ressaltar que os motivos relacionados às situações que estão fora da governabilidade da família, não configuram descumprimento de condicionalidades, tais como os relacionados a doença do aluno ou de sua família, fatores que impedem o acesso a escola ou a unidade básica de saúde, suspensão escolar, gravidez de risco, questões culturais e situações coletivas, como greve. Por outro lado, aqueles motivos que estão sob o controle da família são caracterizados como descumprimento e geram repercussão sobre o benefício, por exemplo, os ligados a negligência dos responsáveis, desinteresse do aluno, ausência de matrícula escolar, abandono/desistência, trabalho infantil, dentre outros (BRASIL, 2020).

Sobre as representações sociais sobre o “ser pobre”, os beneficiários expressaram que:

Graças a Deus a gente é pobre, mas não anda bulindo no que é dos outros, a gente trabalha, não tem preguiça de trabalhar, então eu não tenho vergonha de ser pobre. Eu sonho assim que os meus filhos tenham um emprego bom no futuro, que eles possam até um dia ajudar os pais deles (entrevista- dona Hortência, 2022).

Como pode ser constatada na fala da entrevistada, a pobreza não deve ser atribuída ao indivíduo, como algo da sua responsabilidade, de que se deve se envergonhar, embora muitas

vezes o olhar do outro, do que não se enquadra como pobre tem impacto em suas vidas. Isso porque os modos pelos quais são representados os pobres e sua condição social têm impactos diretos sobre o processo de construção e reconstrução da identidade desses sujeitos, a pobreza está atribuída a algo ruim, negativo, e ainda que estejam vivenciando a pobreza muitas pessoas não querem ser definidas como pobre. Durante a entrevista, em tom de brincadeira uma das entrevistadas diz: *“pobre é o cão, eu só não tenho dinheiro”*, confirmando a dificuldade de se definir enquanto pobre, uma vez que ninguém quer ser definido de forma negativa, sendo atribuída a algo ruim.

O pobre é muito massacrado né, tem pessoas que não gosta de pobre, trata como cachorro, mas eu penso que a pessoa não é pobre porque quer. As vezes quer trabalhar e não acha, precisa até de comer e não tem... então assim, se tivesse como ser rico e não passar necessidades eu acho que todo mundo ia querer ser rico (entrevistada-Margarida, 2022).

A fala da entrevistada demonstra a necessidade do conhecimento histórico sobre a produção das desigualdades sociais e da pobreza em nosso país, pois ao longo do tempo, os governantes trataram o pobre como um problema significativo, mas, poucos fizeram para desestabilizar o sistema econômico onde poucos acumulam muitas riquezas e outra grande parcela vive sem o mínimo para sobreviver. Nesse sentido, Cidade (2009, p.23) considera que, “quando o pobre é responsabilizado por sua situação, retira-se a responsabilidade do poder público e econômico sobre a produção da pobreza, fazendo com que o fenômeno seja visto como a- histórico, focalizado e restrito às questões individuais”.

A pobreza por vezes aparece associada a violência e a criminalidade, e ao invés do Estado agir na proteção e políticas públicas efetivas de combate à pobreza, infelizmente o próprio Estado criminaliza a pobreza e adota uma necropolítica exterminadora. O pobre também aparece definido como incapaz, como não-cidadãos, o que não responde por si, criando-se a ideia de “lugar de pobre”, a “cara de pobre”, o “pobre coitado”.

A pesquisa desenvolvida por Cidade (2009) aponta que nos estudos que envolvem pobreza, para compreender como os indivíduos elaboram a realidade e se posicionam frente a ela, há dois conceitos importante para auxiliar nessa compreensão, que são o fatalismo e a resiliência. O fatalismo para Cidade (2009, p.25) “permite que o sujeito não confronte diretamente as causas do fenômeno ao atribuir suas raízes a elementos de ordem do sobrenatural e incontrolável”. Nesse sentido, a pobreza é tratada como consequência do destino, uma predestinação da qual não há o que se feito.

Por conseguinte, a resiliência, conforme Cidade (2009, p.26) “apresenta uma relação positiva com a noção de desenvolvimento de estratégia de como lidar com a realidade, pois se

refere aos processos através dos quais as pessoas enfrentam e superam crise e adversidades”. A resiliência foi por um tempo considerada algo excepcional, tratada como atributo específico de alguns sujeitos, no entanto, de acordo com Cidade (2009, p.26) “a resiliência está no interjogo entre características individuais e as redes de apoio disponíveis, sendo a capacidade dos sujeitos de se reorganizarem e superarem eventos negativos”.

A pobreza é um fator que põe em risco o desenvolvimento humano em todos os aspectos, sociais, físico, nutricional, psíquico, e que tem impactos diretos na vida das pessoas que vivenciam essa condição. Nesse sentido, nem sempre os indivíduos conseguem resolver sozinhos os problemas produzidos pela pobreza e pela desigualdade social, necessitando que os governantes tenham um olhar diferenciado para essa parcela da sociedade, e que busque estratégias políticas para assegurar os direitos básicos das pessoas que vivem em condição de pobreza e extrema pobreza. Mas como superar a pobreza em um Estado liberal³¹?

Em relação a opinião dos beneficiários sobre a melhoria de vida pré e pós benefício do Programa Bolsa Família, todas as entrevistadas apontaram que antes de receber o benefício, as dificuldades eram maiores, e que com o Bolsa Família as coisas melhoraram, principalmente no complemento da renda familiar, como pode ser percebido na fala de uma das beneficiárias:

O bolsa família foi muito importante mesmo, porque assim, antes do bolsa família eu não tinha outra renda a não ser dar dia nas roças das pessoas, só que quando não tinha trabalho direto, a gente ficava preocupado como ia comprar a comida e depois do bolsa família, ajudou muito, porque era um dinheiro certo e quando não aparecia trabalho eu sabia que pelo menos pra comprar comida eu tinha (Entrevista- dona Melissa, 2022).

De acordo com a pesquisa realizada, todas as famílias que foram entrevistadas vivenciam algum tipo de vulnerabilidade social, e em relação a identificação dos problemas sociais da comunidade, as beneficiárias apontaram a existência de violência doméstica, conflitos causados pelo uso de drogas, uso de álcool, desemprego, violência contra crianças, e gravidez na adolescência.

As vulnerabilidades apontadas nem sempre estão diretamente relacionadas a ausência de renda, muitas estão correlacionadas com o enfraquecimento dos vínculos entre a família, entre a comunidade e entre os órgãos públicos, necessitando de ações do poder governamental

³¹ O estado liberal é caracterizado pelo indivíduo que busca seu próprio interesse econômico proporcionando o bem-estar coletivo, predomina a liberdade e competitividade, naturaliza a miséria, mantém um Estado mínimo, ou seja, para os liberais, o Estado deve assumir o papel “neutro” de legislador e árbitro, e desenvolver somente ações complementares ao mercado e as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício e devem ser um paliativo, o que significa que a pobreza deve ser minimizada pela caridade privada. É, portanto, o mercado livre e ilimitado que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum.

para trabalhar junto com essas famílias na busca de estratégias para superação dessas vulnerabilidades.

O Bolsa Família inicialmente previa transferir recursos para as famílias que faziam parte do seu público-alvo até a melhoria das condições de vida da família, sendo o Bolsa Família um benefício temporário até que esta família encontre formas de superar as dificuldades. No entanto em diálogo com as entrevistadas, observa-se que além do PBF, não houve outras ações que contribuíssem para a construção da autonomia e emancipação da família.

Infelizmente, a pobreza estrutural que tem raiz na lógica de acumulação do capital não tem perspectiva de que os sujeitos sociais alcancem sua autonomia, ao contrário, o Estado por vez cria Leis e medidas que desprotegem e dificultam o acesso dos sujeitos sociais às políticas públicas. Como é o caso da emenda constitucional 95/2016, que com a justificativa do governo de economizar, na verdade promove o congelamento de investimentos na saúde, educação, assistência social, resultando em uma série de agravos para a população do campo e da cidade, sobretudo àqueles que estão em situação de pobreza e extrema pobreza.

Em relação ao fim do Bolsa Família e a implantação do novo programa de transferência de renda, o Programa Auxílio Brasil (PAB), a maioria das entrevistadas afirmaram que gostaram da mudança, pois o valor do benefício agora é maior do que o Bolsa Família. Enquanto duas das entrevistadas demonstraram preocupação com a troca de governo e a possível perda do benefício futuramente³². Algo muito preocupante, tendo em vista que assim como o Programa Bolsa Família o “novo” programa de transferência de renda, Auxílio Brasil, também não tem a titularidade de direito, podendo ser alterado ou até extinto, de acordo com os interesses de cada gestão.

4.4 Entrevistas com professores

A relação entre o programa Bolsa Família e a Educação do Campo é algo bastante complexo, considerando que são duas políticas distintas, e conseqüentemente envolvem interesses diversos. Dessa forma, houve interesse em ouvir os educadores da escola, para

³² De acordo com a reportagem do jornal – Folha de São Paulo, divulgado no dia 24 de setembro de 2022, no final de julho 350 mil famílias entram, em média, na fila do Auxílio Brasil por mês, um aumento em relação ao ano de 2019, quando eram 200 mil. Apontando a crescente demanda da população pobre por renda para que possam sobreviver diante da situação econômica do país. O jornal traz os dados da pesquisa do Instituto Datafolha a qual mostra que 55% dos eleitores que recebem o benefício do Auxílio Brasil afirmam que a situação da economia do país piorou nos últimos meses.

compreender qual a visão desses profissionais em relação ao Programa Bolsa Família e a pobreza no campo.

Como visto ao longo do trabalho, o Programa Bolsa Família está condicionado não apenas a transferência de renda, mas também a garantia do acesso das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza aos direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social.

Em relação a garantia do direito a educação, Chaveiro e Ximenes (2014) salientam que é necessário considerar que:

“ao longo das décadas as famílias em situação de pobreza têm apresentado maiores dificuldades para que suas crianças, seus adolescentes e seus jovens tenham acesso a escola e nela permaneçam até concluir a educação básica. Para romper o ciclo, a assiduidade nas atividades escolares é condição fundamental (CHAVEIRO; XIMENES, 2014, p.23).

Nesse sentido, além das beneficiárias do Programa Bolsa Família, também foram entrevistados três Professores, a vice-Diretora e a Diretora da Escola do Alto da Lagoinha, no Município de Ubaíra-Bahia (quadro 4).

Quadro 4 - Perfil dos profissionais da Escola

NOME	IDADE	COR	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	TEMPO NA EDUCAÇÃO
Pitanga	32	Parda	Graduada em Matemática- Pós-graduação em ensino da matemática	Diretora	02 anos
Tâmara	53	Negra	Graduada em Pedagogia- Especialização em Educação Infantil	Vice-diretora	27 anos
Romã	50 anos	Negro	Graduado em Matemática- Pós-graduação em ensino da matemática	Professor	27 anos
Amora	40	Parda	Graduada em Pedagogia	Professora	21 anos
Jamelão	40	Negro	Graduado em história, e atualmente estudante do mestrado em história.	Professor	18 anos

Como já foi dito nesse trabalho, a Educação do Campo é fundamental para o enfrentamento das desigualdades no campo, e de acordo com Arroyo (2012, p.230) sua defesa “se justifica como uma ação afirmativa para correção da história de desigualdades sofridas pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação”. Dessa forma, a luz do pensamento de Arroyo compreende-se que a Educação do Campo não envolve somente o direito a educação

formal da população do campo, mas é um instrumento de luta pelo acesso a um conjunto de direitos que foram negados ao longo da história.

Logo, escolas do campo e seus educadores precisam ter acesso a uma formação adequada, que lhes possibilite conhecer o processo histórico da Educação do Campo, para desenvolver um trabalho que seja condizente com a vida e as necessidades do povo campesino.

Observa-se através do diálogo com os profissionais da escola, que os mesmos tem uma relação de muita proximidade com a comunidade do Alto da Lagoinha, mesmo porque alguns desses profissionais residem na localidade. Nesse sentido, ao questionar sobre o perfil e a formação do povoado do Alto da Lagoinha, não houve dificuldades no processo de relato.

O professor Jamelão, que é filho da comunidade, é concursado e trabalha 20 horas semanais na Escola Girassol há quase vinte anos, no processo de entrevista informou que:

Não lembro exatamente, mas sei que o povoado surgiu no século XX, onde foi construída uma igreja e aos poucos foi sendo construído alguns comércios e depois veio uma unidade de saúde, imóveis foram se instalando lá e atraindo pessoas, se tornando um ponto e referência comercial e religioso. Depois foi instalada uma escola e o povoado passou a ser ainda mais habitável. Depois foi implementado uma escola de Ensino Fundamental II, e aí cresceu ainda mais. Hoje o crescimento já está gerando alguns problemas, como por exemplo, a falta de água, pois o reservatório que abastece hoje já não é suficiente (Entrevista- prof. Jamelão-2022).

Conforme o diálogo com o professor Jamelão a instalação da escola contribuiu muito para o desenvolvimento local, e logo veio se tornar um espaço de referência na comunidade. No entanto, juntamente com o crescimento populacional da comunidade, alguns problemas surgiram, necessitando de maior atenção dos gestores para a realização de um conjunto de Políticas Públicas. Nesse sentido, além da questão de falta d'água apontada pelo professor Jamelão, o professor Romã considera a comunidade como “carente” e aponta a ausência do trabalho como um grande problema, que tem ocasionado dificuldades para as famílias da comunidade, que são ganhadores de dia³³ ou trabalham em suas terras para sobreviver. Apontando que embora o povoado esteja em processo de crescimento, a comunidade tem suas vulnerabilidades socioeconômicas e precisam da atuação do poder público.

Na fala dos professores Jamelão e Romã se evidencia uma fragilidade na compreensão crítica em relação a pobreza estrutural, desconhecem a perspectiva do Estado mínimo e o desemprego estrutural. Considerando que o desemprego estrutural “é resultante da forma de organização da produção capitalista que gera um excedente de trabalhadores que ficam

³³ A expressão “ganhadores de dia” é bastante utilizada nas comunidades rurais do município de Ubaíra-Ba, bem como em outros municípios. Segundo explicação do professor Romã e das entrevistadas, o termo designa o agricultor que desenvolve um trabalho no campo sem a obtenção de nenhum tipo de vínculo empregatício, ele trabalha de acordo com a oferta, podendo na mesma semana trabalhar em diferentes propriedades e geralmente recebe a remuneração no final do dia.

disponíveis como exército industrial de reserva. Na sociedade com a potencialização do trabalho decorrente da automação e tecnificação da economia, o desemprego estrutural toma vulto ainda maior” (BEHRING, 2000, p.35).

Em consonância com as informações do professor Romã, o professor Jamelão reitera a discussão, considerando que:

[...] a falta de emprego é um grande problema, pois, existe uma expectativa de emprego e lá não tem para todo mundo. Alguns trabalhos manuais já estão sendo substituído por máquinas e assim quem não tem um trabalho as vezes acaba indo embora para a cidade. A questão financeira é a pior dificuldade deles, é claro que existem outras, a saúde por exemplo, tem o posto, mas não tem as várias especialidades que a população precisa e tem que se deslocar para a cidade, e as vezes essas pessoas não tem dinheiro para fazer os exames devidos e para fazer o acompanhamento médico devido. [...] outra dificuldade é a locomoção das crianças e jovens até chegar nos pontos onde passa o transporte escolar, o que acaba gerando a evasão escolar (Entrevista- prof. Jamelão-2022).

Grande parte das famílias beneficiárias no povoado do Alto da Lagoinha, são agricultores familiares, ou ganhadores de dia. Dessa forma, segundo os relatos apresentados nessa pesquisa observa-se que a inserção no Programa Bolsa Família não alterou a situação do desemprego na comunidade, o que é compreensivo uma vez que o desemprego é algo estrutural e um programa de transferência de renda não tem a capacidade de transformar a situação do desemprego no Brasil.

Outro dado que nos chama atenção é o nível de escolaridade dos pais das crianças e adolescentes da escola, que em sua maioria conforme foi informado só frequentaram as séries iniciais do ensino básico, dados que podem influenciar no tipo de ocupação dessas famílias, e no valor da remuneração. Embora seja notório que a escolaridade também não resolve a situação do desemprego, uma vez que temos visto no Brasil indivíduos com formação de nível superior desempregados, ou sobrevivendo como taxista, entre outros.

Além do desemprego, outro problema apontado pelos professores, é o uso de álcool e drogas na comunidade do Alto da Lagoinha, que infelizmente atinge também famílias da escola, e de forma direta ou indireta acabam por atingir alguns alunos. O uso de álcool e drogas no campo pode estar relacionado a uma diversidade de fatores, sobretudo atrelados aos fatores socioculturais e econômicos. O contexto histórico apresenta que as políticas públicas chegam com muitas limitações ao campo, e infelizmente o uso de álcool e drogas podem ser agravados para essa população devido a ausência de políticas públicas de saúde, infraestrutura no campo, falta de formação profissional, desemprego, ausência de políticas de esporte, cultura e lazer.

A falta de atividades na área de cultura, arte e lazer são apontadas pelo professor Romã como algo preocupante, uma vez que segundo o educador essas são essenciais para que a

juventude possa ter a possibilidade de uma formação integral, que vise não só a perspectiva intelectual, mas outras dimensões como a cultura e a arte. Ao tempo em que vê no processo de organização comunitária um meio possível para a geração de emprego e renda:

Aqui falta opção para os jovens e para seus pais, aqui por exemplo não existe atividades culturais, o que tem na comunidade é um babinha, mas poderia ter incentivo a outras atividades culturais, como teatro, poderia ter outros atrativos para a juventude. E para os pais, falta a conscientização da importância de uma cooperativa na comunidade para que pudessem deixar de ter como único meio de sobrevivência o ganho do dia, e pensar em outra forma de organização e de trabalho. (Entrevista- prof. Romã-2022)

Em consonância com a visão do professor Romã, considera-se que a organização comunitária no campo, a partir do associativismo e do cooperativismo tem um potencial muito grande, pois possibilitam o diálogo da comunidade para com o poder público, e outros campos da sociedade. Para Fagotti (2017, p.34) “as associações surgem como um meio facilitador para obtenção de créditos agrícolas, canais de comercialização e de organização das demandas diante das instâncias governamentais”. Além de facilitar o processo de comercialização dos seus produtos agrícolas, esse formato de organização pode proporcionar uma consciência do valor do modelo de trabalho cooperado, enquanto forma de sobreviver e resistir as imposições do sistema capitalista.

Reconhecer o perfil da comunidade é um processo importante para identificar como a educação deve se organizar para atender as demandas locais, uma vez que o novo paradigma da Educação do Campo aponta para a necessidade de um trabalho específico, com um olhar diferenciado para a população do campo. Pois, conforme aponta Caldart (2008, p.69) é preciso compreender que “o conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa exatamente porque o movimento da realidade que ela busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes”.

Entre as contradições que marcam o campo e a Educação do Campo estão as contradições econômicas, as situações precárias de trabalho, o desemprego e a falta de renda para que as famílias possam viver com dignidade. No sentido de conhecer a situação econômica (renda) da comunidade, o professor Jamelão, relatou que:

Em relação a renda é uma região relativamente rica a nível de clima, a nível de culturas porque existe uma policultura lá. O que predomina é a produção de cacau, mas tem também a banana, mandioca, tem o maracujá, e a pecuária. [...] a maioria das pessoas de lá, dependem dessa produção agrícola seja através desse produto, trabalhando para aqueles que são os donos da terra. Existe o emprego público também, graças aos órgãos públicos criados e instalados lá pela prefeitura, e muitos ocupam esses espaços como as escolas de fundamental 1 e 2 e o posto de saúde, o tratamento de água que é feito por um profissional da prefeitura, o de coleta de lixo e a limpeza das vias. Tem duas fábricas de biscoito instaladas lá e 4 mercadinhos, tem um comércio de Acaí, alguns empregos também. Outra parte são aposentados *e dependentes do Auxílio Brasil o antigo bolsa família, a grande maioria deles inclusive*, fator que motiva as

crianças a frequentar a escola. Muitas infelizmente vão somente por isso (professor – Jamelão, 2022).

Como foi relatado pelo professor Jamelão, embora o povoado venha passando por constante desenvolvimento econômico, motivado, sobretudo pelas características climáticas da região, e a partir da produção agrícola, a grande maioria das famílias, conforme aponta o professor, são dependentes do auxílio do Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, e consequentemente esse é um fator que tem motivado muitas crianças da região a frequentar a escola.

Todos os professores da Escola Girassol, reconhecem a agricultura como base para a economia do povoado, ao tempo que apontam uma maioria que são ganhadores de dia, que não tem terras suficientes para produzir e manter suas necessidades. Nessa perspectiva, o programa complementa a renda dos beneficiários, contribuindo, sobretudo para a compra de alimentos.

Ao interrogar sobre os indicadores da pobreza rural no povoado do Alto da Lagoinha, o professor Jamelão respondeu que:

Muitos indicadores são velados. As famílias lá passam por dificuldades muito grandes e não divulga. E torna velado por uma questão de não se sentirem bem, uma questão de não querer mostrar uma certa fragilidade financeira, mas quando você se aproxima, gera confiança e conversa com muitas famílias elas acabam expondo a realidade. [...] existe outra forma de você enxergar, (pobreza) através das condições de moradia, através da forma de se vestir, através da fisionomia, você percebe que muitos apresentam inclusive sinais de desnutrição, e alguns acabam adoecendo com facilidade (Entrevista- prof. Jamelão, 2022).

Embora a pobreza em espaços rurais e urbanas apresentem algumas semelhança, alguns estudos como o apontado por Albuquerque e Cunha (2012) apresenta que a pobreza no campo é mais severa, tem suas peculiaridades, e para identificar seus indicadores é necessário um olhar minucioso, analisando diversas dimensões, como ausência de terra, trabalho, precariedade na oferta de serviços de saúde, e de educação, falta de saneamento básico, de instalações sanitárias, de água potável, falta de acesso a alimentos saudáveis, entre outros. Mostrando que não cabe mais aquela identificação de quem está em situação de pobreza, muitas vezes feita a partir da roupa que os indivíduos vestem, da situação dos dentes, entres outras questões.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que há indicadores da pobreza no povoado do Alto da Lagoinha que são explícitos, a exemplo da ausência de trabalho, de terras para as famílias produzir, precariedade habitacional, entre outras.

Em diálogo com os profissionais da escola, observa-se que todos conseguem de alguma forma visualizar os indicadores da pobreza, ao tempo que não cupabilizam as famílias pela pobreza, nem associam o bolsa família com o desejo do não trabalho, mas há uma compreensão que a pobreza das famílias está atrelada as desigualdades sociais e econômicas do Brasil.

Conforme os entrevistados, observou-se que a maioria dos professores desconhecem as condicionalidades do Bolsa Família, e o real funcionamento do programa. Foi perguntado a diretora se ela conhecia as condicionalidades do Programa Bolsa Família e a mesma respondeu que não conhecia, e reconheceu a necessidade de conhecer.

Outros frequentam a escola para não ter que trabalhar na roça ou ficar em casa ajudando os pais no serviço de casa, a escola se tornou um refúgio, era um lugar que eles não teriam que trabalhar, a escola é um lugar de socialização, de fazer amizades e paquerar... mas também o lugar da garantia do lanche. (Entrevista - Diretora)

A narrativa da diretora da Escola Girassol, expressa uma realidade que necessita de análises críticas para a compreensão do fenômeno que tem representado a falta de interesse dos jovens pelo campo e pelo trabalho desenvolvido pelas suas famílias (agricultura familiar). Observa-se que com o avanço tecnológico e os atrativos dos centros urbanos, a juventude camponesa tem perdido o interesse pelo espaço que habita e muitas vezes desenvolvem o desejo de morar e trabalhar nas cidades. A pesquisa desenvolvida por Micoanski e Moraes (2019, p.1) apontam que “os principais fatores que influenciam o jovem a permanecer no campo, e a sair dele, são o tamanho das propriedades rurais, a mecanização das propriedades, o diálogo com os pais e a participação na tomada de decisão na propriedade, e as opções de lazer na zona rural”. Dessa forma, o desinteresse da juventude no campo, algo que tem sido cada vez mais precoce é um grande desafio para as famílias de agricultores e para a sociedade em geral. Uma vez que a permanência da juventude no campo e o interesse pelo trabalho no seu território envolve a manutenção da “agricultura familiar, o desenvolvimento rural, a sucessão da terra, a segurança alimentar, a reprodução social da família e as futuras relações e interações de desenvolvimento. É nesses jovens que se deposita a responsabilidade das perspectivas futuras do espaço rural” (MICOANSKI; MORAES, 2019, p.3).

Diante de tal realidade, é necessário pensar criticamente sobre o papel da Educação do Campo nesse processo. Pensar que a educação pode contribuir para potencializar o campo, enquanto lugar de vida, de cultura, de trabalho, de resistência. Inclusive contribuindo para desconstruir a narrativa do campo enquanto lugar do “atraso” e da cidade como lugar do “progresso”, o espaço idealizado. É preciso construir um currículo para as escolas do campo que ressalte as potencialidades do campo. Ao tempo em que, juntamente com as famílias (maioria agricultoras familiares), com associações, e toda a comunidade se organize em busca de políticas públicas que foquem na infância e juventude, garantindo o acesso desses sujeitos a internet, ao esporte, a atividades de lazer, entre outras, para que crianças e adolescentes sintam

prazer em morar no campo, tendo condições de acesso a bens e serviços que a população das cidades acessam com mais facilidade.

É preciso compreender que a população do campo tem envelhecido a cada dia mais e o desinteresse da juventude é uma ameaça ao território camponês, e toda a sua manutenção. Diante disso, é importante não criticar o desinteresse das crianças e juventude, mas enquanto escola local, assumir o papel de co-responsável por essa população e investigar quais os fatores que tem influenciado esse pensamento ou atitudes, levando-os a pensar criticamente para a partir de então construir seus caminhos, seja permanecendo no campo ou não.

Observa-se a partir da pesquisa que a Escola Girassol é uma escola no campo e não uma escola do/no campo³⁴, seu currículo ainda é de base urbana de forma que a escola não consegue fazer um diálogo focalizado nas questões do campo que perpassam a vida social, econômica e cultural de seus alunos. A escola também não utiliza a pedagogia da alternância, um modelo metodológico de formação, realizada em tempos e espaços que se alternam, entre escola e comunidade. Essa pedagogia é usada principalmente nas Escolas de Família Agrícolas - EFAS e em acampamentos, e tem sido cada vez mais utilizada principalmente por movimentos comunitários e sindicais (RIBEIRO, 2008).

Já o professor Romã, afirma que;

A escola faz reuniões para conversar sobre as condições, o que eu nem acho correto, que é as condições do bolsa família, que basta você tá na escola para receber o bolsa família, quando eu acho que o correto deveria ser o desempenho nas atividades para garantir o benefício. Porque o estado cobra apenas a presença na escola, então eu acho errado isso (Entrevista- prof. Romã, 2022).

O Programa Bolsa Família tem como um dos pré-requisitos o cumprimento da condicionalidade da educação, e parte dos alunos da instituição são membros de famílias pobres, beneficiárias do programa de transferência de renda. No entanto observa-se um desconhecimento ou uma visão insipiente sobre o programa e as condicionalidades estabelecidas.

Em relação as condições de habitação das famílias da comunidade, a fala do professor reforça o que foi dito pelas beneficiárias do Programa Bolsa Família:

A grande maioria tem boas condições de moradia, no entanto ainda tem famílias que moram em situações precárias, que não tem água encanada, nem tem energia elétrica

³⁴ Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p.18) define a educação do/ no campo a partir da luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

instalada. Alguns nem tinha banheiro em casa veio a ter depois dos programas do governo (Entrevista – Prof.Jamelão, 2022).

Na oportunidade, o professor Jamelão relatou sobre um projeto da escola que foi muito importante para conhecer o perfil socioeconômico dos alunos da referida escola, que possibilitou a instituição conhecer de perto a realidade dos alunos e de suas famílias:

Ente 2014 a 2015 a escola desenvolveu um projeto de visitar todos as casas das famílias para compreender a realidade deles passando a modificar a nossa postura e a nossa cobrança diante da realidade que a gente se deparou. Várias casas com chão de batido, sem lugar pra sentar, nem uma mesa, sem energia elétrica para fazer as atividades que mandávamos pra casa. Então passamos a dialogar com os pais passamos, e passamos a compreender melhor a realidade daqueles alunos. [...] enquanto escola melhoramos muito, como profissionais e como seres humano também. E passamos a oferecer um ensino mais significativo para nossos alunos (Entrevista – Prof.Jamelão, 2022).

A realidade descrita pelo professor, do ano de 2014 até os dias atuais teria mudado bastante por conta dos programas do governo federal, programas como minha casa minha vida; construção de cisternas e o programa luz para todos, embora nem todas as famílias tenham sido contempladas com todas as políticas necessárias para transformar suas vidas.

Esses programas chegaram também a essa região e acredito que acabou amenizando essas situações que eu descrevi. E assim esses programas faz muita diferença na vida deles, seja os que já citei e também o Auxílio Brasil, que é o que mais impacta na vida deles porque é a garantia de um orçamento mínimo para garantir o básico para a subsistência, o alimento. E apesar de não dar para comprar tudo que eles gostariam, mas pelo menos é o suficiente para sacia a fome (Professor – Jamelão, 2022).

Ao ser questionada sobre a relação da escola com a comunidade a vice-Diretora afirmou que “[...] a participação das famílias é boa, as famílias sempre vêm a escola, pra saber como estão os filhos e quando não vem aqui tem algumas que ligam pra saber”. O professor Romã reitera, que a relação da escola com a comunidade é boa, “tentamos sanar enquanto escola as necessidades básicas, buscando fazer um trabalho em parceria com outros setores como assistência social e saúde”.

Sobre a evasão escolar, segundo a vice-Diretora ocorre motivada a necessidade de muitos alunos se afastar da escola para ajudar seus pais no trabalho da roça, dessa forma muitos acabam evadindo ou então indo estudar na Educação de Jovens e Adultos-EJA por ser no período noturno. Nesse contexto foi informado que a escola busca sempre dialogar com as famílias para falar da importância da educação principalmente para contribuir com o futuro dos seus filhos.

Sempre que a gente percebe que um jovem tá se afastando da escola ou com algum problema, nós buscamos dialogar com as famílias para saber o que está acontecendo, e a escola ajuda da forma que pode, mas sabemos que nem sempre tudo depende da escola. [...] no diálogo com as famílias sempre falamos da importância da educação na vida dos filhos deles, até mesmo para entrar em uma faculdade e conseguir um bom emprego no futuro (Entrevista – vice-Diretora, 2022).

E inegável que o Bolsa Família produziu resultados positivos, não somente no sentido de transferência de renda, mas também contribuindo para ampliar o acesso à educação escolar e o atendimento a saúde. Porém, infelizmente, como pode ser constatado nessa pesquisa, ao longo do tempo, a escola da comunidade e o Programa Bolsa Família através da política de assistência social não mantiveram nenhum trabalho intersetorial, onde é possível constatar que os educadores tem pouca aproximação com o Programa Bolsa Família e muitas vezes seus relatos expressam uma visão equivocada sobre o programa e seus objetivos.

A educação formal tem um conjunto de finalidades segundo a legislação educacional brasileira, e entre elas a finalidade de proporcionar aos indivíduos o acesso ao conhecimento que foram produzidos e sistematizados ao longo da história da humanidade. No entanto, para acessar tais conhecimentos as crianças, adolescentes e adultos precisam estar em condições físicas, psíquicas, e sociais favoráveis para desenvolver-se. E certamente o Bolsa Família contribuiu no sentido de garantir alimentos para seu público e atenção à saúde, sobretudo de crianças menores.

Ao pedir que os entrevistados analisassem os impactos do Programa Bolsa Família na educação das crianças e adolescentes, da escola, que são beneficiárias, observa-se que alguns professores não conseguem falar com clareza a respeito dos impactos, mas todos são unânimes em confirmar que após o Programa Bolsa Família diminuiu bastante os níveis do abandono escolar. Uma vez que, muitas famílias beneficiárias se veem obrigadas a mandar os filhos para a escola para não ter o benefício cancelado e até suspenso.

Os autores Melo e Duarte (2010) desenvolveram uma pesquisa intitulada *Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil no ano de 2010*, com o objetivo de avaliar o impacto do programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família sobre a frequência escolar de crianças e adolescentes de cinco a 14 anos na agricultura familiar dos estados de Pernambuco, Ceará, Sergipe e Paraíba. O estudo foi de suma importância para a compreensão dos impactos do programa na educação, revelando que entre os alunos beneficiários a frequência escolar chegava a 98,1% com um percentual considerável, sobretudo correspondente ao sexo feminino.

De acordo com os professores e direção da escola, as famílias das crianças do povoado do Alto da Lagoinha são em sua maioria composta por agricultores, logo, de acordo com a pesquisa de Melo e Duarte (2010) é possível considerar que a incidência de maior percentual de presença de meninas na escola, se dá pelo fato de os meninos serem usados com mais frequência para colaborar com o trabalho no campo, junto a suas famílias. Observa-se também

segundo informações dos professores que a ausência das crianças na escola do povoado se dá, sobretudo nos períodos de colheita, onde geralmente se utiliza a mão de obra de todos os membros da família, inclusive das crianças e adolescentes. O que indica para a Educação do Campo uma necessidade de se repensar a organização do calendário da escola do campo, que infelizmente ainda segue o modelo da escola urbana, negando essas particularidades.

Embora na comunidade exista a necessidade de um conjunto de Políticas Públicas em várias áreas, conforme Cavalcanti, Costa e Silva (2013) o principal impacto do Programa Bolsa Família para as famílias da região Nordeste, se deu no alívio imediato da pobreza e frequência escolar. Onde constatou-se que no que se refere a frequência escolar, os impactos do programa tiveram magnitude elevada, sendo que segundo os autores a frequência é maior entre os beneficiados do Programa Bolsa Família em comparação aos não beneficiados. No entanto, a taxa de aprovação inverte-se entre esses grupos, e as crianças atendidas pelo programa apresentam maior participação laboral.

Para os professores da escola do povoado o Programa Bolsa Família contribuiu muito para garantir que as crianças e adolescentes tivessem uma frequência regular na escola, mesmo porque muitas famílias chegaram a ter o benefício suspenso por conta da frequência de seus filhos, então esse é um motivo crucial para uma frequência regular. De acordo com Cavalcanti e Silva (2013), o Programa Bolsa Família foi fundamental para melhorar a frequência escolar dos alunos beneficiários do programa, já em relação a aprovação desses alunos não houve grandes impactos, mostrando a necessidade de outros investimentos no contexto educacional, como melhoria das escolas, formação de professores, material didático, e outras políticas educacionais.

Os autores Amaral e Monteiro (2013), concluíram que a participação no Programa Bolsa Família diminui as chances de abandono escolar, efeito potencializado pela presença da mãe da criança no domicílio, principalmente nos casos em que elas participam de organizações sociais/comunitárias. Em relação ao problema da distorção idade-série, conforme Gonçalves, Minicucci e Amaral (2017), as crianças residentes em domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família apresentam índice de distorção idade-série menor do que as crianças não atendidas pelo programa.

De forma geral, conforme os autores e a presente pesquisa pode-se afirmar que o Programa Bolsa Família foi essencial para diminuir os números de abandono escolar e corrigir a distorção idade-série, devendo observar que os motivos para uma criança ou adolescente abandonar a escola são diversos, sendo os fatores econômicos, sociais e culturais determinantes.

Para além do Programa Bolsa Família, os profissionais da escola de forma geral, não souberam citar quais Políticas Públicas educacionais foram importantes no combate a evasão escolar, contribuindo para uma proposta de permanência e qualidade da educação básica. Logo, se faz pertinente apontar algumas Políticas Públicas desenvolvidas no Brasil, nos últimos anos, amparadas sobretudo pelo Governo Federal, através do Ministério da educação que foram essenciais para uma educação mais democrática. A exemplo do Programa Caminho da Escola, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Brasil Alfabetizado, Programa Ensino Médio Inovador, e Programa Mais Educação, programas que foram fundamentais para contribuir com a democratização da educação formal.

Entre o conjunto de políticas educacionais apresentados, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, uma vez que, para além de garantir uma alimentação nutritiva na escola, o programa estabelece um percentual mínimo de fornecimento de alimentos/produtos, provenientes da agricultura familiar. Contribuindo assim para a geração de emprego e renda no campo. Dessa forma, fica nítido que o Bolsa Família e o conjunto de políticas educacionais implementados, sobretudo no governo Lula, foram fundamentais, contribuindo para a manutenção dos estudantes na escola, com reflexos em diversas áreas, conseguindo inclusive resolver velhos problemas, como o trabalho infantil e a desnutrição.

Ao fim do capítulo, constata-se que a escuta das beneficiárias do Programa Bolsa Família permitiu compreender a percepção dessas mulheres sobre o programa em suas vidas e na sociedade. Sendo notório os impactos do programa no complemento a renda da família, na participação dos filhos na escola, na garantia nutricional, e sobretudo, na autonomia individual e no sentimento de dignidade, expresso em suas falas. Mulheres que sonham com dias melhores para seus filhos, onde haja a quebra do ciclo de pobreza que marcou suas vidas.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta desta pesquisa teve como objetivo tecer reflexões a partir da trajetória de famílias beneficiária do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família no Município de Ubaíra-BA. Além dos desafios postos pela própria pesquisa, outras questões atravessaram esse percurso, como a pandemia da Covid-19, e mais recentemente a enchente que atingiu diversas cidades do Vale do Jequiriçá, entre elas a cidade de Ubaíra, *lócus* da pesquisa, que foi bastante afetada.

Para além dessas questões, que não deixaram de interferir na vida da pesquisadora e na sua dinâmica, as contribuições do processo de elaboração desse estudo, foi uma experiência grandiosa, e fundamental para o processo de formação da pesquisadora a nível acadêmico, profissional e também pessoal.

As discussões teóricas possibilitaram um aprofundamento sobre a história das Políticas Sociais no Brasil, e suas transformações ao longo do tempo. Bem como para o entendimento das possíveis formas de reprodução da pobreza e desigualdades sociais no Brasil e de forma particular no meio rural. A pobreza é um fenômeno real e social, que persiste na nossa sociedade, e vem se renovando de acordo com o contexto histórico e impactando a vida de milhares de pessoas.

O estudo revelou diversos conceitos de pobreza que foram sendo construído ao longo do tempo nos mais diversos campos de estudo, embora boa parte desses conceitos trate a pobreza de forma focalizada nas carências individuais. Dessa forma, as discussões dessa pesquisa apontam a necessidade de compreender a pobreza dentro da sua magnitude, ultrapassando o lugar de carência de renda, abrangendo uma análise histórica e social, de relações desiguais que produziram o não-lugar para uma parcela da nossa sociedade, historicamente marginalizada.

Ao longo da pesquisa, falar de enfrentamento a pobreza no contexto de uma sociedade capitalista pareceu bastante contraditório, uma vez que na lógica do capitalismo quanto maior a produção da riqueza, conseqüentemente maior será o nível da pobreza. Logo, as políticas neoliberais, podem fazer o Estado e a sociedade acreditarem que os programas de transferência de renda são suficientes para superar a pobreza do país, mas na prática não são. Embora seja inegável que essas políticas aliviam a pobreza, as pessoas empobrecidas precisam de muito mais que isso, elas precisam ser tratadas como cidadãos de direitos.

Por meio do estudo, constatou-se que o Estado precisa adotar estratégias no enfrentamento da pobreza, que assegurem a política de transferência de renda, associada a garantia de outras políticas públicas, no campo do direito, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, política de habitação, geração de emprego e renda, e no caso específico do campo, que garanta o acesso a terra, a demarcação das terras indígenas, manutenção das estradas, acesso a água potável, a eletrificação, educação do/no campo, políticas de preservação dos recursos naturais, políticas de cultura, entre outras.

Nessa pesquisa foi reconhecido que as mobilizações dos diversos movimentos sociais espalhados pelos quatro cantos do país, no campo e na cidade, foram fundamentais para

reivindicar e cobrar do Estado que atendesse algumas necessidades da classe trabalhadora do país, através das políticas públicas no âmbito da assistência social, dos direitos trabalhistas, dos direitos previdenciários, saúde, educação, entre outros. Esses movimentos tem sido responsáveis por denunciar as mazelas sociais e cobrar ações do governo que atuem no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais.

Os dados e a escuta dos sujeitos da pesquisa confirmam que o Programa Bolsa Família, exerceu papel importante na vida das beneficiárias e de suas famílias, contribuindo com a renda da família e com a garantia da alimentação na mesa. O Bolsa Família foi o maior programa de transferência de renda do Brasil até os dias atuais e contribuiu para alterar o mapa da pobreza do país, oferecendo durante seu tempo de vigência um pouco de dignidade para as pessoas empobrecidas.

Sem sombras de dúvida, o programa contribuiu com todo o município de Ubaíra, que no ano de 2020 atendeu 3.956 famílias, beneficiários do programa, segundo os dados do CadÚnico. Para além das famílias, o programa contribuiu para o aquecimento econômico do município, tendo em vista que os beneficiários do Bolsa Família eram potenciais consumidores de alimentos, materiais escolares, móveis, eletrodomésticos, remédios, materiais de construção, roupas, calçados e outros.

A pesquisa possibilitou também, compreender a realidade educacional do território pesquisado, e identificar a relação da educação com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, da comunidade do Alto da Lagoinha, e seu entendimento sobre o tema da pesquisa. De forma que, embora a escola da comunidade ainda siga um currículo urbano, e nem todos os professores tenham uma implicação direta com a Educação do Campo, identifica-se um esforço da instituição para realizar um trabalho pedagógico que dialogue com as famílias e com a comunidade em que está inserida.

No que diz respeito ao tema pobreza, observa-se que não há uma naturalização desse fenômeno entre os profissionais da escola, e que conseguem relacionar a pobreza com os processos históricos, sociais e econômicos. Inclusive conseguem apontar alguns indicadores da pobreza na comunidade do Alto da Lagoinha. A maioria não tem conhecimento aprofundado sobre o Programa Bolsa Família, mas de forma unanime todos consideram o programa como algo positivo, que contribuiu com a perspectiva de mudança na vida das famílias beneficiárias e no contexto educacional auxilia na garantia do direito a educação.

A pesquisa foi iniciada com o Programa Bolsa Família vigente, no seu trajeto o programa foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil. No cenário pós-eleições, onde em

outubro de 2022 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, e posteriormente diversos veículos de comunicação, a exemplo da Veja, G1 Globo, O globo, entre outros, divulgaram uma das principais metas do governo, e o retorno do Programa Bolsa Família, com novo valor de 600 reais, com parcela extra de 150 reais para família com criança de até seis anos de idade.

Por fim, deseja-se que essa pesquisa possa contribuir no contexto acadêmico, político e social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R.; e CUNHA, M. S. **Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná**. Revista de Economia, UFPR, Curitiba, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, set./dez. 2012.

ALMEIDA, F. B. de; ALMEIDA, L. M. de M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar de famílias rurais do município de Rio Verde, GO: Efeitos, Entraves e Diferenciações. **Interações**, Campo Grande, v.16, n.2, 2015.

ALMEIDA, L. S. de. O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau. Salvador-BA: UFBA, 2008. **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal da Bahia, 2008.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. **Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582013000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000300003>

ANDRADE, F. F.; PEREIRA, I. S. Pobreza e seu enfrentamento sob a hegemonia neoliberal no Brasil. In: **Serviço Social em perspectiva. Montes Claros (MG)**. v. 6, n. 1, p.8-30, 2022.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Caderno CEDES, Campinas, vol.27, n.72, mai/ago 2007.

ARROYO, M. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Soares, L.; Giovanetti, M. A. G. C.; Gomes, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e adultos** – 4 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011 (Estudos em EJA).

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BATISTA, M.S.X. **Da luta às políticas de Educação do Campo**: Caracterização da escola e da Educação do Campo. In.XXII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN). Natal: Editora Universitária UFRN, 2014. V.1.

BASTOS P. M. A.; MATTOS, L.B.; SANTOS. G.C. **Determinantes da pobreza no meio rural brasileiro**. **Revista de Estudos Sociais**. V.20. n. 41. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/6163/htm> Acesso em: 01 out. 2022.

BANDEIRO, M.S. Contribuições para um mapeamento dos conflitos socioambientais no território de identidade Vale do Jequiriçá Bahia-Brasil, Amargosa, 2019.

BAVARESCO, T.C.; MARTINS, T.A. A gênese das políticas sociais e sua interlocução com a política de educação. **Anais**. 7 Congresso Paranaense de Assistência Social. Ponta Grossa-PR, 2009.

BAVARESCO, C.T.; MARTINS, T.A. **A gênese das Políticas Sociais e sua interlocução com a política de educação**. Anais do 7º Congresso Paranaense de Assistência Social. Ponta

Grossa-Paraná, 2019. Disponível em <https://docplayer.com.br/217926410-A-genese-das-politicas-sociais-e-sua-interlocucao-com-a-politica-de-educacao.html>_ Acesso em: 27 ago. 2022.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Política Social e Método. In. BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2.)

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: _____. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011, p. 47-81.

BOSCARI, M.; SILVA, F. N. da. A. Trajetória da Assistência Social até se Efetivar como Política Social Pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**. Caçador, v.4, n.1, p. 108-127, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.. Lei nº. 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF, jul. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212rep.htm Acesso em: 06 fev.2021

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS)** – Construindo as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Julho 2005.

BRASIL. **Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Ministério da Cidadania, SEDS/SNRC. Brasília-DF, 2020. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/Acompanhamento_condicionalidades.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único**. Ministério da Cidadania. 2021. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em: 04 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Diretrizes complementares da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 2008.

CAMPELO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri**. – Brasília : Ipea, 2013. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19366/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov.2022.

CALDART, R. Sobre a Educação do Campo. *In*: SANTOS, C. A. **Por uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. p. 67-86.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. *In*: MOLINA, M. C.; AZEVEDO, de J. S. M. S. (Org.). Educação para a construção de um projeto de Educação do Campo. 5. ed. Brasília: UnB, 2005. p. 13-52.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH –Política Social,2.).

CARVALHO, A. P. **Crise e golpe de Estado: o que está acontecendo com o Brasil?**

CASTELO, R. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. **Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 17 nov. 2022.

CAVALCANTE, L.O.H. **Das Políticas ao cotidiano: entaves e possibilidades para a Educação do Campo alcançar as escolas no geral.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ. 18 (68) - Set 2010 - <https://doi.org/10.1590/S0104-40362010000300008>

CIDADE, E. C. **Estratégias Psicossociais de enfrentamento a pobreza: um estudo sobre fatalismo e resiliência em pessoas residentes na zona rural Brasileira, 2019.** Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Pscplogoa, Fortaleza, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento de safra brasileira: grãos: Décimo segundo levantamento: safra 2019/20. Brasília, DF: Companhia Nacional de Abastecimento, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/monitoramento-agricola>. Acesso em: 17 fev. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COSTA, L. C. da. **Os Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES. B. M. Diretrizes de uma Caminhada. *In:* ARROYO, M. G. CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FERNANDES. B. M. Entrando nos territórios do Território. *In:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES. B. M. Educação de Campo e Territórios. *In:* SCHÜTZ-FOERSTE, G. M.; FOERSTE, E.; CALIARI, R. (org.); **Introdução à Educação do Campo: povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade.** Vitória, ES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, p. 49-70.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina.** México D.F.: Siglo XXI, 1971. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, 2006, p. 115-148.

GIANNOTTI, V. **História da Luta dos Trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 45 e 46 pp.

GONÇALVES, G. Q.; MENICUCCI, T. M. G.; AMARAL, E. F. L. **Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JDwG4J9d5W7hYYVTp8xwCyG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da Agricultura Camponesa.** Porto Alegre: s/editora, 2004.

GONZÁLEZ, A. I. A. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres.** São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.

HOBBSAWM, E. J. *The Age of Revolution. Europe 1789-1848*. Londres, Weidenfeld & Nicolson Ltd, 1962 [Ed. Brasileira: **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977].

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortes, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Texto base de palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, Universidade de Brasília – UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Brasília, v.2, n. 3, p. 09-32, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/ UFBA, 2008.

_____. **Sociologia, modernidade questão social/** Anete Brito Leal Ivo, Recife: O autor, 2008. Tese (doutorado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

JACUZA, R. **Risco ou Vulnerabilidade Social?**. Texto e contextos (Porto Alegre), v.11, n. 2, p.301-308, ago./dez. 2012.

KOLLING, E.J.; CERIOLLI, P.R.; CALDART, R.S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**, Brasília-DF: articulação nacional por uma educação do campo. 2002. Coleção por uma educação do campo, n. 4.

LEAL, P. Q. Efeitos do Crescimento, desigualdade e Bolsa Família sobre a pobreza, Viçosa, MG, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3274/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanizações e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, A. dos S. **Dinâmica sócio-espacial do Território Vale do Jiquiriçá: estrutura fundiária e formas de acesso à terra**. In: Anais I GEOFRONTEIRAS . Marechal Cândido Rondon (PR): UNIOESTE, 2011. p. 1-8.

LOMANTO Neto, R. **A região de Amargosa: Olhares Contemporâneo**. In: Luiz Flavio Reis Godinho; Fábio Josué Souza dos Santos. (ORG.). **Recôncavo da Bahia: Educação Cultura e Sociedade**. 01 ed. Amargosa-BA: Editora CIAN, 2007, V. 01, p.184.

MARX, K. **O capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MARX, K. **O Capital**: Livro 4: teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. v. 4, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINS, P.R.; CARLOTO, A.F.; BERAS, C.A.L. **a formação sócio histórica brasileira e as políticas sociais no meio rural**, 2018. Disponível em <https://editora.pucrs.br/anais/serpinf/2014/assets/20.pdf>. Acesso em: 5 de nov. 2022.
- MATTOS, P.C.; OLIVEIRA, G.G. **A ação do Programa Bolsa Família em comunidades rurais: o caso do Timbó, Bahia**. Biblioteca Virtual do Bolsa Família- Centro Internacional de Pobreza, 2008.
- MENDES, E. A. de M. **Bolsa Família no meio rural**: efeitos na qualidade de vida de famílias acompanhadas. Recife, 2018.
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MELO, R. M. S.; DUARTE, G. B. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar**: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-656, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/D4ZxPZ8xmbdXr8xY8qcqnmv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- MELLO Janine. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural. Rio de Janeiro- RJ. 2018. p. 18-36.
- MENEZES NETO, A. J. de. Formação de Professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- MIECOANSKI, F. R.; MORAES, M. L. **A permanência do jovem no campo**: uma análise para a mesorregião sudoeste do paraná. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 154-176, 2019.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- MOCELIN, C. E. Pobreza Rural e Programa Bolsa Família: o caso dos beneficiários da comunidade de São João de Barro Preto – Júlio de Castilhos/RS. 2011, 129f. **Dissertação** (Mestrado em Expansão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.
- MOLINA, M. C. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. In: _____ (Org). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17548/1/Assistencia%20Social%20Pos%20LOAS%20em>

%20Natal.pdfhttps://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17548/1/Assistencia%20Social%20Pos%20LOAS%20em%20Natal.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos.** In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995. (Cadernos ABONG)

OSTERNE, Maria do Socorro. **Enfrentamento das Situações de Vulnerabilidade e Riscos Sociais.** Jornal O POVO, Fortaleza, p. 20 - 31, 07 jun. 2021.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** 1º- Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria concessão-conquista. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. **A Redefinição do Padrão de Proteção Social Brasileiro.** Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro: PPGSS/ UFRJ, v. 1, n. 14-15, p. 72-103, set. 2006.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá, Amargosa – BA, CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA, 2017.
https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS_Territorio_Vale_do_Jiquirica.pdf.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf> Acesso em: 26 nov. 2022.

PIMENTEL, J. R. **O trabalho social em programas de habitação de interesse social: mudanças e permanências no contexto da Política Nacional de Habitação.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/14978/1/Dissert_Juliana%20Rosa%20Pimentel.pdf

PIRES, A. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/RfwV74C88c6psWQ9ydZmbRw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 16 nov. 2022.

RIBEIRO, M. **Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa.** Artigos - Educ. Pesqui. 34 (1) • Abr 2008 • <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/KMVyDjXDzMxS4FmpdR7tS6M/abstract/?lang=pt>, acesso em dezembro de 2022.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)**. XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013.

ROCHA, Sonia. **O Programa Bolsa Família evolução e efeito sobre a pobreza**. Campinas, v. 20, n.1, abr 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfN6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 16 nov. 2022.

SASOP, Serviço de Acessoria a Organizações Populares Rurais. **Rede PENSSAN lança relatório da pesquisa sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil e campanha “Olhe para a fome”**. 2021. Disponível em: <https://sasop.org.br/2021/04/rede-penssan-lanca-relatorio-da-pesquisa-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil-e-campanha-olhe-para-a-fome/>. Acesso : 29 jun. 2022.

SAMPAIO, A. C. A. **A igreja e a organização sindical dos trabalhadores rurais no município de Amargosa-BA na década de 1980**. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2007.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: Particularidades no Brasil. São Paulo Ed. Cortez 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ed. São Paulo: EDUSP,2009

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, E. O. Relatório Técnico do Processo de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS: a dimensão da Educação do Campo do Território do Vale do Jiquiriçá – Bahia. **Dissertação** (Mestre em Educação do Campo) UFRB, Amargosa- Bahia, 2017.

SANTOS, V.C.; GARCIA, F.M. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020. Disponível em <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

SILVA, J.J.; BRUNO, M. A. P. SILVA, D.B.N. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período de 2004 a 2015. **Articles - Brazil**. J. Polit. Econ. 40 (1) - Jan-Mar 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/xqBvfZ5JqBZHvYqnFMNCcWv/?lang=pt> Acesso em: 18 set. 2021.

SILVA, F. C. **Assistência Social e Cultura Política**: o processo de uma política em construção. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. 125 f.

SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petropolis, RJ: Vozes, 2006

SOUZA, R.M. Crescimento econômico e desigualdade na distribuição de renda no Brasil dos anos 1970 a 2007. Porto Alegre: UFRS, 2009.

SOUZA, J.M.C. **A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais**: uma análise da consistência teórica do programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída autossustentada do programa. 2009. 183 f. Dissertação de mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro – RJ.

SPOSATI, A. O. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia. Salvador, 2014. Disponível em: http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/Perfil_ValedoJiquiriça.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

FAGOTTI, L.N. “**faz-se associativo**”: associativismo e agricultura familiar no interior paulista. Repositorio Institucional UNESP, 2017.

TAFFAREL, Celi Nelza Z.; SANTOS JR, Cláudio de Lira; ESCOBAR, Micheli Ortega. **Cadernos didáticos sobre educação do campo**. Salvador: Ministério da Educação, 2010.

FALEIROS, V.P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TELES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**: Editora 34 Ltda; 2ª edição, 2013.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2008

ZIMMERMANN, C, R.; SILVA, C.M. Combate à fome e miséria no governo Lula: garantia do direito à alimentação? **Revista Espaço Acadêmico**. n. 129, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19864015-Combate-a-fome-e-miseria-no-governo-lula-garantia-do-direito-a-alimentacao.html><https://docplayer.com.br/19864015-Combate-a-fome-e-miseria-no-governo-lula-garantia-do-direito-a-alimentacao.html>. Acesso em: 21 out. 2022.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO PROFESSOR NEILTON

Data ___/___/_____ Local da entrevista_____

Nome _____ idade_____

Escolaridade finalizada_____

Cargo_____ Tempo de profissão_____

Bairro _____

1. Como se reconhece quanto à cor da pele_____
2. Há quanto tempo você mora ou morou no povoado do Alto da Lagoinha?
3. O que você sabe sobre a formação dessa comunidade?
4. Como você caracteriza as famílias que moram no povoado do Alto da Lagoinha em relação a educação, habitação, renda, direitos sociais, trabalho / ocupação?
5. Em sua opinião, quais são os indicadores de pobreza rural no povoado do Alto da Lagoinha? Como se expressa?
6. Quais são as principais dificuldades dessa comunidade?
7. Quais são as políticas públicas que você identifica que pode ter contribuído para o desenvolvimento dessa comunidade ao longo dos anos?
8. Você realizou alguma pesquisa na área de humanas no Povoado do Alto da Lagoinha? Quando você desenvolveu sua pesquisa?
9. Qual foi o tema e objetivo da sua pesquisa?
10. O que você conseguiu identificar a partir da sua pesquisa?
11. Quais mudanças ocorreram desde então no quadro socioeconômico da comunidade?

12. Como você observa a relação da Educação do campo com as famílias vulneráveis da comunidade?
13. Quais indicadores de maior desenvolvimento você observou nos beneficiários do Programa Bolsa Família no Povoado do Alto da Lagoinha?
14. Você acha que o programa Bolsa Família contribuiu para modificar o quadro de extrema pobreza das famílias da comunidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMÍLIAS

Data ___/___/_____ Local da entrevista_____

Nome (opcional) _____ idade_____

Número de membros da família_____ (especificar quem compõe a família).

Bairro _____

Como se reconhece quanto à cor da pele_____

Qual sua situação de trabalho no momento (jornada, horário de almoço, carteira assinada, ganha por produção, trabalha o ano todo, renda...)

Escolaridade finalizada

- () Não alfabetizado
- () Alfabetizado
- () 1º a 5ª série
- () 6º a 8ª série
- () 2º grau completo
- () 3º grau completo
- () Curso técnico/profissionalizante

1. Há quanto tempo recebeu o benefício do Bolsa Família?
2. Atualmente a família tem outra fonte de renda fixa?
3. A família possui terra própria ou vive em terras de outra pessoa?

4. Como é a moradia?
5. Quais são os principais problemas enfrentados pela família?
6. A alimentação da família melhorou depois do Bolsa Família?
7. Tem filhos em idade escolar?
8. Tem filhos em idade escolar fora da escola, por quê?
9. Como é a relação com a escola?
10. Qual a importância do Programa Bolsa Família na vida da sua família?
11. Já descumpriu alguma vez algumas das condicionalidades do Programa Bolsa Família?
12. A família é acompanhada pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS ou pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS?
13. Além do Bolsa Família a família já recorreu ou é contemplada por alguma outra política social do governo Federal?
14. Em sua opinião o Programa Bolsa Família contribuiu para diminuir a pobreza no seu município?
15. O que você pensa sobre o fim do Programa Bolsa Família e início do Programa Auxílio Brasil?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

QUESTIONÁRIO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO

Data ___/___/___ Local da entrevista _____

Nome (opcional) _____ idade _____

Cargo _____ Tempo de profissão _____

Bairro _____

Como se reconhece quanto à cor da pele _____

Escolaridade finalizada

- () Não alfabetizado
- () Alfabetizado
- () 1º a 5ª série
- () 6º a 8ª série
- () 2º grau completo
- () 3º grau completo
- () Curso técnico/profissionalizante

1 - Há quanto tempo você trabalha na comunidade do Alto da Lagoinha?

2 - O que você sabe sobre essa comunidade e as famílias que residem aqui?

3 - Quais são os principais problemas que você identifica?

4 - Qual é o perfil dos alunos e das famílias da escola da comunidade do Alto da Lagoinha?

5 - Como é a relação da escola com a comunidade?

6 - A escola faz algum trabalho com as famílias que são beneficiárias do programa Bolsa Família?

7 - Com que frequência a escola faz reunião com as famílias?

8- Com é a participação das famílias na escola?

9- Como é a questão da evasão escolar na instituição que você trabalha?

10 – O que a escola faz para sanar a questão da evasão?

11- Quais são as políticas educacionais que contemplam as famílias da comunidade do Alto da Lagoinha?

12 - Qual é o nível de formação dos professores que atuam na escola?

13 - Os professores que atuam na escola tem formação em Educação do Campo?

14 - Você considera a escola do Alto da Lagoinha uma escola com os princípios da Educação do Campo, ou uma escola no campo com a perspectiva da escola urbana?

15 - Como a escola lida com a pobreza das famílias da comunidade?

16 - O que você sabe sobre o Bolsa Família?

17 - O programa contribuiu ou não para diminuir a pobreza das famílias da comunidade?

18 - Tem mais alguma coisa que você queira acrescentar?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Prezado (a) morador (a), convidamos o (a) Senhor (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Programa Bolsa Família e Educação do Campo: Uma Análise da Trajetória de Famílias no Município de Ubaira-Ba”, que será desenvolvida pela mestrandia Elionai Pereira de Cerqueira Menezes, com orientação do Professor Doutor Luís Flávio Reis Godinho, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Nesta pesquisa temos como objetivos: realizar um levantamento do perfil social das famílias beneficiária do Programa Social Bolsa Família no município de Ubaíra-Ba; analisar em que medida o Programa Bolsa Família contribui para o enfrentamento da pobreza; Identificar quais são os principais desafios e estratégias das famílias camponesas que não possuem terras suficientes e necessitam do Programa Bolsa Família para sobreviver.

Portanto, na presente pesquisa, o (a) Senhor (a) participará de uma entrevista, que não será demorada e poderá ser realizada na sua residência ou em qualquer outro lugar da sua preferência, e não será necessário pagar nada como também não será pago (a) para participar dela. Caso o (a) Senhor (a) não se sinta a vontade, poderá deixar de responder e isto não lhe causará prejuízo de nenhuma natureza. Os resultados desta pesquisa trarão como benefício à divulgação, para conhecimento público, sobre o Programa Bolsa Família na relação comunitária do Povoado do Alto da Lagoinha, do município de Ubaíra-Ba. O seu nome não será divulgado e as informações dadas ficarão guardadas conosco. Respeitaremos os valores morais,

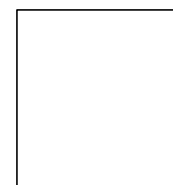
culturais, religiosos, sociais e éticos e os resultados obtidos serão analisados e posteriormente divulgados para todos os interessados, a população em geral e em eventos científicos, mas sua identidade não será divulgada nestas apresentações, nem serão utilizadas informações que permitam sua identificação, a menos que seja do seu interesse a divulgação do nome do (a) Senhor (a).

O (A) Senhor (a) receberá uma cópia deste termo e outra cópia ficará conosco, pesquisadores envolvidos neste projeto que também lhe garantem o direito de fazer qualquer pergunta e/ou esclarecimento sobre esta pesquisa, tanto pessoalmente quanto pelos contatos: Prof.º Dr. Luís Flávio Reis Godinho, e-mail: luisflaviogodinho@gmail.com ou Elionai Pereira de Cerqueira Menezes (75) 9 9870-1534 e-mail: elionai@aluno.ufrb.edu.br.

Eu, _____ aceito o convite para participação nesta pesquisa e declaro que fui informado (a) do objetivo e justificativas de forma clara e detalhada. Entendi que não terei que pagar e nem serei pago (a) para participar deste estudo. Minhas dúvidas foram respondidas e sei que posso pedir esclarecimentos a qualquer momento. Além disso, sei que a identidade e as informações prestadas terão caráter confidencial e terei liberdade de retirar meu consentimento para participação, ou divulgação do meu nome, em qualquer fase da pesquisa. Diante disso, declaro que concordo em ser voluntário (a) e que recebi uma cópia deste termo.

Amargosa-Ba, _____ de _____ de 2022.

Assinatura participante da pesquisa



Digital-polegar direito.